



O desporto em análise

Vítor Rosa

O desporto em análise

Vítor Rosa

Lisboa, 2020

Edição Vítor Rosa

Propriedade Vítor Rosa

Paginação ---

Coordenação Editorial e Revisão ---

Design gráfico Vítor Rosa

ISBN 978-2-9557638-9-6

1.^a edição 2020

Contatos Campo Grande, 376, 1749-024 Lisboa
Tel. 217 515 500
www.ulusofona.pt

Índice

Nota introdutória	7
Foi criado um Observatório das Artes Marciais e Desportos de Combate em Portugal (OAMDCP).8	
O desporto: vetor de integração social ou de instrumentalização?.....	10
A luta contra a dopagem.....	12
O que é o desporto?	13
Quem são os campeões?	16
Os odores do desporto	18
O que é um fenómeno desportivo?.....	19
O espírito do desporto e o espírito do jogo.....	21
As práticas desportivas das mulheres.....	22
A identificação desportiva	23
O desporto e o lazer	24
A classificação dos desportos.....	25
Os fatores diferenciadores na prática desportiva	27
O espetáculo-desportivo	32
A ética no desporto	36
Os desportos alternativos	38
O desporto é necessário.....	40
Os desportos de natureza e de aventura.....	41
O desporto e a desportivização	43
A violência sexual no desporto	45
A maçonaria e o desporto.....	47
Cicloturismo: a arte de viajar de bicicleta	49
Consumidores e consumos de suplementos alimentares	51
Entrem num centro de prática (<i>dojo</i>) de karaté	53
Os Jogos Olímpicos Modernos	55

A demografia desportiva.....	57
O aikido: uma arte ou um desporto?.....	59
Judo: o caminho da suavidade.....	61
As lutas amadoras	63
O boxe.....	65
As artes marciais e desportos de combate.....	67
Violências desportivas	69
“Citius, altius, fortius”	72
A difusão dos desportos e o imperialismo anglo-saxónico	74
O futebol feminino	79
O desporto “soft power”	80
Desporto: identidade e multiculturalismo	81
Artes marciais: um produto de mercado	83
A educação pelo desporto: utopia ou realidade?	85
O futebol feminino: publicação de relatório.....	86
A sociologia do desporto	87
O desporto e o turismo.....	88
O “dôjô” (centro de prática)	89
Grandes eventos desportivos, mediatização e espetáculo	91
Desportivização do sexo e sexualização desportiva.....	92
As técnicas do corpo e o desporto	94
Os valores educativos do desporto: mitos e realidades.....	96
8.º Congresso Internacional de Artes Marciais e Desportos de Combate.....	97
A pedagogia do desporto	99
O que faz o desporto pela integração social?.....	100
O desporto e o lazer	102
Pierre Bourdieu e o desporto	103
O desporto e o risco	104
O Lusitano Ginásio Clube <i>versus</i> Juventude Sport Clube.....	105
Lisboa: Capital Europeia do Desporto em 2021	106
“Docte ignorance” desportiva	107
“Ranking” dos cursos de desporto e o acesso ao ensino superior 2019.....	108
O desporto e a política	110

Os programas eleitorais (2019-2023) dos partidos políticos e a educação física e o desporto.....	111
Ficar ou abandonar uma modalidade desportiva?.....	113
A institucionalização da sociologia do desporto	114
Os gostos desportivos e o espaço das disposições sociais e dos estilos de vida.....	115
O que se entende por Budô?.....	116
Reflexões sobre o desporto	117
O corpo e as práticas desportivas.....	118
O desporto: um tema fantasma face às realidades	119
Prescrever atividade física e desporto	120
Símbolos desportivos	122
Constituição de uma Comunidade de Aprendizagem e de Investigação (ReLeCo).....	123
O lazer na sociedade de consumo	124
Um olhar sobre o boxe, com “Rodriguinhos”	125
O desporto no coração da civilização	126
O desporto e o nacionalismo	127
A mulher e a prática desportiva	128

Nota introdutória

Em 2019, colaborámos no jornal desportivo *A Bola*, no *Espaço Universidade*. Foram publicados 74 artigos, que agora voltamos a divulgar sob a forma de *ebook*.

Foi criado um Observatório das Artes Marciais e Desportos de Combate em Portugal (OAMDCP)

O objetivo dos desportos de combate, sejam eles da tradição ocidental (e.g. boxe, as lutas amadoras) ou oriental (e.g. judo, aikido, karaté, taekwondo), é de colocar o Homem face a face com o seu semelhante. Assemelha-se à experiência ancestral da luta dos homens entre si mesmos. Se o “homem é um lobo para o homem”, as regras definidas eliminam ou limitam as lesões corporais e estabelecem uma fórmula de “regulação de contas” de forma leal. Os desportos de combate são considerados como um espaço suscetível de confortar e de preservar a identidade masculina, controlando e reprimindo a expressão da violência física. Aquilo que nós agrupamos com o termo “artes marciais” (desportos de combate orientais) faz referência a um conjunto complexo de práticas conhecidas depois do período *Kamakura* (fim do século XII) no Japão, que se repartem entre *Budô* (pacíficas, sem armas) e os *Bugei* (utilizando armas), fundadas sobre o respeito do *Bushidô* (código de princípios morais) ou a “via dos guerreiros”. No século XX, com a ocupação americana do Japão (1945-1952), estas práticas foram proibidas. As artes marciais tinham sido transformadas no final do século XIX em práticas desportivas, isto é, codificadas, regulamentadas de forma a que fossem inofensivas para os praticantes, e algumas inscritas num quadro competitivo. Esta codificação teve a ver com a globalização/mundialização das práticas da tradição oriental para o Ocidente, ou por outras palavras, receberam influências do modelo de desporto moderno criado no Ocidente. Depois da sua introdução no Ocidente, as práticas de combate asiáticas, popularizadas e depois mediatizadas, não pararam de suscitar interrogações quanto às razões do sucesso da sua implantação e difusão. Na sua origem são, antes de tudo, um fenómeno urbano, ainda que durante muito tempo sofrendo de má reputação, pois foram conotadas com movimentos políticos extremistas. Este fato levanta então a questão de como se poderá explicar o seu sucesso a partir dos anos 1970 na Europa? Uma parte da resposta encontramos-la em Braunstein (1999) quando afirma que: “a criação de clubes deve-se à desestruturação familiar, sobretudo com as separações e divórcios, dando origem a um individualismo”. Com o intuito de estudar e divulgar o conhecimento mais atual em matéria das artes marciais e desportos de combate em Portugal, foi criado, em janeiro de 2019, o Observatório das Artes Marciais e Desportos de Combate. Tem por vocação estudar e promover os valores das artes marciais e desportos de combate enquanto instrumentos de educação e bem-estar no desenvolvimento humano. Da sua missão destaca-se:

- Promover o estudo e a investigação acerca das AM&DC em Portugal;
- Fomentar o diálogo de culturas, apoiando e promovendo o intercâmbio entre instituições de educação e de ensino;
- Contribuir para o estreitamento das relações de cooperação existentes entre os clubes, associações e federações;
- Estimular a crescente participação dos jovens em iniciativas de cooperação para a promoção das AM&DC;
- Dinamizar e apoiar projetos de cooperação para o desenvolvimento desportivo em Portugal;
- Organizar modelos de formação de quadros, no âmbito das políticas de promoção do

desporto;

- Cooperar com os clubes, associações e federações em projetos de interesse comum.

Encontra-se em curso a realização de um estudo sociológico comparativo de três modalidades de combate dual (judo, aikido e lutas amadoras). Esperemos ter, brevemente, alguns resultados para melhor se conhecer os treinadores portugueses e as modalidades em apreço.

O desporto: vetor de integração social ou de instrumentalização?

O sociólogo francês Jean-Marie Brohm é o fundador de uma “sociologia crítica e radical do desporto”, que rejeita, irremediavelmente, a competição, sinónimo de violência, exploração e alienação, que conforta as relações sociais de produção numa sociedade dividida em classes. Consentir as regras da prova desportiva leva a aceitar as regras de dominação capitalista. A competição e o seu espetáculo levam a que as massas esqueçam os seus próprios interesses, servindo a dominação. O desporto é, assim, o “ópio” do povo, tipo de força narcótica, “clorofórmio” das massas “cretinizadas” pelo seu espetáculo. O autor denuncia, várias vezes, com um tom cáustico, que são “confrontações imbecis entre músculos”, “a dramaturgia digna de um romance”, com funções de “cretinização de massas” e de “encarceramento dos espíritos”. Outro modelo teórico é o de Alain Ehrenberg e o de Christian Bromberger. Para Ehrenberg, praticar desporto significa ir à conquista da sua identidade. A competição é muito igualitária. Existe confronto, mas com armas iguais. Exaltando o mérito, a competição não é uma porta aberta ao fascismo, como refere Brohm, mas uma metáfora da justiça em democracia. Este modelo é afinado por Bromberger. No fundo, passa-se de um mundo muito negro (o de Brohm) para um modelo cor-de-rosa (o de Ehrenberg e Bromberger). Os dois modelos não oferecem manifestamente a mesma visão do mundo, em geral, e do desporto, em particular. Passa-se de uma sociologia crítica da dominação desportiva a uma sociologia muito volátil, despolitizada e ingénua. Socialização, inserção ou integração e catalisador de coesão social são algumas das funções do desporto. A Comissão Europeia definia, na década de 90, cinco funções específicas no âmbito do desporto: 1) A função educativa para equilibrar a formação e o desenvolvimento dos indivíduos em todas as idades; 2) A função de saúde pública no quadro do bem-estar geral da pessoa para preservar o “capital-saúde” dos cidadãos; 3) A função social para lutar contra a exclusão, a intolerância, a discriminação e o racismo; 4) A função cultural, permitindo ao cidadão de se reconhecer no seu território; 5) A função lúdica como componente do tempo livre e do lazer individual e coletivo. A declaração do Conselho da União Europeia, de 05 de maio de 2003, refere que o valor social do desporto, sobretudo para a juventude. Apesar de algumas derivas (corrupção, dopagem, violência, etc.), convém não atribuir ao desporto mais funções do que ele possui ou que pode assumir. Se a função social do desporto é reivindicada desde a origem dos discursos humanistas “coubertianos”, admite-se que a problemática da prevenção e de inserção social no e pelo desporto surge no início dos anos 80. Desde essa altura, múltiplos programas têm sido aplicados e apelam às práticas desportivas para favorecer a integração, em particular os jovens desfavorecidos ou oriundos de bairros e/ou cidades reputados(as) de “sensíveis” ou “difíceis”. É uma forma de reação social ao famoso “mal dos bairros”, que é julgado como responsável pelo aumento da violência, de roubos, de tráfico de estupefacientes e de outras degradações dos bens públicos e privados. Muitos dos programas e projetos desportivos desenvolvidos, quer em Portugal, quer no estrangeiro, adotam títulos como “inclusão”, “integração”, “inserção”, “socio-desportivos”, “de prevenção”, “de socialização”, “de educação” no e pelo desporto. Esta escolha terminológica sublinha a dificuldade de se nomear o

“público-alvo” (os jovens de origem estrangeira, os jovens saídos da imigração, os jovens de bairros sociais, os jovens em dificuldade, os jovens difíceis) e os territórios abrangidos (bairros “problemáticos”, “sensíveis”, de exilados). Na realidade, a escolha terminológica confirma a incapacidade recorrente de se reconhecer o problema identitário desses jovens e de os acompanhar num eventual processo de integração ou de inserção e de se assegurar o desenvolvimento equilibrado do território.

A luta contra a dopagem

A ideia que surge em vários textos sobre desporto é simples: lutando contra a dopagem, considerada como uma falsidade da performance, e se possível a eliminar, o espírito do desporto será restituído e a ética desportiva é salva. A dopagem surge com um dos perigos contemporâneos para os valores do desporto. A mobilização em torno destes valores é uma ferramenta de luta. A ética desportiva surge, assim, como a “arma e o alvo”. As notícias sobre a dopagem enchem, não raras vezes, as colunas dos jornais desportivos. Com a morte de Thomas Simpson (conhecido por Tom Simpson) (1937-1967), numa etapa da Volta à França, em 1967, o Comité Olímpico Internacional (CIO) decide lutar contra a dopagem, com os primeiros controles nos Jogos Olímpicos (JO) do México (1968). As federações desportivas foram muito lentas a instaurar os controles nas suas disciplinas. O Conselho da Europa adota uma resolução (1966) e depois uma recomendação contra a dopagem (1978). Vários países introduziram legislações específicas *ad hoc*: Áustria (1962), Bélgica e França (1965), Portugal (1970, Decreto-Lei n.º 420/70), Itália e Turquia (1971), etc. Em 1984, o Conselho da Europa adota uma Carta Antidopagem, reconhecida pela Comissão Europeia, pela Organização Mundial de Saúde (OMS), a UNESCO e pelas federações desportivas internacionais. Esta carta baseia-se sobre uma lista de métodos e de produtos (substâncias) proibidas, estabelecida, progressivamente, pela Comissão Médica do CIO. Não colocou fim à dopagem. A luta intensifica-se nos anos 1990. Em 1999, criou-se a Agência Mundial Antidopagem (AMA). A AMA envia observadores a cada edição dos JO e investe uma parte do seu orçamento em pesquisas (exemplo: dopagem genética). A AMA delegou os controles antidopagem nacionais e regionais às agências locais. A luta contra a dopagem é difícil porque é uma fileira económica organizada em rede com os países produtores (Europa de Leste, por exemplo), dos laboratórios de *stock* (Bélgica, Espanha, Países Baixos, Suíça) para os consumidores norte-americanos, europeus e sul-asiáticos. Em Portugal, existe a Autoridade Antidopagem (ADop) e existe uma lei recente (a Lei n.º 93/2015, de 13 de agosto). Vai produzindo, anualmente, relatórios. Um levantamento das informações disponíveis da ADop sobre os casos de dopagem, de 2003 a 2015, dá-nos conta de 564 casos positivos, em várias práticas desportivas. Os desportos mais envolvidos pela dopagem são: futebol (110 casos), o ciclismo (66 casos) e o automobilismo (33 casos). Se a dopagem interpela a ética, na medida em que é reveladora das derivas das sociedades de consumo, ela abre uma via para um debate ainda mais crucial. A dopagem genética pode ser o sinal deste movimento confuso e programático, que se chama de transumanismo. Associando as tecnologias de melhoria do humano, as biotecnologias, as nanotecnologias, as tecnologias de informação e uma certa conceção da ética, o transumanismo pretende empurrar os limites biológicos do homem para chegar ao estágio do pós-humanismo. O desporto tornou-se o laboratório onde se fabrica o pós-humano, o sobre-humano, ou ainda o homem aumentado? *(Esta questão foi alvo de uma investigação que levámos a cabo, com outros colegas, na Universidade Paris-Ouest Nanterre La Défense, em 2015-2016, com a recolha de informações, através de entrevistas semi-diretivas, a praticantes de várias modalidades desportivas sobre o corpo modificado).*

O que é o desporto?

Falamos muito sobre desporto. Tornou-se uma palavra mágica, em todos os domínios. É o remédio universal. A paz encontra-se em perigo? Invoca-se o desporto para ajudar e proclama-se os Jogos Olímpicos (JO) para resolver a paz universal, ocultando a rivalidade das nações. A integração social não funciona? Recorre-se ao desporto. A obesidade é uma obsessão de saúde pública? Eis que surge a palavra desporto. Os laços sociais estão em crise? Apela-se ao desporto para criar o cimento entre os indivíduos. Uma litania faz-se ouvir: desporto, desporto, desporto! No entanto, se nós perguntarmos: o que é o desporto? O que é ser desportivo?, entendemos palavras confusas. A resposta não é fácil, e, no entanto, ele é objeto de uma organização administrativa notável à escala local, nacional e internacional, responsável pela sua promoção e o seu desenvolvimento. O conjunto é gerido por ministérios específicos, dotados de meios (variáveis) e regulamentado por imponentes textos legislativos. Os candidatos a professores de educação física hesitam na sua definição. Eles veem que o desporto é principalmente uma atividade do corpo, mas não é somente isso. Para além do gesto e da técnica, toda a prática desportiva comporta uma tática. Todavia, o gesto pode ser reduzido ao mínimo como no xadrez, onde se limita a mexer as peças de uma casa para outra. Basta consultar alguns livros sobre sociologia do desporto para se constatar que existem imensas definições de desporto. Na aceção atual do termo, dois elementos são importantes: i) o caráter público e, muitas vezes, coletivo das manifestações desportivas; ii) a noção de proeza física mensurável e, neste sentido, suscetível de dar lugar a confrontações de resultados e a recordes. Não sendo progressista nem regressista, o desporto é a perpétua criação dos homens e das mulheres que o praticam e organizam. Por seu turno, esses homens e mulheres são transformados por essa criação. Como fato social, ele exerce uma influência muito importante na vida dos cidadãos. É um fenómeno cultural de ambição mundial, que “atenua” as pluralidades culturais para as transferir para valores internacionalmente reconhecidos. Ele é consumidor de tempo e produtor de imagens. Para que haja desporto, é necessário que o lazer tenha um lugar na existência e nos valores sociais dos indivíduos. Foi o que se verificou na história do crescimento e do declínio do desporto na Antiguidade e no mundo contemporâneo. Remontando um pouco ao passado, sabe-se que a civilização helénica assentava sobre a distinção de uma classe de homens livres e de uma classe de escravos. Os homens livres beneficiavam de uma liberdade formal, puramente política. Os escravos exploravam o solo ou faziam os trabalhos artesanais. Só os homens livres, de língua materna grega, não condenados por crimes e não tendo cometido nenhum perjúrio ou traição, tinham o direito de entrar em competição nos JO, que duraram doze séculos. Os escravos, que poderiam se tornar treinadores, tinham um segundo plano. Os concorrentes (atenienses, espartanos, siracusanos, etc.) sentiam-se gregos. As mulheres casadas, como as escravas, não podiam participar nos jogos masculinos nem serem espetadoras (segundo alguns autores, haveria os Jogos de Hera para as mulheres helénicas, mas eram realizados num momento diferente para elas). As entradas no recinto sagrado (Olímpio), durante os jogos de Zeus (deus grego, o deus dos deuses), eram proibidas sob pena de morte. O desporto na Grécia, que não é apenas o símbolo da cultura grega antiga, mas a sua coluna vertebral, foi submetido às contingências da história e da natureza. A maior

parte das estátuas antigas surgem vestidas. O ginásio vem da palavra grega *gymnos*, que quer dizer nu, sem roupa. Note-se que o culto do corpo no esforço desportivo, como o erótico do nu, está em completa unidade e harmonia com a religião, a arte, a filosofia e a espiritualidade da civilização grega. Contrariamente aos Gregos, Roma não conheceu os desportos. As suas diversas disciplinas atléticas levam a passar, sem transição, da disciplina militar aos jogos de circo. Este povo de conquistadores não tinha nenhum gosto pela luta desinteressada. O catolicismo, inimigo da expressividade do corpo, matou o desporto. A Idade Média, onde se travou um grande número de batalhas pela causa religiosa, conheceu um espírito desportivo, sobretudo o dos torneios, com uma intensidade e uma “frescura” superior ao da Antiguidade Grega. O espírito do Renascimento levou à derrocada do desporto da Idade Média. Se os cavaleiros e os escudeiros, de espadas e lanças nas mãos, eram desportivos, o humanismo não o foi. Outros usos e costumes. A elite intelectual, depois a Corte, depois o povo, perderam o gosto pelos exercícios físicos. A aristocracia entusiasma-se por um desporto funesto: o duelo importado de Itália. É num contexto social bem diferente do que teve lugar, primeiro em Itália, nos Estados do Papa desde o século XV, e depois em toda a Europa, que a tímida tentativa de restauração desportiva encontrou os seus ardentes “advogados”. Em meados do século XIX, o reverendo Thomas Arnold (1795-1842), principalmente no colégio de Rugby, retomou a obra abandonada. Sendo o principal “chefe de fila”, teve o apoio dos seus alunos e “missionários”. Em Inglaterra, primeiro nas “publics schools”, depois nas “grammar schools” e, por fim, nas “high schools”, o desporto surge como um elemento central na educação geral. Ao mesmo tempo, as sociedades de ginástica formam-se na Alemanha, sob o impulso de Friedrich Ludwig Jahn (1778-1852), na Suécia com o apelo a Pehr Henrik Ling (1776-1839), em França pelo trabalho do espanhol Francisco Amorós (1770-1848). Em 1896, em Atenas, sob a iniciativa do barão Pierre de Coubertin (1863-1937), inspirado pelo exemplo da Grécia, os atletas de diversos países restauraram as Olimpíadas. Os exercícios físicos são recomendáveis, o gosto da luta desportiva é bom em si mesmo porque desenvolve certas qualidades úteis na vida moderna: força, saúde, sangue-frio, coragem, amor pela concorrência e de iniciativa. Os JO constituiriam um oásis de fraternidade cavaleiresca, uma sociedade desportiva das nações. A rivalidade desportiva, mais viva e visível do que a rivalidade industrial, é menos feroz do que ela. Não se contam vidas, nem misérias numa guerra de preços. Na luta desportiva também se morre, certo, mas por acidente. É preciso mostrar o quanto somos numerosos, fortes e decididos. Os desportos começam a surgir como uma instituição maior do nosso tempo. Aldous Huxley, escritor britânico conhecido pelo seu célebre romance “O Melhor dos Mundos”, enuncia mesmo que o desporto é uma das maiores descobertas dos tempos modernos e que reflete as estruturas da sociedade. A prática desportiva passa a ser um direito do indivíduo. O desporto é um fenómeno social que impregna profundamente a vida quotidiana dos homens e das mulheres do século XXI. Divertimento aristocrático na origem, a prática desportiva conheceu, desde o século XIX, um crescimento prodigioso e continua a ser um dos fenómenos sociais mais marcantes da nossa época, dando, assim, razão a Huxley. A sua prática democratizou-se amplamente e envolve quase todos os indivíduos. Simultaneamente, o seu carácter internacional não cessa de se afirmar com maior força. É um fim em si mesmo. “A criança brinca por brincar: o homem também, quando ele pode” (Georges Magnane, *Sociologie du sport*, 1964, p. 80). Na sua obra *Pédagogie sportive* (1922), o barão Pierre de Coubertin reivindicava o lugar dos desportos nos programas de educação e pressentia claramente o papel considerável que seria chamado a desempenhar numa sociedade em transformação pela civilização industrial. Deseja-se, cada vez mais, um “homo sportivus” em detrimento de um “homo economicus” ou “homo capitalisticus”. Se o desporto continua a ser para muitos uma distração, às mãos de um grande número de indivíduos, ele é também, atualmente, uma atividade de compensação indispensável a um Homem maltratado pelos múltiplos constrangimentos da vida

moderna. Ele é um espetáculo popular com dimensões grandiosas. É a alegria da “alma” na ação. Ele é, sobretudo, um meio de educação, um precioso fator de desenvolvimento pessoal da personalidade e um meio de promoção humana.

Quem são os campeões?

Quem são os campeões? Será que eles encontram o seu espaço no mundo moderno? O desporto, em geral, e o mito do campeão, em particular, são um poderoso meio de identificação e de gratificação dos indivíduos e grupos sociais. O universo desportivo está povoado de heróis, no sentido etimológico do termo. O culto do campeão atinge uma eficácia de indústria graças à mediatização atual do desporto. O campeão simboliza o sucesso social. A alta competição, ou a alta performance, é o modo de expressão natural da elite desportiva. Ela permite designar o melhor, isto é, o campeão, enquanto “ator de múltiplos teatros”. A qualidade deste último, diretamente mensurável, não é discutida, mas a sua necessidade e sua utilidade não são reconhecidas por todos. Alguns constataam a sua existência, mas recusam-se a dar-lhe uma grande importância. Outros negam o seu papel de campeão e da alta competição no desenvolvimento do desporto, vendo apenas os excessos e os perigos. A querela não é nova. A psicologia fala das suas motivações. A sociologia, que procura “explicar o social pelo social”, segundo Durkheim, elucida o seu contexto de vida e as condições da sua inserção no desporto. Os meios de comunicação social apresentam os fatos e os gestos. Em 1914, quando já havia uma abundante literatura desportiva, Georges Rozet, no seu livro *Les Fêtes du Muscle*, profetizava que os campeões são os precursores do amplo movimento desportivo do futuro, referindo que são personagens fora do comum, pois são “vendedores” de sonhos. Eles realizam proezas e ganham títulos. O campeão torna-se um arauto porque ele é um herói. Não é por acaso que ele é comparado a Hércules. O herói é aquele que se eleva à altura dos deuses, que soube igualar o seu pai. O culto do herói desportivo (receções oficiais, decorações, mensagens de encorajamento, felicitações dos chefes de Estado, dos ministros, e dos homens políticos de todo o género) ilustra a sua importância contemporânea. A atenção fixa-se neles. Fica-se contente com os seus sucessos (e o campeão ilustra a felicidade na vitória). Retemos os seus estados de alma, os objetivos que prosseguem, as suas alegrias, as suas decepções, as lesões, os sofrimentos. Nesta sociedade pós-moderna, os campeões dão um sentido. Eles são o limite extremo dos desafios e dos confrontos. Eles são a expressão da excelência. Como arte, o desporto tem os seus talentos, os seus virtuosos, os seus génios. Eles incarnam uma racionalidade, a aquisição de técnicas e assimilam estratégias. Eles têm uma vontade, uma determinação, trabalho, disciplina de vida, veiculam valores morais e físicos, desejos de vencer. O campeão constitui um horizonte, a projeção de experiências e de ambições. Ele é a norma, a referência. Os campeões continuam a ser os heróis populares porque eles são quase sempre de origem modesta. É o “self-made man”. Convencida do papel desenvolvido pelo campeão, a *Commission de la Doctrine du Sport* (1965) escreve: “o campeão deve ser ajudado e guiado durante a sua vida desportiva, mas não se trata de esmagar a sua personalidade ou de lhe evitar todo o esforço inútil, os problemas maiores. É preciso, ao contrário, acordar as suas possibilidades, de lhe aprender a confrontar e a resolver as dificuldades encontradas no seu caminho. É preciso lhe deixar exprimir livremente, é preciso preservar a sua espontaneidade e o seu entusiasmo. Só com estas condições é que ele poderá melhorar sobre o plano desportivo e que ele conhecerá, sobre o plano humano, um verdadeiro enriquecimento pessoal”. Como a maior parte dos sociólogos do desporto notaram, os campeões, enquanto manifestação concreta da lógica do desporto, representam para as massas uma figura típica, um

“Deus”. Eles são idolatrados pelas multidões. Os *sportsmen* e as *sportwoman* fazem “reais progressos”, no “avant-garde” da tecnologia desportiva. São modelos a seguir. Atraem os jovens e preenchem-lhes os imaginários. Nas previsões do humanista olímpico, Coubertin sublinha que os campeões são os educadores. O campeão está longe de ser um exemplo de homem ou mulher perfeitos. Ele só representa o grupo, uma espécie de porta-estandarte. É um herói da animalidade grupal. E os atletas famintos, malnutridos, com os seus pobres ombros desencarnados, não saem de um campo de concentração. São os homens propostos à nossa admiração. O campeão é um viajante de identidade. Ele representa o clube, a marca comercial ou a Nação à qual pertence. Muitos campeões deixam-se enveredar pela importância desmesurada da sua atividade desportiva. Muitos deixam-se cegar pelo sucesso e a pretensão. A carreira do atleta não pode dissociar-se da vida do homem ou da mulher. Não se pode esquecer que os campeões envelhecem. Ao procurarem a vitória a todo o preço, muitos recorrem a meios menos limpos (exemplo: a dopagem). O perigo não está tanto ao nível da competição ou da performance, mas da inadaptação possível do atleta à intensidade do seu esforço. A vida desportiva quotidiana dá múltiplos exemplos.

Os odores do desporto

A face escondida do desporto pode ler-se pela decodificação do suor. O suor é um signo de uma contorção necessária do corpo para a expressão do prazer. O suor das práticas energéticas (maratona, BTT, desportos coletivos, triatlo, etc.) exprime o calor do corpo e a ação que procura vida. Ele exprime o vitalismo e a respiração corporal, que desperta o indivíduo e o sentido. “Molhar o fato, transpirar grande gotas de suor...”, facilitam a circulação de fluidos e a extração das impurezas interiores. O suor é um indicador de intensidade, revelando o grau de investimento aceito no esforço. Apresenta-se como a presença de um ingrediente indispensável para as imagens efervescentes. Esta substância visível, que se procura eliminar, não surge como nefasta e inútil, socialmente falando. A relação dos odores da natureza, dos vegetais, dos objetos (sapatos, saco de ginástica, fogo, etc.) é uma forma sensível pela qual se constrói as trocas entre si, os outros e os espaços de prática. Recordamo-nos que, em 2004, quando anunciámos que iríamos fazer um estudo sobre o karaté, um investigador nos disse: “vais passar a cheirar muitos balneários”. Sem dúvida! É preciso juntar a esta delação a dimensão do sensível pela qual se constrói os compromissos com uma determinada prática desportiva. Lembremo-nos também de muitos praticantes de karaté nos dizerem: “se não suar no treino não fico bem comigo mesmo”. É como se o suor fosse um sinal de esforço, reconhecido pelos outros. O homem constrói-se em alteridade com os outros. Magnane, em “*Sociologie du sport*” (1964, pp. 67-68) conta uma história alusiva ao suor e à sua representação: “Numa tarde em final de junho, fazia muito calor e nós estávamos a escorrer em suor. Um praticante, de profissão cozinheiro, antes do treino [de judo] já tinha transpirado enormemente no exercício do seu trabalho. Como o vi muito contente em suar, uma vez mais, fiquei admirado. Ele explicou-me: ‘É isto que eu gosto. Se fosse para um estádio, não fazer nada, seria para me divertir. Aqui [no centro de prática], eu venho trabalhar. Mas não é a mesma coisa que o trabalho. O que muda tudo’. De fato, o que muda tudo é a liberdade conquistada. Os praticantes vão treinar para suar, mas sobretudo para “trabalhar” na sua disciplina preferida. Nós ouvimos muitas vezes os praticantes de aikido dizerem: “no *dojo* chora-se [fazendo alusão aos duros e transpiráveis treinos] para depois nos rirmos no campo de batalha [os praticantes aludem a uma possível alteração de rua]”. Convencem-se e são convencidos que são invencíveis. Mas para isso é preciso suar. Será que os marcadores socioculturais participam na declinação do campo odorífico, segundo os meios sociais de pertença?

O que é um fenómeno desportivo?

O fenómeno desportivo repousa inteiramente sobre uma procura social constituída por dois elementos. De um lado, o praticante joga, salta, lança, evita, visa, corre, nada; do outro lado, o praticante vê jogar, lançar, saltar, lançar, evitar, visar, correr, nadar, etc. De um lado, são os praticantes desportivos; do outro lado, são os não praticantes, que vão ao estádio, aos circuitos, veem a televisão ou leem as páginas especializadas. Estes dois tipos não são opostos e não se excluem mutuamente. Eles são o complemento, alternativamente os mesmos: quando são jovens, a maior parte dos casos, e sucessivamente os mesmos quando a idade, o modo de vida ou uma incapacidade reduz as suas capacidades ou, simplesmente, quando o seu desejo de conseguir os esforços físicos se escapa. O fenómeno desportivo divide-se em dois sistemas. Um sistema no qual os indivíduos (sozinhos ou em grupo) entram em competição uns contra os outros (exemplo: as grandes maratonas de Londres, Nova Iorque, Paris, Berlim). Comparamo-nos uns aos outros. É a confrontação de um adversário contra si que sai da avaliação. Os encontros têm um sentido e um interesse para os competidores e espetadores (quando estes existem) e só devem opor desportivos de valor sensivelmente igual. É, por isso, que existem classificações, separando os grupos por níveis extremamente ténues. Procura-se a homogeneidade dos confrontos. Os melhores sobem de divisão ou categoria de valor, os menos bons descem. Em princípio, quanto mais se aproximam do alto nível, mais as distâncias de valor se esbatem. Este sistema compreende todos os desportos de competição conhecidos (futebol, râguebi, ténis, ciclismo, andebol, basquetebol, judo, etc.). A grande maioria dos praticantes é amadora. Os atletas de alto rendimento são, essencialmente, profissionais. A “elite” são “os melhores iguais”, ou seja, indivíduos selecionados na ordem da excelência, que se separam, regra geral, em distâncias ténues, quase ínfimas, por vezes, invisíveis a olho nu, distâncias que podem ser reversíveis a cada novo encontro. Os concorrentes são tão próximos uns dos outros que é preciso aumentar o tempo do jogo (competição) até ao surgimento da diferença: é o caso dos prolongamentos, no futebol. Em muitos desportos, faz-se apelo ao “foto-finish” e nas provas contrarrelógio aos centésimos e milésimos de segundo, à medida do objetivo e incontestável. Neste primeiro sistema existe uma organização da incerteza. É o espetáculo de massas, capaz de federar milhões de telespetadores, aos estádios superiores, quando entram em confronto a “elite dos melhores iguais”. O desporto-espetáculo, organizado sempre da mesma forma, segundo as três regras do teatro clássico: unidade de lugar, unidade de ação e unidade de tempo, surge como uma “liturgia de identificação”. Terá ela um carácter religioso? Sim, se utilizarmos o seu sentido forte e etimológico de “religare” (latim). Sim, se consideramos que ele repousa sobre uma crença (*illusio*) na permanência de uma coletividade e mesmo de uma personalidade coletiva. Esta liturgia testemunha a reconstrução de um tipo de sacralidade, nova, e emerge diretamente no seio do universo profano e para (re)encantar o mundo. No segundo sistema, os indivíduos (sozinhos, raramente em grupo) entram em competição com eles próprios. Avaliamo-nos a nós próprios, não temendo espetacularizar as desigualdades (de capacidades, de treino, de motivação). O desporto assenta sobre uma curiosa e fecunda combinação de igualdade e de desigualdade. Ele não é apenas a simples diversão. Ele não é apenas uma atividade e um complemento

de aprendizagem e de formação. Ele é, hoje, o que reúne os homens, mesmo quando eles se confrontam numa banal competição. A política do desporto é a de participar na construção de uma ligação social. De uma certa forma, o desporto assume um papel outrora assumido pela Igreja, a estrutura militar, o trabalho. Ele participa na reestruturação da sociedade, a começar pelos modos de vida, que marca os ritos sazonais que acompanhava a vida rural e, durante estes eventos de grande ressonância que reúne os membros de uma sociedade, o desporto permite a existência da vida coletiva de uma comunidade de homens e de mulheres que a constituem e se reconhecem.

O espírito do desporto e o espírito do jogo

Sem espírito desportivo, não há desporto. O respeito pelo árbitro, pelos adversários ou parceiros são as regras elementares da socialização. Num “espírito positivo”, coloca-se a questão do espírito desportivo como uma questão da civilização, uma oportunidade, por forma a que a ética individual e a vontade de continuar humanos e cidadãos para não sermos manchados. As regras do jogo todos conhecem, mas o espírito do jogo, em particular, o respeito dos outros e si mesmo, é preciso ser impregnado e não ser necessário abrir a carta desportiva para saber se determinada coisa é boa ou má. O senso comum considera frequentemente como postulado que o espírito de equipa se adquire por uma longa prática dos desportos coletivos, uma forma excelente de introdução à vida em sociedade e “as regras do jogo desportivo intervêm para colocar o controle da necessidade da violência nas mãos dos gestores, treinadores ou outros representantes da ortodoxia”, escreve Georges Magnane, em *Sociologie du sport* (1964, p. 33). São eles os “diretores da consciência popular”, a que Howard Becker, em *Outsiders: études de sociologie de la déviance* (1985), chama de “empreendedores da moral”. Assim, as regras do desporto são a principal atração para as atividades aprovadas, “lícitas”, conscientemente sociais, e, num sentido mais amplo, dóceis. O desporto não é um espetáculo de desigualdade, mas um espetáculo de igualdade, razão pela qual o maior perigo que ameaça o desporto espetáculo é a grande dominação de um jogador, de um atleta ou de uma equipa. É preciso substituir o adversário incompetente das finalidades competitivas, que são os recordes. Não chega apenas ganhar. É preciso ser o mais rápido de todos os tempos, entrar na história. O espírito do desporto não é apenas opor os desiguais, das equipas ou dos atletas de nível heterogêneo. O critério que permite julgar o respeito do espírito do jogo é a reversibilidade dos resultados. O espírito do jogo é opor os valores sensivelmente iguais.

As práticas desportivas das mulheres

Historicamente, o desporto é uma prática masculina. No século XIX, as mulheres são pouco numerosas a praticar uma atividade física ou desportiva. A sua “condição feminina”, que contribui para a organização da vida social da época, não lhe permitia. De fato, a sua presença era proibida nos clubes desportivos, nomeadamente na Grã-Bretanha, e elas, muitas vezes, consideravam que não tinha que se exhibir neste género de prática, conformando-se às representações sociais da mulher então em vigor. O espaço desportivo é um espaço da dominação masculina, permitindo aos homens “provarem que o são” e demarcando-se do feminino, associado ao sexo fraco. Nos dias de hoje, segundo os inquéritos realizados, a proporção das mulheres aumentou claramente, mas ela continua a ser inferior às dos homens. Comparado aos homens, as mulheres investem de forma diferente o universo desportivo. As atividades físicas preferidas recaem sobre a marcha, a natação, a bicicleta, a ginástica ou a dança. Elas parecem pouco atraídas pela competição. O ensino de educação física também é pouco feminizado. O investimento do desporto pelas mulheres, que se efetua por pequenos passos, contrasta muito com a evolução das normas, a aspiração à igualdade entre os sexos e a diversificação dos modos de vida. Interrogadas sobre o que pode ser um obstáculo para elas para a prática de um desporto, as mulheres, mais do que os homens, respondem com um mesmo argumento: “a falta de tempo”. Se elas estão afastadas dos estádios, das piscinas, etc., é porque pesa o tempo para se consagrarem ao domicílio, às crianças, ao trabalho doméstico, que se junta a um tempo profissional. As mulheres, mais do que os homens, provam um sentimento de “compressão” na vida quotidiana. Profissionalmente ativas ou não, elas consagram mais tempo ao trabalho doméstico do que os homens. As práticas físicas e desportivas inscrevem-se no tempo livre dos indivíduos, ou seja, o tempo que sobra uma vez realizadas as tarefas familiares, domésticas e profissionais. Mas a profissão e o tipo de trabalho, os volumes e os modos de organização horária, a que se junta os tempos de transporte para o trabalho, são elementos que, um a um, combinados e acumulados, desenham o “tempo” absorvido pela atividade profissional. Cremos que a “falta de tempo”, ressentido a nível pessoal, resiste mal, a termo, como o verdadeiro motivo explicativo da ausência de práticas físicas de certas categorias de mulheres e de homens. Neste sentido, como explicar que certas mulheres encontram tempo, não apenas para o desporto, mas para a leitura, ida aos museus, cinema, etc., quando têm uma ocupação profissional absorvente? O tipo de “socialização feminina” pode pesar muito sobre a “falta de tempo” e na ascensão à prática desportiva, através da relação ao corpo que ela infere. Por outro lado, muitos homens preferem praticar desporto ao fim de semana, sobrepondo-se ao tempo familiar, enquanto as mulheres preferem fazê-lo durante a semana e à hora do almoço. As mulheres programam as suas atividades, enquanto os homens dão espaço à “improvisação”.

A identificação desportiva

“Uma equipa, uma nação”. A vitória desportiva é um meio eficaz para sublimar o sentimento nacional. Todos os Governos recorrem ao desporto para reforçar, no interior, os laços de uma comunidade ou adquirir, face ao exterior, uma dignidade coletiva ou nacional. Nos países em vias de desenvolvimento, o desporto é uma arma política que serve os poderes instalados, mas também pode assumir uma forma de contestação. Ele é, muitas vezes, utilizado como um meio de pressão diplomática, em particular pelo boicote de países ou de competições internacionais. Submetido ao político, o desporto não será uma ideologia? O desporto disciplina e “domestica” o sentimento identitário. E torna-se vão abordar-se a questão do desporto contemporâneo sem ter em conta este aspeto crucial, amplificado pela televisão. O desporto-espetáculo surge como uma mercadoria de massas e a organização dos mesmos como um ramo do “show business”. O valor coletivo reconhecido pela prática dos desportos, sobretudo depois que as competições desportivas se tornaram uma força relativa das Nações, esconde o divórcio entre a prática e o consumo. Por consequência, das funções do simples consumo passivo. Em regra geral, a identificação conduz à formação das multidões. Mas com a diferença de outras multidões (políticas, religiosas, militares), a multidão desportiva não é subjugada, salvo algumas exceções, pelo carisma dos *leaders* que poderiam levar a cometer atos irreparáveis. Nesta eventualidade, os atores do relvado (futebolistas) esforçam-se para jogar um papel moderador. A multidão desportiva tem um caráter particular: o seu primeiro objeto é de identificação – a equipa, o campeão, que é a ideia diretriz da nação. Quando se ouve dizer pelas pessoas “estou triste por Portugal”, quando se perde um jogo da Seleção, é como se fosse um “atentado” à secularização da identidade. Quando a equipa representada é eliminada de uma competição, o espetador reporta a seu favor segundo a regra de proximidade nacional ou cultural. Os Europeus do Norte apoiam a Holanda quando da final do Mundial de Futebol de 1978 contra a Argentina. Os argelinos apoiam a equipa da França quando da eliminação do país no Mundial de 1982, em Espanha. Os austríacos apoiam a Alemanha, etc. No fundo, a identificação no desporto é uma modalidade social, coletiva, específica, que permite a manifestação de um sentimento de pertença grupal. A nação permite a cada um de se situar, de uma forma geral, no mundo ou, em todo o caso, relativamente aos outros, sejam eles espaços ou povos. Este sentimento de pertença é uma construção fundamental derivada da História, isto é, de uma história no decurso da qual os Estados dão forma, diferente, às nações, que se dotam de formas estruturantes. A identificação pode ser difícil, sobretudo quando é preciso escolher entre as suas origens e a vontade de integração social noutro país, como foi o caso do Euro 2016, com os luso-descendentes divididos emocionalmente entre os seus dois países: Portugal-França (um de coração e outro de residência). Entre uma velha e nova pertença, que são sobrepostas, entre raízes e enraizamentos. As identificações não cessam de se recompor, de ser um movimento interno e de se reconfigurar em ordem da batalha, o tempo que dura uma competição com concorrentes múltiplos.

O desporto e o lazer

É lugar comum dizer-se que o evento da industrialização e das democracias industriais determinou a eclosão do desporto moderno e a sua extensão a um fenómeno quase mundial. A atividade desportiva saiu dos estreitos quadros onde estava confinada, de alguns meios privilegiados e de algumas manifestações populares e tradicionais, mas episódicas. A sua expansão foi criada também pelas condições promovidas pela civilização técnica. O século XX foi palco de transformações tecnológicas e sociais que alteraram a vida dos homens (no domínio tecnológico: o automóvel, o avião, a comunicação sem fios, os progressos médicos, o nuclear civil e militar; no domínio social: a emancipação das mulheres e dos adolescentes). Neste processo de alterações, o lazer assume um papel importante. Entrámos numa sociedade de lazers, com mecanismos particulares. A partir de 1980, e consoante os países europeus, o tempo livre tornou-se o tempo de vida mais longo, que ganhou sobre o tempo de trabalho e o tempo requerido a satisfazer as obrigações diversas (sociais, administrativas, higiénicas, familiares, domésticas, etc.). Apesar das diferenças, o tempo livre tornou-se o primeiro tipo de vida nos países desenvolvidos. O trabalho não foi destituído socialmente. Ele continua organizador. É a partir do trabalho que se continuam a se distribuir as temporalidades sociais. O trabalho ritma e determina os modos de vida, dos ativos, bem como dos inativos. É o trabalho que continua a organizar o dia, a semana, o mês e o ano. Retirando a questão profissional, praticantes desportivos e não desportivos procuram aproveitar o lazer. Na sua continuidade, o fenómeno desportivo é inteiramente lazer. É isso que lhe dá sentido e lhe confere a sua especificidade. Sem o lazer, sem o surgimento de uma sociedade de lazers, o fenómeno desportivo não existe. E se existe, é de outra forma. O tempo livre tornou-se o primeiro tempo de vida nos países desenvolvidos. Uma tendência se afirma, que consiste em compensar um trabalho cada vez mais intenso pelas atividades de lazer com uma intensidade correspondente. Ouve-se dizer que o desporto reclama capacidades físicas. Se é verdade para o nível de alto rendimento, não é verdade para todos os desportos. A simples saúde permite amplas possibilidades de praticar desporto e o leque de práticas desportivas é tão rico para a diversidade de gostos e de aptidões se possam exprimir. O desporto tem a incomparável faculdade de preencher o tempo livre.

A classificação dos desportos

Tratando-se do mundo social, classificar é classificar indivíduos, que, eles mesmos, classificam. É classificar coisas que têm propriedade de ser classificadas. A questão da classificação, tal como ela nos é colocada em sociologia, obriga a perguntar quem classifica no mundo social? Será que todos classificamos? Esta classificação é instantânea? Como é que nós classificamos? Será que classificamos da mesma maneira que um biólogo, zoólogo ou botânico? Classificamos a partir de que definições, de que conceitos, etc.? O que é uma classificação objetiva (a partir de um conjunto de critérios ligados entre si por graus diversos, que se podem medir estatisticamente, isto é a realidade das coisas no seu estado latente)? Se todos classificam, será que os classificadores têm o mesmo peso social? De uma forma simplista, o sociólogo Yonnet (2004, p. 112) avança com uma classificação dos desportos em duas categorias: perfeitos e imperfeitos. O futebol, o atletismo, o basquetebol, são, para si, perfeitos. O boxe (nobre arte) e o judo são imperfeitos. No primeiro caso, a qualidade da performance julga-se pelo resultado. Existe uma instrumentalização igual: bicicleta, bola, pista, peso. Os adversários confrontam-se para designar um vencedor, um vencido, e romper provisoriamente o equilíbrio, até uma próxima oportunidade. No segundo caso, a classificação tem a ver com a infiltração da qualidade no mundo da quantidade (mensuração e pela rutura das condições de igualdade). Um juiz não é um árbitro. Um decide o resultado, o veredito; o outro, é encarregado de fazer respeitar a regra. Os desportos imperfeitos são sedutores, e muito populares, porque eles rompem com o equilíbrio normal da competição desportiva. Mas não são democráticos. São essencialmente desportos de clientela, onde se satisfaz a hierarquia, onde o inferior se vê a admirar o superior e o dominante o dominado. São também oníricos. O segredo do futebol é a de não ficar nesta ambivalência. Considerando o aspeto nutricional, a classificação pode ser de desportos de curta, média e longa duração. Um médico francês especialista em desporto (Dr. Dumas), referenciado por Bouet (1968, p. 70), resume-os da seguinte forma:

- Os desportos de curta duração: breve esforço, que não permite uma alimentação pré-competitiva. É o caso do atletismo, por exemplo, onde se concebe muito mal que o “sprinter” se possa alimentar durante o esforço.
- Os desportos de média duração: que obrigam a uma alimentação pré-competitiva. É, por exemplo, os desportos de equipa, onde a meio tempo se pode e deve ser utilizada para fins de descanso e recuperação energética.
- Os desportos de longa duração: que obrigam a uma alimentação pré-competitiva, como é caso do ciclismo, o alpinismo, a espeleologia, etc., que necessitam de um suplemento alimentar durante a competição.
- Mas estas considerações têm limites. As condições de treino moderno, sobretudo para o alto rendimento, requerem uma especialização nutricional racional.
- A alternativa da classificação dos desportos de competição e em não competição foi alvitada por Staley (1955). Ele distingue:

- Os desportos de acrobacia (fundamentalmente não competitivos). Exemplos: ginástica, patinagem no gelo (figuras), rodeo.
- Os desportos atléticos (fundamentalmente competitivos). Exemplos: basebol, futebol, ténis.
- Os desportos de combate (fundamentalmente não competitivos): Exemplo: esgrima.
- Os desportos de natureza (fundamentalmente não competitivos). Exemplos: canoagem pesca e vela.
- Os desportos individuais atléticos (fundamentalmente competitivos). Alguns representam uma forma competitiva de um desporto não competitivo. Exemplos: corrida de bicicleta, corrida a pé, corrida de skis.

Esta classificação encontra-se, em vários aspetos, desatualizada. O filósofo Bouet (1968) classifica as práticas desportivas em cinco grandes grupos:

- Os desportos de combate (boxe, judo, karaté, aikido, luta).
- Os desportos com bola (futebol, andebol, basquetebol, voleibol).
- Os desportos atléticos e de ginástica (halterofilia, atletismo, natação, ciclismo).
- Os desportos de natureza (alpinismo, canoagem, mergulho, espeleologia, pesca).
- Os desportos mecânicos (motociclismo, automobilismo).
- Em suma, não se sabe qual é a força social destas classificações.

Referências

- Bouet, M. (1968). *Signification du sport*. Paris: PUF.
- Staley, S. (1955). *The world of sport*. Illinois: Champaign.
- Yonnet, P. (2004). *Huit leçons sur le sport*. Paris: Gallimard.

Os fatores diferenciadores na prática desportiva

O Sexo

Se recuarmos a nossa análise até à Idade Média, verifica-se que as mulheres medievais não fazem verdadeiramente desporto. As jovens raparigas não têm uma adolescência e ocupam precocemente o lugar que é lhe imposto pela sociedade medieval. O ‘desporto’, que os homens praticavam (luta, natação, tiro com arco, torneio, etc.), não foi feito para elas. O esforço físico não podia estar totalmente ausente das ocupações femininas, mas ele não era valorizado em termos de proeza, nem mesmo no tempo limitado como a aprendizagem ou a iniciação. Atividades em recintos fechados, uso restrito do corpo no espaço público, vestuário impondo um mecanismo restritivo do corpo, tabus ligados à menstruação e perdas pós-parto, ou ainda controlo da sexualidade, foram sempre observados. Elas passam diretamente da infância ao estatuto de esposa ou de mãe. As mulheres, intimamente persuadidas da sua “diferença”, evocam: “a lei irrevogável da sua natureza”, o “seu destino”, “a lei da criação”. A costura e os bordados são fortemente recomendados para elas. Em qualquer meio social, uma mulher deve saber cozer e bordar. Os valores da virgindade e de maternidade, que a ideologia religiosa investiu no corpo feminino, não abriram perspectivas para elas quanto às atividades de lazer, centradas nos exercícios físicos. À fraqueza da Eva corresponde à força de Adão, à passividade a ação, à submissão a autoridade, à dependência a liberdade, ao sofrimento o vigor, ao sentimento a inteligência, à graça a grandeza. Até então, é preciso reconhecer que a natureza fêmea é inferior à natureza macho. É, sobretudo, importante às mulheres saber obedecer! E é aí que reside a sua verdadeira fonte de felicidade. No seu livro sobre a educação das jovens raparigas no século XIX, Bricard (1985) sublinha que estamos longe de proibir as jovens de toda a atividade intelectual ou artística, mas a prudência recomenda de se limitar ao estudo da história, da geografia, do desenho e da sã moral. Nada de literatura, de poesia, e sobretudo de música, mas, pelo contrário, muito exercício para combater a exaltação nervosa: passeios a pé, equitação, dança, etc. O campo é o quadro sonhado para a eclosão tranquila de importantes funções. Para os homens, existem tratados de esgrima, de caça, arte militar. Eles são encorajados a desenvolver as suas capacidades físicas no espírito de apropriação do espaço social. O “homem medieval” dedicava-se aos divertimentos que procediam do jogo (liberdade de escolha, gratuidade, gosto pelo risco, submissão às regras), de combatividade (pelo confronto voluntário com o adversário ou obstáculo) e de paixão (pela intensidade de compromisso e de exaltação da performance). O desporto é uma arena masculina que, não somente exclui as mulheres, mas faz da dominação masculina uma relação natural. O desporto foi e continua a ser um produto de homens e controlado pelos homens. Ele permite aos homens de mostrar as qualidades viris, tais como a força, a combatividade e a audácia. Os desportos a que dão grande preferência são os especificamente masculinos, tais como o rãguebi, o futebol, o hóquei em patins ou gelo. No seu comportamento como desportivos, os homens adotam facilmente uma postura enérgica e dura. Eles fazem dos seus clubes desportivos os locais onde se encontram “entre homens” e utilizam o desporto como o meio de sublinhar a sua independência das mulheres. O aspeto masculino dominante do desporto exprime-se também ao nível das instâncias dirigentes. A dominação masculina conduz

também a percepções e a modelos culturais determinando a forma como o desporto é dirigido e praticado. Como mostraram Louveau e Davisse (1991, p. 288), o desporto é um “conservatório das identidades”. É “o local, por excelência, onde se pereniza a distinção entre os sexos, como o conservatório de uma masculinidade e de uma feminidade tradicional” (Louveau e Davisse, 1991, p. 111). As desigualdades mulheres/homens objetiváveis no desporto são plurais: desigualdades intra e inter sexos no acesso à prática de uma atividade física ou de um desporto; desigualdades no acesso às diversas disciplinas desportivas. Estas duas formas têm uma ancoragem na história e perduram nos dias de hoje. Durante muito tempo, a instituição desportiva foi um território reservado aos homens para eles adquirirem e manterem a sua virilidade. O universo desportivo está cheio dos atributos da virilidade que são a força, a potência, a velocidade, a capacidade de infligir a violência, o culto do corpo musculado e dominador, de estigmatização das mulheres e da homossexualidade. Mesmo se a impressão viril não desapareceu da instituição desportiva, as mulheres, em nome da igualdade, amplamente investiram nas práticas reservadas aos homens. Originalmente, as mulheres não acederam às mesmas modalidades desportivas nem às mesmas condições que os homens. Para limitar a sua participação desportiva, utilizou-se muitas vezes os argumentos de ordem médica, estética e social. Da “fragilidade física” à falta de “naturalidade” de combatividade, passando pela “virilidade” de certas disciplinas desportivas, não raras vezes ela era (e continua a ser, por vezes) motivo de chacota. No decurso dos anos a mentalidade não mudou muito relativamente à mulher e a sua participação no mundo desportivo, pelo menos até à década de 60. Em 1965, em França, é publicado um relatório da *Comission de la Doctrine du Sport* (1965, p. 29). Nele pode ler-se que, para a jovem rapariga e para a mulher, “a prática de certos desportos coletivos é impossível ou mínima”. Sobre o pretexto de serem mais adaptadas à sua condição física, sugere-se “a dança, a natação, o ski, as corridas de velocidade muito curtas, a ginástica harmónica, o ténis” (*Comission de la Doctrine du Sport*, 1965, p. 29). Como “princípio absoluto”, deveriam ser propostas às mulheres as “atividades desportivas que respeitem os imperativos da harmonia estética, da graciosidade, da feminidade e que fazem apelo à flexibilidade, à agilidade e ao ritmo” (*Comission de la Doctrine du Sport*, 1965, p. 30). Na alta competição, “deveriam ser rejeitadas as disciplinas desportivas estressantes para o corpo e que são opostas às características gerais da feminidade” (*Comission de la Doctrine du Sport*, 1965, p. 75). Os desportos, considerados violentos e ‘masculinizantes’ (de tradição masculina), são interditos às mulheres. E quando elas “invadem” estes desportos têm que fazer prova da sua feminidade e redobrar a sua vigilância para se colarem à imagem associada ao corpo feminino, que deve seduzir. É preciso ser bela para se ser útil. As atletas, redirigidas para os espaços de prática convenientes ao seu sexo, são, assim, colocadas sob a tutela masculina. Se as federações as integram progressivamente, algumas resistem. O campo desportivo integrou as mulheres, mas engendrou correlativamente os seus próprios meios de controle para perpetuar um modelo preservando o masculino. O teste da feminidade é um exemplo. Por detrás do discurso de igualdade de oportunidades para atingir o pódio, o desporto entretém mecanismos de reprodução que a toda a sociedade acompanha. Homens e mulheres não evoluem da mesma forma na prática desportiva. As mulheres são muitas vezes minoritárias no seio das federações uni-desporto, mas elas são mais numerosas nas federações multidesporto. A razão é que essas federações propõem práticas viradas para o lazer, a saúde, o bem-estar, em vez da competição. As federações uni-desporto têm uma vocação competitiva muito marcada e, por isso, uma tendência para excluir os menos performantes. Por consequência, uma grande parte das mulheres se encontram excluídas. Por outro lado, as mulheres mudam mais, frequentemente, de atividade desportiva. O fundador da “exposição universal do músculo” (JO modernos), o barão Pierre de Coubertin, não queria que as mulheres participassem. Confirmando a sua posição negativa, declarou que “uma olimpíada com a participação de mulheres seria pouco prática, desinteressante, pouco estética e incorreta” (Coubertin citado em Bressan, 1981,

p. 34). Para si, elas estavam lá apenas para aplaudir e coroar os vencedores. Apesar do seu desacordo e os seus discursos, as mulheres entraram, progressivamente, nos JO e aí permaneceram. É inseparável da realidade do desporto moderno. A participação das primeiras mulheres desde os primeiros JO aumentou substancialmente. De 20 nos JO de 1900, em Paris, passou-se a 4700 no JO de 2016, no Rio de Janeiro, ou seja, 45%. O universo desportivo não se conjuga mais sobre o investimento (nos sentidos económico, psicológico e de ação) dos homens. O crescimento da escolaridade das raparigas e a atividade socioprofissional das mulheres, induzem a um reforço da prática desportiva. Apesar dos indiscutíveis avanços, ainda existem muitos obstáculos para aumentar a participação das mulheres no desporto a todos os níveis (lazer, escolar, amador, competitivo, etc.), funções e papéis, e para desenvolver a democracia no seio das organizações desportivas. Na sexta conferência europeia, dedicada às “mulheres, desporto e democracia” (2004), concluiu-se:

- que existe um acesso desigual das mulheres nas instalações desportivas;
- a questão da educação física continua insuficientemente desenvolvida em muitos países, o que penaliza as mulheres.
- o desenvolvimento do comunitarismo de toda a ordem podem ser um obstáculo ao desenvolvimento das práticas femininas.
- o pequeno número de mulheres nas estruturas de decisão dos organismos desportivos;
- a imagem degradada e parcial do desporto feminino dada pelos meios de comunicação social.
- existem dificuldades na concretização concreta e real de todas as resoluções que vão sendo adotadas sobre as mulheres e o desporto aos níveis regionais, nacionais, internacionais, e olímpicos.

Existe hoje um desfasamento importante entre as práticas propostas pelos clubes, virados essencialmente para a competição e as aspirações das mulheres, mais diversas e orientadas para a convivialidade, as práticas familiares, a saúde e o lazer. Este desfasamento, explica, em parte, o número insuficiente de mulheres no desporto. Resulta daqui também a fraca presença nos centros de decisão (federações, por exemplo). O progresso desejado de maior participação das mulheres no desporto passa pela educação. Com a participação das mulheres no desporto, interessantes domínios de investigação se abrem. Como é que a prática desportiva pode afetar as mulheres? Como é que a expansão do desporto feminino pode modificar a forma como a sociedade entende o desporto e como este entendimento influencia sobre o número de mulheres atraídas pela experiência desportiva? A prática desportiva constitui uma aprendizagem do “viver em conjunto”, que é de valorizar, num momento, e nalguns bairros do nosso país, os valores e os princípios da república e da democracia, que são seriamente ameaçados.

A idade

As assembleias dos JO aparecem como verdadeiras festas da juventude do mundo. Do ponto de vista psicológico, os jovens são admiravelmente aptos à prática desportiva. Existem desportos e maneiras de praticar que se acomodam com a idade. De fato, assiste-se a um movimento crescente de práticas desportivas nas faixas etárias para além da juventude. As provas de veteranos (que alguns chamam “antigos”), que começa com trinta e cinco anos de idade, não é coisa rara. O que leva a uma prática em detrimento de outra, numa determinada idade, é a intensidade da prática, a natureza das motivações, os objetivos, os valores (e o “sentido dos valores”) etc. A massa de praticantes, segundo a idade, orienta-se diferentemente. E a forma de se praticar muda da juventude à idade madura ou de idade. De fisicamente mais intensa passa a menos intensa. Ao mesmo tempo, o ardor competitivo se faz sentir menos feroz e menos imperioso. Para Bourdieu (2002, p. 192), “a relação entre as diferentes práticas desportivas e a idade é mais complexa”, pois não se define por intermédio da

intensidade do esforço físico reclamado, mas de uma dimensão do “ethos de classe”. Faz notar ainda que “a propriedade mais importante dos desportos ‘populares’ é que eles sejam associados à juventude, que se exprime pelo dispêndio de energia física e abandonadas muito cedo (a maior parte das vezes no momento do casamento que marca a entrada na vida adulta)” (Bourdieu, 2002, p. 192). Ao contrário, os desportos ditos “burgueses” são praticados, principalmente, pelas suas funções de manutenção da forma física e “pelo proveito social que eles proporcionam, tendo em comum aumentar a idade da prática para além da juventude, quanto mais prestigiosos e mais exclusivos (como o golfe) forem” (Bourdieu, 2002, p. 192).

A profissão

A profissão pode ser um fato de não prática ou de menos prática desportiva. As pessoas que trabalham em espaços interiores participam mais nas atividades desportivas de competição e de recreação. A taxa de desportistas em meio rural é fraca. A resposta dada é que já fazem muito movimento, em razão da sua profissão. Se deixarmos de lado as profissões da terra, o tipo de profissão influencia sobre o desporto praticado. No caso da classe operária, pratica-se, sobretudo, os desportos de equipa, como o futebol, onde o espírito de equipa é muito desenvolvido, na medida em que grande parte do trabalho é feito em equipas de trabalho. Eles veem-se na continuidade dessas tarefas, discutem, e prestam assistência mútua. Quando praticam um desporto de equipa, eles transpõem certos comportamentos e certas qualidades profissionais. A adesão a uma profissão pode levar também à escolha de uma prática desportiva: desportos de combate (polícia, militares, etc.); parapente (aviadores profissionais); tiro e equitação (militares, polícias); yoga (professores), etc. A formação e o treino numa determinada prática desportiva podem ajudar no desempenho da profissão. De uma maneira geral, os representantes de uma profissão podem dominar num clube, o que pode importar maneiras, atitudes, representações, preocupações vindas do meio profissional e impregnar-se no grupo desportivo.

O meio socioeconómico

Entende-se por meio socioeconómico um conjunto de elementos que parecem coincidir com a classe social. Eles entram em combinação de uma forma complexa, como vários estudos o sublinharam. São as categorias socioprofissionais, o estatuto ou a situação numa profissão e tem um papel importante na produção. Depois, é o rendimento, a fortuna, a propriedade, e o emprego que provoca os recursos, levando a um nível de vida e a um estilo de vida (a quantidade de tempo livre e a distribuição do tempo de lazer tem muita importância no que diz respeito à prática desportiva). Neste somatório, temos ainda a rede de relações pessoais que se tem com pessoas de um determinado meio socioeconómico. A pertença a um meio socioeconómico implica uma educação, uma cultura, usos, costumes, gostos, atitudes políticas. A influência do meio socioeconómico atinge o desporto, fenómeno essencialmente social. É assim que a riqueza permite praticar desportos onerosos como é o golfe em muitos países, ou como o “yachting” (iate). Há desportos chiques e há desportos populares. Várias pesquisas permitiram obter dados precisos sobre a realidade da estratificação social no domínio do desporto e os seus efeitos.

O local de residência

Quando os sociólogos procuram compreender os fatores que conduzem os indivíduos escolher uma prática desportiva, cruzam muitas dimensões da “identidade” da pessoa: idade, origem social, género, origem nacional ou étnica, capital cultural, mas esquecem-se o local de habitação. De uma maneira indireta, alguns geógrafos analisam as variações territoriais do desporto e tentam analisar as culturas desportivas. Investiga-se pouco o “efeito do bairro” sobre as práticas desportivas. O desporto nos

bairros caracteriza-se pela diversidade das práticas, do estatuto dos organizadores e dos intervenientes. Pode ser uma oportunidade para os habitantes frequentarem um clube. Em França, existe os ringues móveis, o que permite aos jovens se iniciarem no boxe educativo. Outros desportos, como o basquetebol, o judo e as danças são também muito procurados, permitindo promoverem-se competições entre bairros. As práticas desportivas, de competição ou lazer, podem ajudar os praticantes a sair do bairro para investirem noutros espaços e encontrarem outros indivíduos, criando uma rede social. Estas práticas desportivas podem ajudar, evitando a exclusão social e transformando os modos de socialização.

Referências

- Bourdieu, P. (2002). *Questions de sociologie*. Paris: Les Editions de Minuit.
- Bressan, S. (1981). *Le sport et les femmes*. Paris: Editions de la Table Ronde.
- Bricard, I. (1985). *Saintes ou pouliches : l'éducation des jeunes filles au XIXe siècle*. Paris: Editions Albin Michel.
- Comission de la Doctrine du Sport (1965). *Essai de la doctrine du sport*. Paris: HCC.
- Louveau, C., & DAVISSE, A. (1991). *Sports, école, société : la part des femmes*. Joinville-le-Pont: Editions Actio.

O espetáculo-desportivo

O espetáculo, sob a forma de desporto, de música, de teatro, de cinema, de publicidade, etc. é, atualmente, permanente. Mas, como escreve Magnane (1964, p. 97), “o teatro atual, e mais ainda o cinema, tendem a isolar o espetador, o espetáculo-desportivo age principalmente pelo ambiente coletivo”. Pela sua dimensão festiva, lúdica e carnavalesca, os grandes eventos desportivos levam o indivíduo a se exteriorizar, para se oferecer ao espetáculo e para participar numa efervescência coletiva. O espetáculo, de manhã à noite, e a favor do progresso das tecnologias de difusão, penetra no interior das existências. Ninguém pode ignorar quem é Cristiano Ronaldo, Lance Armstrong, Zinedine Zidane, Lionel Messi, Rafael Nadal, só para citar alguns nomes, de diferentes práticas desportivas. No mais pequeno café, nas pausas de café das empresas, nos encontros fortuitos na rua ou nos transportes, durante as refeições familiares, etc., as conversas giram, muitas vezes, em torno das “estrelas” e dos resultados desportivos. No início deste século XXI podemos chegar a esta conclusão: “ninguém pode escapar ao desporto”. Ele tornou-se uma “prisão” da condição humana. É uma forja. Modelando os homens e as mulheres, o espetáculo-desportivo funciona como uma “antropo-fabricação”, ou seja, “uma fabricação de um certo tipo humano planetário, avatar acabado do homem unidimensional” (Redeker, 2012, p. 23). O desporto enuncia o sentido da existência. A dimensão repetitiva no espetáculo-desportivo une o desporto e a existência quotidiana, que se tornou miserável para muitos (no supermercado, no trabalho, no desemprego, etc.). Como Guttmann (1986) sustenta, o espetáculo-desportivo tem uma antiguidade secular. Mas ele apresenta, nas sociedades contemporâneas desenvolvidas, “uma singularidade cujos traços podem ser referenciados às dimensões estruturais da modernidade, em particular a alguns modos de especificação dos sistemas de regras estruturantes dos complexos institucionais do Capitalismo, do Industrialismo e do Estado-Nação” (Batista & Pires, 1989, p. 16). É possível expor algumas dimensões fundamentais que organizam os espetáculos-desportivos ou o “show sportif”:

- Simbólica guerreira: o desporto é a ocasião de produzir a violência simulada e simbólica sobre os outros (que por vezes se torna real). O uso de metáforas guerreiras, os slogans, os gritos emblemáticos, o uso de vestimentas particulares e o uso de instrumentos musicais, inscrevem estas ações num cerimonial de violência, procurando reforçar a coesão de grupo pelo encontro dos inimigos.
- Simbólica sacrificial: encontramos nas múltiplas ações organizadas pelos “fans”, a necessidade de reforçar a coesão do grupo pelo ato sacrificial e de jogar sobre o destino pela capacidade do grupo se unir contra os inimigos (adversários). A construção de identidades coletivas necessita de uma manifestação sacrificial (queimar as bandeiras, por exemplo).
- Afirmção de valores viris: o espetáculo-desportivo popular apresenta-se, muitas vezes, como o local onde se exprimem as solidariedades sexuais, marcando a pertença a uma cultura masculina. A linguagem bárbara utilizada, os insultos aos árbitros ou aos jogadores, o emprego de invetivas muito carregadas sexualmente e os múltiplos gestos de provocação, fisicamente

conotados, dão a presença a esta forma masculina. Como se, no tempo de um jogo, os homens precisem de exprimir a necessidade de renovar a sociabilidade e a bestialidade masculina.

- Participação sensual e corporal: o espetáculo popular é uma ocasião de entrar num alto local (sagrado) onde se deixa de lado a banalidade da vida marcada pelos problemas pessoais, familiares e profissionais e a rotina mortífera do desejo e de aventura. Do reconhecimento, é possível criar calor, o ambiente e a festa. Mascaram-se, pintam-se e colocam-se no ritmo da participação dos cantos, dos hinos, pelo uso de instrumentos musicais, assim como os apitos que produzem o estridente “cimento” social. Esta proximidade nas bancadas e tribunas, e da comunhão de corpos, de vozes, de emoções e de símbolos partilhados, dão forma a um corpo social.
- A participação mágica: o jogo desportivo é uma ocasião de convocar os “espíritos”, de produzir uma religiosidade e de renovar com as ciências mágicas e ocultas. O uso de amuletos fetiches, as orações, etc. lembram a necessidade ancestral de assegurar o futuro e de ter o sentimento de azar controlado.

A influência do desporto-espetáculo releva, sobretudo, da psicossociologia das relações interpessoais. A qualidade do espetáculo-desportivo dá-lhe uma audiência excecional. A emoção cresce de intensidade proporcionalmente ao número de espetadores. As aclamações sobem sem tréguas, de admiração, amor ou ódio. “A *paixão* do espetáculo-desportivo, qualquer que seja a dose de convenção e de improvisação, de simulação ou de autenticidade que ele comporta, se manifesta sempre pela necessidade evidente pela *obsessão do visível*” (Magnane, 1964, p. 101). Nesta procura do visível, o público “apressa-se” à entrada dos estádios (as catedrais, de vida e de morte, dos tempos modernos) ou recintos desportivos para aplaudir os campeões. Os comediantes (público) e os gladiadores (atletas) se encontram na arena, e eles se encontram na vida quotidiana. Desta confusão imposta, nasce uma “sólida” fraternidade. A imprensa escrita, falada e filmada, amplifica a importância acordada às competições desportivas, dando-lhe o relevo das vitórias e celebrando as novas vedetas. Os dirigentes desportivos, identificando a sua missão aos sucessos da elite, e esquecendo as suas responsabilidades em favor das massas, encorajam o público e favorecem as publicidades e mesmo, de uma certa forma, o exibicionismo. A importância dada ao desporto pelos meios de comunicação social e a globalização fizeram do desporto um elemento poderoso. A televisão por satélite criou um estádio, cujas capacidades de acolhimento são ilimitadas. Num mundo onde a informação é cada vez mais expandida, a proeza desportiva torna-se a forma mais eficaz para suscitar popularidade e atratividade. As vitórias desportivas são uma forma de continuar a guerra por outros meios. É o *soft power* em vez do *hard power*. E no *soft power* o desporto ocupa um lugar importante. Nem todas as práticas desportivas servem para o espetáculo. O futebol moderno, criado em Inglaterra no século XIX, tornou-se um desporto universal que conquistou o mundo. Este império mundial é gerido por um organismo: a Federação Internacional de Futebol Associado (FIFA). Esta federação de associações foi fundada em 22 de maio de 1904, por delegados provenientes da Bélgica, da Dinamarca, da Espanha, da França e dos Países-Baixos. Sete países, somente. Foi crescendo com o tempo e hoje conta com mais de duas centenas de federações nacionais. Entre os meios de comunicação social e o desporto nasce um “casamento” de interesses. O desporto faz vender e cria audiências. A Carta Olímpica sublinha que o CIO tomará as medidas necessárias, a fim de assegurar aos JO a cobertura mais completa possível, com os diferentes meios de comunicação e informação, chegando a uma alargada audiência. A irrupção dos meios de comunicação social modificou o impacto do desporto nas sociedades. Na origem, era necessário estar nos estádios para estar envolvido nas competições. A imprensa poderia dar conta do evento, mas o sabor era limitado. A rádio permitiu encontrar um público mais numeroso, vivendo em direto as competições. Nos anos 1960 e 1970, os jogos de futebol do campeonato da primeira divisão,

ou as etapas da Corrida de Bicicleta eram seguidas com paixão graças ao transistor. A falta de imagem era compensada pelo entusiasmo dos locutores. A televisão joga um papel importante. Ela criou um estádio gigante onde cada um encontra o seu lugar, mesmo se está a milhares de quilómetros. Os números das audiências televisivas não cessam de aumentar, alargando o público. A multiplicidade das provas permitidas nos JO abrange o público ainda mais alargado. Nos anos 1980, a televisão foi uma das principais fontes de financiamento do movimento olímpico. Depois da televisão, o desenvolvimento das redes sociais e da Internet vêm oferecer um novo modo de acesso ao desporto, acelerando a sua mundialização. De fato, as redes sociais tornaram-se essenciais para os atletas, a fim de federar uma comunidade de “fans”. As redes sociais também são importantes para os patrocinadores: quanto maior o número de “fans”, mais eles ficam contentes. O futebolista Cristiano Ronaldo é mais conhecido do público do que vários primeiros-ministros e presidentes da República. Aliás, como refere Redeker (2012), as pessoas confiam mais nos atletas do que nos políticos. Citámos Ronaldo, por ser mais atual, mas poderíamos citar outros nomes: Pelé (Brasil), Eusébio (Portugal), Maradona (Argentina), Zidane (França), Beckham (Inglaterra). Os meios de comunicação social ajudam os desportos a popularizarem-se. Mas difundem sobretudo os desportos populares para assegurar as audiências. O futebol, como já referimos, fez um grande caminho desde que nasceu da elite britânica no final do século XIX para tornar-se o desporto do povo em todos os continentes. Existe uma rede complexa de inter-relações entre cinco mercados diferentes:

- o mercado da publicidade que explora os “tempos mortos” do desporto (paragens de jogo, meio-tempo, etc.), para os transformar em “tempos fortes” da publicidade.
- o mercado do espetáculo-desportivo transforma o desporto de duas formas. De um lado, em o metamorfoseando-o em verdadeira “canção de gestos”, na qual a dramatização subordina as taxas de audiências. Por outro lado, adaptando as regras aos constrangimentos da televisão.
- o mercado dos produtos, cujos nomes são difundidos e conhecidos graças ao desporto. Os produtos desportivos, claro, como os sapatos, vestidos, ténis, objetos técnicos (raquetes, skis, etc.), mas igualmente os produtos não desportivos (bebidas, serviços bancários, aparelhos domésticos, etc.) que fazem objeto de publicidade nos estádios.
- o mercado dos jogadores profissionais: é claro que o nível excecional atingido pelos salários dos futebolistas, por exemplo, também se deve à televisão. É o “futebol business”.
- o mercado das disciplinas desportivas, na medida em que o carácter “telegénico” de certos desportos contribuem para o seu sucesso junto dos praticantes. Os exemplos mais marcantes são o futebol e o ténis, que veem regularmente engrossar o número dos seus adeptos no momento da retransmissão televisiva do mundial ou dos torneios de Roland-Garros (Paris) e Wimbledon (Londres). Nem todos os desportos têm o mesmo tratamento de igualdade junto à televisão. Ela escolhe, com precisão, o que oferecer aos telespetadores. As relações de natureza económica entretidas entre o desporto e a televisão não se inscrevem numa lógica jurídica particularmente elaborada.

O peso económico dos cinco mercados é colossal. O desporto não pode viver e se desenvolver sem dinheiro e sem mediatização. Na realidade, a televisão impõe novas hierarquias, tanto ao nível da disciplina praticada, como dos atletas. Ela prescreve novas regras, altera os programas e fixa os horários. Esta evolução impõe-se para rentabilizar as escolhas de programação. No seu esforço de desenvolvimento (ser conhecido, ter mais praticantes), as modalidades desportivas, que até aqui estavam afastadas do programa olímpico, não param de se fazer aceitar. É a melhor maneira para aceder à “mania” mediática. A atribuição oficial do “selo de qualidade” de “alto nível” confere um reconhecimento à disciplina desportiva, como uma espécie de oficialização. Este reconhecimento tem um duplo objetivo: reconhecimento social ou mediático e consequências económicas, que as

disciplinas procuram a nível mundial. Para as federações, por exemplo, o reconhecimento olímpico permite uma maior ajuda financeira do Estado.

Referências

- Magnane, G. (1964). *Sociologie du sport : situation du loisir sportif dans la culture contemporaine*. Paris : Gallimard.
- Redeker, R. (2012). *L'emprise sportive*. Paris: François Bourin Editeur.
- Guttman, A. (1986). *Sports Spectators*. New York: Columbia University Press.
- Batista, J., & Pires, R. (1989). O desporto nas sociedades modernas. *Sociologia*, n.º 6, 11-21.

A ética no desporto

Mais do que uma atividade, o desporto tornou-se um estilo de vida, uma forma de estar e também de parecer. Expressão da nossa civilização, ele alinha o passo com o progresso pela performance e o recorde, mas também é um momento de convivialidade e de partilha, que a civilização individualista tende a esquecer. Ele incarna a recusa de uma civilização muito urbanizada, pela evasão de espaços naturais. Como já vimos noutros artigos, escritos no jornal “A Bola”, realidade desportiva é diversa e variada, segundo as finalidades e os modos de prática adotados pelos indivíduos. Que uso se faz da noção de ética na retórica desportiva? Qual é o seu papel? A ética tem o mesmo sentido que a moral, que significa, etimologicamente, o conjunto dos costumes. Ela define um ideal de bem por um conjunto de valores que, sob a forma de regras, servem para guiar e prescrever as condutas dos indivíduos. Concebido em torno de valores de justiça e de igualdade, o desporto assenta em dois princípios fundamentais que são as regras e o respeito das mesmas. O cumprimento dos valores morais traduz uma disposição durável, que chamamos de virtude. O *fair-play* (*habitus* inglês adquirido pela educação dos colégios a partir da regra do *self-control*, de reserva e de distanciação: a razão deve ter a primazia sobre a emoção), o respeito, a integridade são uma realidade em si mesmo. Os valores pertencem a uma categoria mais abrangente, que compreendem regras jurídicas e as regras morais. As regras jurídicas (os regulamentos, as leis) participam numa regulação do corpo social. Elas têm por objetivo tratar das relações entre as pessoas e também as relações entre as pessoas e as coisas. Elas têm a ver com um certo tipo de domínios (segurança, manutenção da ordem, proteção dos bens, garantia dos contratos, definição de normas, etc.), cuja transgressão pode incomodar a sociedade. O constrangimento moral assenta sobre a boa vontade, que tem a sua fonte na interioridade da consciência pessoal. Ela revela, literalmente, do *for intérieur* (para o interior) por oposição ao *for extérieur* (para o exterior), que representa a autoridade da justiça humana. Coubertin está certamente na origem dos valores atuais do desporto, se bem que estes evoluíram muito. Ele via no desporto moderno um meio de atingir um ideal humano. O ideal se prossegue com a fórmula *mens sana in corpore sano*, um espírito são num corpo são, emprestado à Antiguidade Romana e, particularmente, à décima sátira de Juvenal (por volta de 360 a.C.). Coubertin modificará em *mens fervida in corpore lacertoso*, traduzido por “um espírito ardente num corpo musculado”. O *fair-play*, o jogo franco e a lealdade são os traços maiores do *sportsman*, que respeita as regras do jogo. Depois vem a combatividade, que se assimila à coragem, à tenacidade, à resistência, segundo a conceção darwinista do “struggle for life” (lutar pela vida). A combatividade leva à “liberdade do excesso”, que permite o recorde. O desporto é o garante da ligação social, porque os atletas não só têm que respeitar as regras, como são, muitas vezes, obrigados a jogar juntos, a se confrontarem em conjunto, a se apoiarem mutuamente, e de se entremudar para pretender a vitória. A ética no desporto surge, especificamente, sobre a forma de princípios, de valores, de proibições difundidas, essencialmente, pelo CIO – Comité Olímpico Internacional, no seio da Carta Olímpica. Muitos dos códigos estabelecidos pelas federações se inscrevem na continuidade do CIO, para promover os valores olímpicos. Estes valores do desporto constituem, para a humanidade, um ideal suposto incarnar uma verdadeira filosofia sob a forma de

um estilo de vida. A Carta Olímpica é acompanhada de um código ético, cuja primeira edição data de 1999. Um outro traço da ética do desporto é a referência à integridade. Este valor, que remete para a honestidade e imparcialidade, tem a ver, sobretudo, com os membros do CIO que têm a responsabilidade da organização dos JO – Jogos Olímpicos. Ela procura prevenir contra a corrupção. O código é um dos pilares de referência última, de todas as práticas desportivas, sejam elas federativas, profissionais, nacionais ou internacionais. O modelo imperativo da ética considera que a moralidade se exprime na prática por princípios que os indivíduos devem respeitar de forma formal. É o filósofo alemão Kant (1785 [1984]) que está na origem desta conceção imperativa do dever, que chamamos de ética deontológica (do grego *deon*, que significa dever). O dever e a obrigação não têm uma origem externa da lei, mas de um atributo do sujeito moral. A Carta Olímpica e o Código Ético do Movimento Olímpico inscrevem-se nesta conceção imperativa. Na *Éthique à Nicomaque*, de Aristóteles, faz-se referência à ética da virtude. A pessoa virtuosa tem o sentimento de bem fazer, de fazer com prazer e sinceridade numa ação benéfica para o próximo. É uma ação emocional e racional, que confere a quem o exprime um estatuto estimável e exemplar. A dopagem, a batota, a corrupção, as discriminações, etc. são as derivas últimas do desporto. Existe, assim, uma “plasticidade” ética do desporto. Em algumas décadas, o universo de virtudes descompõe-se. O desporto livrou-se do lirismo das virtudes e, na atualidade, responde a uma lógica pós-moralista, narcísica e espetacular. A idade moralista terminou. É o desporto-moda que prevalece. O desporto virtuoso metamorfoseou-se numa esfera reciclada pela lógica da mercantilização e da diferenciação marginal.

Os desportos alternativos

A lista de desportos alternativos (futebol *freestyle*, *parkour*, *free running*, *frixxbee*, *kitesurf*, *ski freestyle*, *speedriding*, etc.) é longa. Alguns deles são puras invenções; outros são derivados de práticas adaptadas aos desejos de um público que não se reconhece na primeira versão (Serres, 2010). Os desportos alternativos têm a particularidade de estar em perpétua evolução e também de provocar o nascimento de novas disciplinas. As técnicas de uma disciplina podem muito bem encontrar uma utilidade ou um aperfeiçoamento noutra. Um praticante de skate pode, por exemplo, encontrar uma segunda carreira no *surf* ou no *snowboard*. Eles vão ainda mais longe quando misturam saberes para criar uma atividade original. Duas práticas *a priori* diferentes podem criar uma terceira. Assim nasceu o *speedriding*. A maior parte destes desportos ignoram os programas de treino. A experiência reenvia para si próprio e não uma procura de assistência exterior. Os jovens desportivos alternativos constroem eles mesmos os seus próprios patamares de progressão, adaptados aos seus desejos e os seus meios. Até aqui, a expressão do desporto passou sempre pela competição. Esta deve ser organizada por uma federação. No entanto, uma parte do jovem público não quer esses desportos oficiais. Porquê? A procura de novidades e a implicação de patrocinadores, que procuram sempre algo novo, encorajaram estes desportos alternativos, procurando um formato mais original. A promoção destas práticas são: liberdade, juventude, natureza e contracultura (Serres, 2010). Os fabricantes de equipamentos e de materiais tiram proveito destes desportos de moda. Os patrocinadores preferem que “os desportistas se libertem e que eles forneçam fotografias e imagens incríveis porque reunimos todas as condições para eles irem até aos seus limites” (Serres, 2010, p. 49). Basta ir à Internet para se descobrir os vídeos e as imagens destes jovens. A sua notoriedade passa mais pela Internet do que pelos jornais ou revistas. A competição não lhes dá a visibilidade desejada. As imagens, os vídeos e as suas aparições na Internet constituem uma publicidade evidente. No caso do *parkour* a Internet assumiu um papel importante na difusão das técnicas. Permite completar uma iniciação e de aperfeiçoar um gesto. A música, a montagem e a partilha de performances concorrem para fazer destes desportos uma vertente intercultural, global e federativa, que estabelecem ligações entre estas disciplinas. Loret, sociólogo especialista destas modalidades desportivas alternativas, explica: “as federações procuram integrar os adeptos dos desportos alternativos, mas sem mudar os serviços desportivos competitivos que correspondem ao seu saber-fazer tradicional. Não é porque o snowboard, a BTT ou o voleibol de praia são integrados no programa olímpico que se pode concluir que o CIO fez a sua revolução cultural. É preciso propor novos serviços desportivos, formatados às normas culturais dos desportos de deslizar, e não as suas normas técnicas” (Loret citado em Serres, 2010, p. 75). Os jovens preferem estes desportos porque são criativos, inventivos e não são, forçosamente, repetitivos. “Eles não se declaram nem liberais nem libertários, mas sim independentes” (Serres, 2010). Alguns autores denunciam estas práticas fora do quadro das federações como a expressão do individualismo ou do egoísmo, que nasce a partir dos anos 1990 (Bozonnet, 1996). No seu *Discurso do método* (1637 [1992], p. 80), Descartes propõe “que nos tornemos mestres e possuidores da natureza”. A atividade desportiva assenta, assim, sobre um pressuposto: ele existe um fundo - natureza, corpo - que não pode

ficar inexplorado. A natureza surge como um imenso parque de libertação emocional, análogo aos parques de atrações, especialmente colocados à sua disposição. O corpo desportivo não é explorado a curto prazo para produzir um resultado como nas modalidades olímpicas. E eles não se podem confinar nos recintos artificiais, como os estádios ou as piscinas. O universo do desporto não cessa de alargar a sua gama de atividades, de diversificar e declinar a oferta (Lipovetsky, 1992).

Referências

- Bozonnet, J.-J. (1996). *Sport et société*. Paris: Le Monde Editions.
- Descartes, R. (1637 [1992]). *Discours de la méthode*. Paris: Flammarion.
- Lipovetsky, G. (1992). *L'éthique indolore des nouveaux temps démocratiques*. Paris: Gallimard.
- Serres, E. (2010). *Sports alternatifs, sports d'aujourd'hui*. Paris: Actes Sud.

O desporto é necessário

O desporto é mais necessário do que nunca. Os progressos da ciência e da técnica, o desenvolvimento da máquina, da divisão do trabalho, a concentração urbana e as condições de alojamento, o aumento dos tempos de lazer e a melhoria dos níveis de vida transformaram a existência dos indivíduos. A civilização tecnicista fez nascer nele a necessidade crescente de movimento, da necessidade de uma atividade física compensadora, de um jogo e fonte de descontração e de distração. Nesta perspetiva, o desporto surge como uma espécie de refúgio seguro, permitindo preservar a integridade física e moral do Homem, face a certas ameaças do mundo moderno. Ele é o antídoto da uniformização imposta pelas estruturas sociais atuais e a passividade nascida das novas formas de trabalho e de lazer. O desporto tornou-se um dos temas principais da imprensa escrita, falada, e da televisão, e o espetáculo desportivo explica, em grande parte, o interesse que tem uma atividade como um fato social. O desenvolvimento das atividades desportivas não é desprezível. A atividade desportiva não tem o mesmo significado para todos. Cada indivíduo carrega consigo o seu temperamento, as suas possibilidades, as suas exigências pessoais. Ele dá um conteúdo original ao desporto e isso traduz-se: nas intenções, pela vontade de ultrapassar os seus limites; e na intensidade, por uma preparação, uma participação nas lutas desportivas e um esforço que varia segundo cada um. Trata-se, bem entendido, de envolvimento na disciplina escolhida e no desejo de progredir. O bem-estar e os perigos não são idênticos para todos. O desporto de alto rendimento distingue-se do desporto de massas. Para a sua elite, e para aqueles que se esforçam por o ser, a atividade desportiva exige um compromisso de todo o ser, uma disciplina a cada momento. Ele ocupa os pensamentos e orienta a maior parte das ações. O desporto favoriza as qualidades naturais e permite a afirmação da personalidade, ele revela o seu próprio valor. Ele é fator de promoção, pelo que a sua essência é a procura da performance, do resultado, uma vontade de se ultrapassar levada ao extremo. Para as massas, esta vontade existe, mas ela não é atingida pela mesma permanência, porque o atleta “amador” é submetido a obrigações que preenchem o essencial da sua vida. Apenas consagra à sua prática desportiva de eleição uma parte, mais ou menos grande, do seu tempo de lazer. O desporto para si é, antes de mais, um jogo, uma distração, cuja a qualidade excecional é indissolivelmente ligada ao seu carácter de luta e de competição, a que poderemos chamar de “princípio de predação”. A vitória para o praticante é efêmera. A vida quotidiana deixa pouco espaço para as preocupações desportivas. O desporto não é aceite por todos unanimemente. Existe uma separação entre a intenção e a prática. De forma lapidar, “fala-se muito, e pratica-se pouco”. Os portugueses que o digam. Se as precauções necessárias foram tomadas contra os excessos possíveis, o desporto pode contribuir para o progresso humano. O desporto cria situações variadas, fazendo jogar alguns opostos. Ele reflete uma realidade quotidiana e contraditória. Ele revela a oposição e os limites de cada um. Ele faz surgir com brilho, e com drama, os valores mais elementares, isto é, os mais profundos. Ele promove, a aqueles que não recusaram o esforço, o conhecimento de si mesmo e dos outros. Ele pode ajudar o homem e a mulher na luta se conhecerem e se compreenderem. Em suma, ele é um incontável elemento de cultura.

Os desportos de natureza e de aventura

A noção de desporto de natureza engloba um conjunto de lazeres, tendo por quadro o meio natural, universo que classificamos de plena natureza. Na linguagem corrente encontramos os termos utilizados de forma indiferenciada: “actividades físicas de plena natureza”, “actividade de plena natureza”, “turismo desportivo de plena natureza”. Em Portugal, e de acordo com a legislação em vigor, enquadram-se no âmbito do desporto de natureza todas as atividades desportivas que sejam praticadas em contato direto com a natureza de forma não nociva. Os desportos de natureza comportam, por essência, uma parte de descoberta e uma parte de incerteza, que não são regidas por regras arbitrárias (autonomia dos praticantes e liberdade de prática). Entre outras, a segurança das atividades depende da formação ou autoformação dos praticantes e a sua faculdade de apreender o risco para melhor se protegerem. Falar de segurança em plena natureza pode parecer atípico com a noção do desporto de natureza. Os territórios de exercício são as montanhas (com a prática do montanhismo ou alpinismo), o mar ou, mais recentemente, o meio urbano ou periurbano. Segundo Constantino (2006, p. 43), “a água, a terra e o ar transformaram-se num grande ginásio. No mais amplo, belo e perfeito espaço desportivo, local para o namoro e o casamento, entre o corpo e o espírito, entre a razão e o prazer, entre o risco e a aventura”. Mais adianta que “a natureza passa a ter um novo protagonismo, um novo estatuto: o de ser parceira indispensável para algumas modalidades do desporto, exigindo a preservação como condição necessária à sua viabilização”. Sem sermos exaustivos, citemos alguns exemplos de desportos de natureza mais remarcáveis: pedestrianismo, montanhismo, orientação, escalada, rapel, espeleologia, balonismo, parapente, asa delta sem motor, bicicleta todo o terreno (BTI), hipismo, canoagem, remo, vela, *surf*, *windsurf*, mergulho, *rafting*, *hidrospeed*, *ski*. Como conclui Augustin (2003), a multiplicação de actividades ludo-desportivas, correspondem à necessidade de expressão e da singularidade dos indivíduos. A questão dos desportos motorizados coloca várias questões, nomeadamente sobre o plano legislativo, no quadro dos desportos de natureza e ao nível da participação do turismo desportivo de natureza no âmbito do desenvolvimento sustentável do território. Em resumo, a noção de desporto de natureza não é igual para todos, flutua nas instâncias de decisão e nas relações de força entre os praticantes. Por outro lado, a inovação, com a criação de novas modalidades alimentam a confusão dos espíritos. Qual o papel das federações e associações desportivas? O Estado delegou uma grande parte do seu poder nas federações e associações, pedindo-lhes para organizar as competições inerentes às modalidades desportivas. O sistema desportivo caracteriza-se, assim, pela existência de federações autónomas, umas relativamente às outras. Cada vez que surge uma prática desportiva nova, ela procura se instaurar em federação independente. São as federações que assumem o desenvolvimento do movimento desportivo, estabelecendo as regras e a organização da competição, propondo uma hierarquia nacional, regional e local. A volta do modelo desportivo puro, dominado pelas organizações dos clubes e pela competição, existe um outro modelo centrado nos desportos de lazer, que afirmam a sua vitalidade, estando afastadas das estruturas de enquadramento tradicionais. Elas organizam-se à volta dos parques, das plantas, da água, dos espaços verdes. Para compreender a evolução recente dos desportos

de natureza, é preciso lembrar que estas foram criadas por iniciativa de indivíduos apaixonados pelas modalidades. A originalidade dos desportos de natureza é a de se praticar numa infinidade de locais, adaptados pela vontade dos praticantes.

Referências

Augustin, J.-P. (2003). *Le sport et ses métiers*. Paris: La Découverte.

Constantino, J. (2006). *Desporto: geometria de equívocos*. Lisboa: Livros Horizonte.

O desporto e a desportivização

Entendido como sendo todas as formas de atividades físicas que, através de uma participação organizada ou não, têm por objetivo a expressão ou o melhoramento da condição física e psíquica, o desenvolvimento das relações sociais ou a obtenção de resultados na competição a todos os níveis, o desporto não está à margem do processo de globalização. O desporto adquire um importante estatuto como fenómeno de globalização e, como diria Lipovetsky (2007), de “hipermodernidade”. Pelas paixões que suscita, pelas identidades que mobiliza, pelas estratégias que reflete, bem como pelos interesses económicos, o desporto constitui-se como uma importante dimensão da sociedade, que, nas suas formas modernas, se procurou instituir e afirmar como uma linguagem universal e como um modelo cultural adotado internacionalmente. Um tal modelo tornou-se, pelo seu modo de difusão, numa das formas mais “visíveis” ou um dos principais “motores” da mundialização. O desporto é talvez a forma mais popular e universal de participação cultural, na medida em que anula barreiras culturais (a língua, a religião, o sistema político, as fronteiras geográficas, etc.). Lipovetsky (2007) não está, certamente, a exagerar quando sublinha que, num contexto de paixão pelo desporto, as competições, sobretudo as de alto nível, despertam um grande entusiasmo e fervor coletivo e que, dificilmente, se encontra noutra esfera da vida social. O aumento dos tempos livres e a diversificação do mercado dos consumos culturais vieram produzir alterações nos estilos de vida nas sociedades mais industrializadas (Horne, 2006). O lazer, apesar de ter sempre existido de uma forma direta ou indireta, tornou-se reconhecido como um direito por parte da população, especialmente após a Revolução Industrial e, principalmente, após a II Guerra Mundial. O desporto constitui um espaço compensatório das tendências à rotinização do quotidiano, construído pelos atores no decurso de estratégias visando a expressão de “emoções fortes” – a busca da excitação (Elias & Dunning, 1992). A compreensão da globalização no desporto remete-nos para as origens do desporto moderno, que nasceu no século XVIII, em Inglaterra, no contexto da Revolução Industrial e de um capitalismo emergente. Para além de um passatempo dos “gentlemen-farmers”, onde a prática física não era esquecida, numa ascense de preparação de caça à raposa e de corridas a cavalos, a génese do desporto em Inglaterra desenvolve-se entre 1820 e 1860 no seio das *public schools*, privilegiados estabelecimentos, que agrupam os filhos da alta sociedade, assegurando uma forte homogeneidade da elite social. O processo de “desportivização” (expressão introduzida pelo sociólogo Norbert Elias) designa a transformação das formas de organização e desenvolvimento das práticas físicas em Inglaterra, assim como a sua generalização às restantes sociedades ocidentais, tal como a “industrialização” designa idêntico processo relativamente às formas de produção e trabalho). Este processo desenvolveu-se, grosso modo, em cinco fases. Numa primeira fase (séculos XVII e XVIII) surgiram o críquete, o golfe, as corridas de cavalos e o boxe. Numa segunda fase (século XIX) o futebol, o rãguebi, o ténis e o atletismo. Uma terceira fase (finais do século XIX e princípios do século XX) engloba a disseminação das formas de desporto “inglesas” na Europa continental e nas colónias britânicas e está associada à emergência de intensas formas de nacionalismo e à institucionalização da maioria dos desportos a nível internacional. Uma quarta fase (dos anos 20 aos anos 60 do século XX) é marcada por “lutas”

entre as nações ocidentais e não ocidentais para a sua afirmação no desporto. Uma quinta fase (desde finais da década de '60) caracteriza-se por um crescente protagonismo de nações não-ocidentais, contestando a hegemonia ocidental no desporto. A emergência e difusão das modernas formas desportivas à escala global de uma forma mais vasta com o “processo civilizacional” (Elias, 2006). O arranque do processo de globalização no desporto está associado à terceira fase do processo de desportivização. O último quarto do século XIX testemunhou a disseminação do desporto, o estabelecimento de organizações desportivas internacionais, a aceitação mundial de regras de governo de desporto, a multiplicação de competições entre equipas nacionais e o estabelecimento de competições globais, como os Jogos Olímpicos e os campeonatos do mundo em muitos desportos. Nesta fase da desportivização, os ocidentais e em particular os ingleses, foram os “jogadores” dominantes. O Reino Unido era, então, o poder hegemónico e os seus desportos (futebol, críquete, atletismo) proliferaram pelo mundo, diminuindo o espaço de influência dos jogos nativos tradicionais. Mas não estiveram sozinhos. Os ginastas suecos (método Ling, 1776-1839) e dinamarqueses, o movimento do Turnverein alemão, são exemplos da fase europeísta no desenvolvimento de um desporto global (Chamerois, 2002). A luta pela hegemonia, que começou nos anos '20, não ocorreu apenas entre o Ocidente e o resto do mundo, mas também dentro do próprio mundo ocidental. De uma forma crescente, o desporto norte-americano começou a disputar a supremacia inglesa. Nos anos 1920 e 1930 práticas desportivas como o basebol, o basquetebol e o voleibol foram difundidos nas partes do mundo onde era maior a influência americana – Europa, América do Sul e partes da Ásia-Pacífico. Após a II Guerra Mundial, os EUA assumiram uma hegemonia imperial, que resultou na expansão dos desportos “americanos” no mundo. O desporto tornou-se então um idioma global entre os anos '20 e o final da década de '60. Desde os finais da década de '60 alteraram-se os equilíbrios do poder. Em desportos como o badmington, o críquete, o ténis de mesa, o futebol e o atletismo, cresceu a influência de asiáticos (com especial destaque para as designadas “artes marciais”: karaté, judo, aikido, kung-fu, taekwondo, etc.), sul-americanos e africanos. O controlo das organizações desportivas internacionais e do movimento olímpico começou a escapar, embora devagar, das mãos exclusivas do Ocidente.

Referências

- Lipovetsky, G. (2007). *A felicidade paradoxal. Ensaio sobre a sociedade do hiperv consumo*. Lisboa: Edições 70.
- Horne, J. (2006). *Sport and consumer culture*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- Elias, N. e Dunning, E. ([1985] 1992). *A Busca da Excitação*. Lisboa: Difel.
- Elias, N. (2006). *O Processo Civilizacional*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Chamerois, N. (2002). *The globalisation of the Olympic Games: from Seoul (1988) to Sydney (2000)*. Doctoral Thesis: University of Franche-Comté.

A violência sexual no desporto

Com milhões de praticantes, de espectadores e de telespectadores, milhões de horas de antena de rádio e de televisão, o desporto ritma a via quotidiana do mundo inteiro. Apesar de ser um fenómeno de massas, ele continua omnipresente e conhece-se mal. Omnipresente, porque são dissecados os gestos, comentadas as performances, reveladas as alegrias e as tristezas dos “pequenos” e “grandes” atletas. Mal conhecido, porque é, muitas vezes, ocultado e censurado pela análise das instituições desportivas, da sua origem, da sua evolução, dos seus valores e das suas funções políticas, económicas e ideológicas. Considerado como o primeiro espetáculo do mundo, o desporto é motivo de conversa nas cidades e nas aldeias. Retém-se a pequena história, as explorações fabulosas, os resultados sensacionais ou catastróficos, os recordes inacessíveis ou batidos, conhece-se o visível superficial e ignora-se o essencial, o escondido, o não-dito. Atardamo-nos sobre o seu humanismo, a sua mensagem de amor, da sua missão pacificadora, mas também adivinhámos as suas imperfeições: a violência, a dopagem, as discriminações, as vulnerabilidades, etc. A ideia de que o desporto de alto rendimento pode ser uma fonte de “vulnerabilidade” começa a ser aceite. O mesmo se pode dizer para o desporto amador. Os trabalhos de sociologia do desporto revelam a precaridade e a fragilidade dos atletas (Fleuriet & Schoté, 2008). A vulnerabilidade remete-nos para a fragilidade da existência humana. O dicionário português apresenta o significado de “vulnerabilidade”: “diz-se do que ou de quem apresenta tendência a ser magoado, ferido ou derrotado; que é frágil, indefeso ou suscetível”. Três dimensões de uma situação de vulnerabilidade são necessárias: pessoais, situacionais e contextuais (Delor & Hubert, 2000). As pessoas vulneráveis são aquelas que são ameaçadas, de forma pontual ou regular, na sua autonomia, na sua dignidade e na sua integridade física ou psíquica. As categorias de pessoas apresentadas como vulneráveis variam segundo os contextos. Consideramos que a vulnerabilidade é um estado particular de sensibilidade e de fragilidade subjetivo e objetivo, face a um risco potencial ou real, e construído por um encontro de fatores individuais (por predisposição ou aprendizagem), grupal (ligado ao género), situacionais (associadas, por exemplo, à instituição desportiva, à instituição penitenciária, etc.) e conjuntural (relativo a um momento singular). A identificação das populações vulneráveis torna-se, assim, um importante elemento científico e político. Associado à palavra vulnerabilidade, encontramos a de violência. Segundo as Nações Unidas, a violência é “todo o ato, omissão ou conduta, para infligir sofrimentos físicos, sexuais ou mentais, direta ou indiretamente, pelo meio de sedução, de ameaças, de constrangimentos ou outro meio, às mulheres, tendo por efeito intimidar, punir, humilhar ou manter os papéis estereotipados ligados ao sexo, ou de recusar a dignidade humana, a sua autonomia sexual, a sua integridade física, mental e moral ou de prejudicar a sua segurança pessoal, o seu amor-próprio ou a sua personalidade, ou de diminuir as suas capacidades físicas ou intelectuais” (Thierry, Robène, Charoin, Héas & Liotard, 2013, p. 9). Este conceito focaliza-se, não raras vezes, nas mulheres e esquece outras categorias da população. Fatores individuais, relacionais, comunitários e sociais permitem compreender as razões do surgimento de comportamentos violentos. Os riscos de violência sexual aumentam num contexto onde a “dominação sexual dos homens é encorajada, ou os papéis sexo-específicos são muito rígidos” (Organização Mundial de Saúde, 2002, p. 19). A violação, por

exemplo, “pode servir para punir as mulheres que transgrediram os códigos sociais e morais” (idem, p. 6). A questão da violência sexual no desporto tem estado arredado do debate científico em Portugal. No entanto, algumas notícias fazem eco de algumas situações. O *Jornal de Notícias* (23/02/2017) informava de que “o Ministério Público está a investigar uma denúncia por abuso sexual, agressões e bullying sobre um rapaz de 15 anos, supostamente praticados por outros internos na residência do Centro de Alto Rendimento do Jamor (CAR)”. Num artigo intitulado “Abusos sexuais: o lado horroroso do futebol”, o jornal *Expresso* (26/11/2016) noticiava que, em Inglaterra, “um ex-futebolista britânico encheu-se de coragem e denunciou publicamente (...) os abusos sexuais de que foi alvo quando era apenas um menino com o sonho de jogar à bola. Desde então, denúncias semelhantes multiplicam-se numa escala preocupante. O escândalo está a espantar o Reino Unido e os grandes clubes já começaram a reagir”. O jornal *Diário de Notícias (Desporto)*, de 18/07/2017, avançava com um número de vítimas: “560”. Se em Inglaterra já começaram a reagir, segundo o noticiado, em França tem-se reagido pouco, segundo os investigadores Jolly e Decamps (2006). Os programas de investigação norte-americanos e europeus testemunham a frequência destes abusos na maior parte das práticas desportivas (Brackenridge & Fasting, 2000). O Governo Português, através do Instituto Português do Desporto e Juventude, deveria promover um inquérito nacional sobre os abusos sexuais no meio desportivo (aplicando-o nos clubes, associações, escolas, universidades, etc.), por forma a se ter um “retrato” da realidade nacional e promover medidas de prevenção.

Referências

- Fleuriel, S. & Schoté, M. (2008). *Sportifs en danger. La condition des travailleurs sportifs*. Bellecombe-en-Bauges: Editions Croquant.
- Delor, F. & Hubert, M. (2000). Revisiting the concept of vulnerability. *Social Science & Medicine*, 20, 1557-1570.
- Thierry, T.; Robène, L.; Charoin, P.; Héas, S., & Liotard, P. (dir.) (2013). *Sport, genre et vulnérabilité au XXe siècle*. Rennes : Presses Universitaires de Rennes.
- Organisation Mondiale de la Santé (2002). *Rapport mondial sur la violence et la santé*. Genève: OMS, p. 19.
- Jolly, A., & Decamps, G. (2006). Les agressions sexuelles en milieu sportif : une enquête exploratoire. *Movement & Sport Sciences*, vol. 57, 1, 105-121.
- Brackenridge, C., & Fasting, K. (2000). Les problèmes de harcèlement sexuel auxquels sont confrontés les femmes et les enfants dans le sport. 9e Conférence des Ministres responsables pour le sport du Conseil de l'Europe – « Un sport propre et sain pour le troisième millénaire », Mai. Bratislava: Slovaquie.

A maçonaria e o desporto

Em que medida a maçonaria influenciou o desenvolvimento do desporto: a organização desportiva, a criação de clubes, o desenvolvimento de algumas práticas desportivas, etc.? Originária das ilhas britânicas, onde se estrutura no decurso do século XVII, a maçonaria é uma sociedade iniciática, uma escola de perfeição moral individual e coletiva, na qual os seus membros estudam temas sociais, filosóficos e simbólicos dos rituais (e não só!), que eles praticam e que marcam a sua progressão iniciática (Dachez, 2008). Assenta as suas bases éticas, morais e espirituais num conjunto de valores (coexistência pacífica, tolerância, respeito, fraternidade universal entre os povos), nesta Era global. No século XVIII, o sucesso da maçonaria é fulgurante. Ela ocupa, amplamente, o espaço social (Beaurepaire, 2013). Os maçons não praticam apenas os mistérios da Arte Real, termo que designa a maçonaria. No passado, eles reúnem-se também para os momentos de convívio, com idas à caça, bailes e festas, a prática amadora ou profissional de música e teatro, etc. As suas Ordens estão no coração da vida da sociedade. Não é, portanto, de estranhar que os Irmãos se interessem pelos jogos de sociedade. O tiro ao arco foi particularmente visado. Praticado inicialmente pelos nobres, ele foi, progressivamente, se emancipando e foi entrando no mundo das confrarias (Santo Sebastião para o tiro ao arco, na medida em que foi morto, trespassado de flechas. Encontramos também Santa Bárbara para os cavaleiros de arco-besta e Santo George para os seus confrades de arco-besta) e as milícias urbanas à medida que o arco perdia a sua capacidade militar. Vários encontros entre Lojas maçónicas e nobres jogos de arco foram realizados. Em 1784, em Clermont-Ferrand (França), a mais importante das três Lojas da cidade, Saint-Maurice, se une aos cavaleiros do jogo do arco. A boa sociedade que se encontra nas colunas do templo de Saint-Maurice frequenta, assiduamente, o jardim do arco, onde se pratica o tiro, e leva à necessidade oficial de redigirem os estatutos e regulamentos. Dois anos mais tarde, em Dunquerque, terra de eleição do tiro ao arco, o Grande Oriente de França (GODF), uma das principais Obediências em França, recebe uma carta da confraria dos cavaleiros de arbaleta (besta, balestra) sob o nome de Santo George desta vila, que deseja legitimar os seus trabalhos maçónicos, constituindo uma Loja com o mesmo nome. No mesmo ano de 1786, o nobre jogo de arco de Paris é reformado pelo duque de Montmorency-Luxembourg, que não é mais do que o Administrador-Geral do GODF. No Reino Unido, onde nasce a maçonaria, o golfe é outra das atividades lúdicas e depois desportiva adotada pelos maçons. Como o tiro ao arco e as suas variantes, trata-se de um jogo de etiqueta e um local de sociabilidade festiva (Webb, 1995). Em meados do século XVIII, o golfe encontra-se em crise devido ao desinteresse da dinastia reinante (Hannover). Como não é moda, ele vê o afastamento das elites e sofre um défice de enquadramento regulamentar e organizacional. As regras não são fixadas e o golfe não se pratica no seio das sociedades bem estabelecidas. É, neste contexto, que os maçons vão se interessar por esta prática desportiva. Eles procuram se divertir entre eles, praticando golfe, e prolongando nos clubes os ágapes (banquetes) no fim dos trabalhos em Loja. O primeiro clube autêntico é o *Honourable Company of Edinburgh Golfers*, fundado em 1744. A primeira pedra foi colocada por William St. Clair of Roslin, em presença da Comissão da Sociedade dos Maçons. O discurso de cerimónia designa todos os membros da comissão e os seus estatutos são influenciados

pelos da maçonaria. William não é nada mais, nada menos do que o Primeiro Grão-Mestre da Grande Loja da Escócia, eleito em 1736. A fundação do clube tem assim um relevo particular. Outros prestigiosos clubes são igualmente de origem maçónica, como o *Royal Burgess Golfing Society of Edinburgh* (1735) e o *St. Andrews Club* (1754). Em 1743, David Deas, Grão-Mestre da Grande Loja da Carolina do Sul (EUA), decide ele também criar um clube de golfe, em Charleston. Ele influencia-se nos clubes do Reino Unido e encomenda as bolas de golfe de Leith, na Escócia. De notar que este exemplo de existência de uma autêntica comunidade maçónica atlântica atravessa importantes correntes de trocas, propícias às mediações culturais. Nos clubes de golfe, as receções de novos membros fazem-se segundo o modelo maçónico, com o apadrinhamento, aceitação que é depois submetida ao voto por bolas (brancas para o voto favorável; pretas para o voto de rejeição). Os candidatos devem enfrentar as provas iniciáticas e o clube entoa frequentemente os brindes e as saudações com a bateria maçónica “três vezes três”. Como os golfistas se devem apresentar em uniforme no clube, os membros da *Royal Burgess Golfing Society* decidem comprar aventais maçónicos e de os decorar para estas ocasiões. Atualmente, a Amigável Fraternidade Internacional de Golfe mantém esta tradição. Vários maçons tiveram também um papel ativo na promoção dos Jogos Olímpicos de Londres, em 1908. William Henry Greenfell, barão Desborough, Grande Vigilante da Grande Loja Unida, preside à organização dos JO e veio dar depois o seu nome a uma Loja: “the Greenfell Lodge n.º 3077”. Desportista conceituado, foi ilustrado a nadar nas quedas do Niágara e na Mancha, e nos campeonatos realizados no Tamisa com as cores da Universidade de Oxford contra Cambridge. Existe uma relação estreita entre a maçonaria e o desporto. Um estudo aprofundado sobre este tema em Portugal precisava-se.

Referências

- Dachez, R. (2008). *L'invention de la franc-maçonnerie*. Paris : Véga.
- Stirk, D. (1974). *Golf, histoire d'une passion*. Paris: Gallimard.
- Webb, J. (1995). *Freemasonry and sport, Prestonian Lecture 1995, Quatuor Coronati Lodge n.º 2096*, Addlestone: Lewis Masonic Books.
- Beaurepaire, P-Y. (2013). *Franc-maçonnerie et sociabilité au siècle des Lumières*. Paris: Edimaf.

Cicloturismo: a arte de viajar de bicicleta

Conhecemos a utilidade da prática desportiva e do exercício físico para o corpo e para o espírito, mas nós somos todos, ou quase, submetidos, na nossa vida profissional, a um horário quotidiano restritivo e, por vezes, opressivo. Perante este constrangimento, é natural aspirarmos intensamente a períodos de descanso (férias, fins-de-semana, folgas, etc.) e a uma real liberdade. Como conciliar o desporto e a liberdade? A palavra desporto evoca esforço, método e disciplina. A noção de liberdade está ligada a uma sensação de relaxamento e de independência. Não sendo sinónimos, estas duas palavras parecem difíceis de se associarem. Colocando o corpo num estado de bem-estar, e tornando o espírito livre, a bicicleta é uma das raras práticas que concilia estes dois estados. O ciclismo, pelo menos o utilitário, pode ser praticado desde que saímos da porta de casa, em todas as estações do ano, sem estádios, sem piscina, sem pista, sem terreno e sem parceiro. É preciso somente uma bicicleta. O ciclismo pode ser dividido em três categorias, segundo uma classificação que remonta aos inícios da prática de forma massiva. A mais conhecida é a do ciclismo utilitário, isto é, a utilização da bicicleta como meio de transporte, num quadro de atividade profissional ou simplesmente ir de um local para outro. A segunda corresponde ao ciclismo de competição. É a categoria das corridas de ciclismo, realizadas pelos ciclistas profissionais, seja em pista, em estrada ou, mais recentemente, os circuitos especializados de ar livre. Por fim, o cicloturismo é a terceira das categorias, que consiste em descobrir as paisagens, os monumentos, os locais ou ir ao encontro das populações. O que se entende por cicloturismo? A invenção do conceito é tradicionalmente atribuída ao francês Paul de Vivie (1853-1930), conhecido por “Vélocio”. Na revista “Le Cycliste”, de dezembro de 1889, o “pioneiro do cicloturismo moderno” sublinhava que para o cicloturista (passando este neologismo) andar de bicicleta não era um fim em si mesmo. Era, simplesmente, uma das formas de satisfazer a paixão pelo turismo (Deloge, 1981). Segundo Henry (2005), esta palavra viria a entrar no dicionário francês *Larousse*, em 1932. No entanto, o historiador D’Hubert (2014) refuta esta hipótese, referindo que ela não se encontra nem no *Larousse* (1931-1937), nem no *Dictionnaire de l’Académie française* de 1932. É, somente, em 1937 que ela é adotada de forma durável num programa (“Le cyclotourisme”) de Rádio-Paris, em 27 de abril de 1937. La Croix (1977, p. 26) avança uma definição do que se entende por cicloturismo: *“Arte de viajar de bicicleta (individualmente, em família ou em grupo) em todos os locais, em todas as idades e com pouco dinheiro, segundo as possibilidades físicas e o tempo de lazer que se dispõe, num percurso indo de alguns quilómetros a várias centenas de quilómetros, numa ou várias etapas, seguindo itinerários estudados previamente ou simplesmente segundo as circunstâncias, em toda a liberdade e independência, para o seu prazer. O cicloturismo permite a todos uma solução equilibrada para o problema da utilização dos tempos de liberdade. Não se trata de se escolher uma elite: o espírito do cicloturismo não tende a designar o(s) melhor(es), mas a permitir que o maior número possível seja capaz de realizar uma determinada performance. A essência do cicloturismo não deve ser a rivalidade, seja ela desportiva ou amical, mas de entreatajuda total e permanente. A expressão maior do cicloturismo é a viagem em bicicleta”*. A junção de duas palavras “ciclismo” e “turismo” complica a sua definição. Ninguém colocou a noção de “lazer”, que, segundo Dumazedier (1962), é um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja divertir-se, recrear-se e entreter-se, ou ainda

para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais. Prefere-se a de “desporto”, de “turismo” ou de “prática”. Todavia, o cicloturismo é definitivamente um lazer, na medida em que se pratica fora do quadro da atividade profissional, tendo um fim hedonista. Ele pode ser lúdico, através de um jogo de orientações ou de atividades de grupos. O que é certo é que esta atividade está, na sua origem, afastada da prática desportiva e competitiva. Também nos permite afastar a ideia de que a bicicleta é apenas um meio de transporte. O conceito assume um sentido a partir da diversificação das formas de turismo durante os primeiros anos do século XX. Em Portugal, sabe-se que o cicloturismo surgiu em 1890. Mas não existem muitos dados conhecidos sobre a sua evolução até aos anos 1920. Ele ressurgirá durante os anos de 1940 e 1950, através de António Duarte Laureano. Este cria um grupo, chamado “Os Quinze”, em Lisboa, percorrendo o país e promove as ideias do francês Velocio. Em setembro de 1987, foi fundada a Federação Portuguesa de Cicloturismo e Utilizadores de Bicicleta (FPCUB), agregando, segundo os seus números, 1200 associações e clubes, representando cerca de 30 mil pessoas. Arte de viver, mas igualmente prática benéfica para a saúde, o cicloturismo encontra um entusiasmo crescente em todas as faixas etárias da população. Não é preciso ser membro de um clube de cicloturismo para o praticar. A imensa maioria dos ciclistas de domingo estão neste caso. As inúmeras manifestações organizadas em cada país pelos clubes aderentes oferecem a possibilidade, em se agrupando, de criar laços de amizade entre os praticantes. O seu objetivo não se limita somente à adesão a um clube, mas de provocar no cicloturista solitário, para além de algumas vantagens materiais (conselhos, documentação, revistas, seguros, etc.) a simples alegria de pertencer a uma mesma família.

Referências

- D’Hubert, F. (2014). *Enquête d’évasion : le voyage cyclotouriste dans la France de l’entre-deux-guerres*. Université Paris 1 (Panthéon-Sorbonne), Histoire des sociétés occidentales contemporaines (XIXe-XXIe siècle).
- Deloge, M. (1981). *Cyclisme de loisir et cyclotourisme*. Paris: Editions Amphora.
- Dumazedier, J. (1962). *Vers une civilisation du loisir ?*. Paris: Seuil, Points.
- La Croix, J. (1977). *Le cyclotourisme*. Paris: Editions de Vecchi.

Consumidores e consumos de suplementos alimentares

Ter uma “memória de elefante”, um ventre delgado, um bronzado antes da hora... As promessas dos suplementos alimentares são atrativas. Nestes últimos anos, estes produtos “inundaram” as prateleiras das farmácias, parafarmácias, grandes superfícies, lojas especializadas. São amplamente divulgados e vendidos através da Internet e da televisão, quer em Portugal, quer no estrangeiro. O seu consumo generalizou-se e encontra-se em crescimento. A União Europeia define-os como géneros alimentícios que se destinam a completar (e não substituir) o regime alimentar normal. No entanto, as empresas procuram vender estes produtos para prevenção da doença, melhoria da saúde, desempenho físico, obtenção ou redução de peso corporal, etc. Constituem uma fonte concentrada de determinados nutrientes ou outras substâncias que têm efeito nutricional ou fisiológico. Podem ser combinados e apresentam uma forma doseada, ou seja, em cápsulas, pastilhas, comprimidos, pílula, ampola, frasco, ou outras formas, que se destinam a ser tomadas em unidades de medida em quantidade reduzida. São preparações de reposição de vitaminas, nutrientes, minerais, fibras, ácidos gordos, aminoácidos, para as pessoas. Boa parte dos suplementos alimentares ainda não foi alvo de exaustiva investigação clínica exigida pelas autoridades e, noutros casos, os resultados obtidos não são iguais para todas as pessoas, em situações aparentemente semelhantes. Os suplementos alimentares são vendidos sem prescrição médica, mas não são medicamentos. Eles situam-se entre o medicamento e o alimento. Não sendo um medicamento, passa nas malhas do controlo rigoroso. Cabe, no fundo, à empresa garantir a conformidade com a legislação em vigor. Alguns resultados têm revelado problemas na rotulagem e no material de divulgação. Conhecem-se poucos estudos científicos sobre o assunto. O uso destes produtos tornou-se normal. Não se sabe ao certo os seus benefícios ou malefícios, mas há pessoas que não podem passar sem eles. Distinguem-se três famílias de suplementos alimentares:

- os nutrientes essenciais: aqueles que o organismo humano não sabe sintetizar, mas que são indispensáveis para viver. Eles devem ser dados pela alimentação... ou por suplementos alimentares.
- os nutrientes não essenciais: como todos os nutrientes, eles são derivados dos alimentos e têm uma ação no nosso corpo. Eles são considerados “não essenciais” porque o organismo sabe produzi-los ou eles não são indispensáveis para a vida.
- Os extratos de plantas ou de produtos naturais: muitas vezes, a sua utilização remonta a origens ancestrais, baseada na experiência dos antigos. Eles contêm uma ou várias substâncias ativas, mas nem sempre identificáveis. Note-se que a partir de certos produtos naturais, a pesquisa científica isolou diversas moléculas, dando origem a vários medicamentos. Segundo os produtos e segundo as doses, os seus componentes podem ter um efeito benéfico sobre o organismo, um efeito nefasto ou nenhum efeito.

No caso dos praticantes de desporto, este tipo de produtos é procurado para ajudar a obter um melhor rendimento nos seus exercícios físicos, beleza, saúde, etc. Ao falar de suplementos alimentares, deve-se abordar também a questão da dopagem, que leva à alienação do Homem. O que nos provam os estudos científicos é que os efeitos benéficos de uma alimentação são superiores aos dos suplementos

alimentares. Por isso, uma alimentação variada e equilibrada é primordial para a saúde, a boa forma física, a tonificação e o equilíbrio. Quando se come bem, não é necessário, a maior parte do tempo, de suplementos alimentares. Por outro lado, nenhum “cocktail” de suplementos alimentares pode substituir uma alimentação equilibrada.

Entrem num centro de prática (*dojo*) de karaté

Façam-me um favor. Entrem num centro de prática (*dojo*) de karaté. Verão os praticantes (*karatecas*) vestidos com um denominado *kimono* branco, do qual faz parte um cinto que distingue os praticantes por graduações (*kyus*, do branco até ao castanho; *dans*, a partir do cinto negro). O mestre, designado por “sensei”, ou o mais graduado na sua ausência, normalmente cinto negro, é quem dá a aula que se inicia e termina por rituais próprios de saudação. É ele que dá as vozes e ordens de comando do treino. Algumas caracterizam-se por serem em japonês: contagem, nomes das técnicas de defesa e de ataque, movimentos corporais, etc. É ele que decide quando e o momento de ir mais além no treino. As aulas (dois ou três dias por semana) têm, normalmente, uma duração de uma hora e meia. Os treinos seguem um clima de ordem (alinhamento por ordem de graduações e tempo de prática) e de respeito (silêncio, obediência). O mestre corrige a execução dos alunos (*feedback* positivo ou negativo), exemplificando quando acha necessário (modelo a ser interiorizado). De vez em quando, e à sua ordem, os alunos executam um grito, chamado de *kiai*. O treino decorre com um aquecimento muscular (designado de *taisô*) e depois com técnicas de defesa e de ataque isoladas (*kibon*), ou com um ou mais parceiros (*kumitê*), com movimentos pré-estabelecidos. Também é dada ênfase aos *katas* (conjunto ordenado e codificado de acções técnico-táticas de combate, executadas de forma encadeada sem oposição), de dificuldades inegáveis, que caracterizam as “escolas”, normalmente referidas como estilos (*ryu*) - Shotokai, Shotokan, Wado-Ryu (estilos japoneses), Gojo-Ryu e Shito-Ryu (*okinawenses*). Os estilos (escolas) pertencem a organizações geralmente tituladas de associações, e estas costumam denominar-se como membros de associações ou até federações nacionais, que se agrupam em internacionais. Todos estes aspectos exteriores são apresentados como caracterizadores do karaté, aparecendo tal significantes em competições desportivas, estágios de mestres nacionais e estrangeiros, aulas e treinos, filmes, etc. Do ponto de vista sociológico, o karaté moderno, fora da sua instrumentalização militar e policial, integra-se num processo civilizacional, em que a violência se transforma em convenções controladas, como diria o sociólogo alemão Norbert Elias. É veiculado por práticas convencionais, mas expresso através de discursos e símbolos adaptados do Japão para o Ocidente. O karaté constitui, assim, uma linguagem própria e possui uma cultura identitária, partilhando sentimentos de pertença e possui significados estruturadores, concepções de vida e de normas de conduta. No caso concreto das artes de combate dual, onde o karaté se insere, podemos verificar diferentes usos sociais: desportivos (internacionalização das competições); profissionais (actividade remunerada); integração social (populações consideradas de risco); higienistas (desenvolvimento pessoal ou profissional); segurança (preparação militar, forças de segurança); artísticos (estilos corporais ou de vestuário); gestão/administração (incorporação de preceitos/ensinamentos estratégicos oriundos das “filosofias” marciais e do extremo oriente nos manuais de gestão e de economia); turísticos (visitas aos locais de Shaolin na China ou da Aikikai em Tóquio, entre outros). A noção de uso social, amplamente referida nos trabalhos da Sociologia da Cultura e da Sociologia do Desporto, visa sublinhar que um elemento cultural, qualquer que ele seja, presta-se a usos diferenciados segundo os grupos sociais que o adoptam. Isto sublinha igualmente que uma prática não é efectuada por si mesma, mas que está muitas vezes

associada a um objectivo, mais ou menos definido, que visa justificar o tempo, a energia e os meios que lhe consagramos. Falar de uma pluralidade de usos sociais para as actividades físicas e desportivas, sugere que os objectivos e as justificações variam segundo os contextos, os actores em presença e os motivos/compromissos do momento. Bem entendido, estes usos sociais raramente existem no seu estado “puro”. Cada contexto concreto pode cruzar-se e misturar-se com vários outros, criando várias nuances. Apesar da importância do karaté ser reconhecida internacionalmente, esta modalidade tem sido considerada como um objecto sem dignificação própria das investigações académicas. Rareiam os estudos que tomam esta modalidade como objecto parcial ou integral de análise. Para além dos estudos serem poucos, os dados oficiais estatísticos são confusos e muito incoerentes. Em nosso entender, a escassez de publicações com informação e dados que ajudem a compreender esta modalidade desportiva-marcial é uma das fragilidades mais significativas. Como me disse um dia o meu amigo João Boaventura, que se encontra em Oriente Eterno, as práticas desportivas constituem um permanente desafio à prática científica. Investigadores e estudiosos, façam-me um favor: entrem num centro de prática.

Os Jogos Olímpicos Modernos

25 de novembro de 1892, Sorbonne (Paris):

*“Quinze séculos passaram depois da destruição do templo sagrado Olímpio (395 depois de Cristo) por um cristão fanático, Imperador Romano Teodósio. Mas a lembrança dos Jogos Olímpicos sobreviveu no coração dos ferventes de uma Antiguidade sempre renascente. No decurso do século XIX, a educação do corpo foi conhecendo um novo impulso sob o impulso de um coronel espanhol, de um oficial alemão e de um oficial sueco e de um reverendo inglês. A educação física se desenvolveu e os estudantes franceses fundaram clubes... É assim que um homem jovem sonha em restaurar os Jogos Olímpicos. Era um barão com gosto pela história e a pedagogia. Ele tinha as ideias muito audaciosas, era eloquente e inteligente. Ele viajava muito, enviava cartas para o mundo inteiro, multiplicava a suas visitas às universidades, aos embaixadores, aos ministros, mas sobretudo aos barões, aos condes, aos duques, do qual ele fez aliados do seu ideal. Ele adorava envolver-se os seus atos em cerimônias que lhe custaram muito caro, mas que permitiu passar as suas ideias. No entanto, faltava-lhe o humor, ele tinha apenas 29 anos quando resolveu fazer da Sorbonne o berço do que ele chamava “o seu bebê: o olimpismo” (Magnane, 1952, p. 71). Uma noite de novembro de 1892. Exatamente uma sexta-feira, dia 25. O grande anfiteatro da Sorbonne foi palco da cerimônia do quinto aniversário da União dos Desportos Atléticos. Para terminar o seu discurso de forma sensacional, o barão Pierre de Coubertin, nascido em 1863, em Paris, propõe a restauração dos Jogos Olímpicos (JO). Oposição? Protestos? Ironia? Indiferença? Nada disso. Recebeu alguns aplausos, desejaram-lhe bom sucesso, mas ninguém percebeu a mensagem. Foi a incompreensão total e absoluta. Assim começou. E durou muito tempo. Em 16 de junho de 1894, ainda na Sorbonne, Coubertin decidiu organizar um grande congresso, tendo na ordem de trabalhos o restabelecimento dos Jogos Olímpicos. Perseverou e ganhou. Dois anos depois foram realizados os primeiros JO Modernos, em Atenas. A primeira Olimpíada contou com 285 atletas oriundos de 13 nações para se afrontar em 9 desportos. 70 mil espetadores assistiram ao espetáculo. O vencedor do disco lançou 29 metros e 15 centímetros e o americano Burke foi consagrado campeão olímpico dos 10 metros em 12 segundos. Outras provas foram “legendárias” (Magnane, 1952, p. 79). Nos quartos JO, em 1908, em Londres, já participaram 23 nações e 2085 atletas. Os JO ganharam em autonomia e força. O cerimonial agradou a Coubertin, mas o espetáculo ainda estava longe do que ele sonhara. Os JO de 1936, na Alemanha, impressionam de forma grandiosa e inquietante, pelo desvio nacionalista, traindo o caráter universal e pacífico dos JO. Os alemães construíram um estádio com cem mil lugares. O barão não deixará de enaltecer o projeto conseguido e de agradecer ao povo alemão, como demonstra um raro áudio do INA (*Institut national de l’audiovisuel*) (<http://www.ina.fr/audio/PH106001133>). Ele coloca o papel do desporto como um meio de educação. Afirmou sempre que o desporto não era nada se fosse separado da educação; só assim se poderia resolver todos os males individuais e sociais. Os “deuses dos estádios” continuam com as suas proezas e os JO continuam a fazer o seu caminho. Os últimos tiveram lugar no Rio de Janeiro (Brasil), em 2016. Este evento internacional instalou-se no quadro moderno, mas com o espírito antigo que os anima. Inúmeros são os problemas de ordem técnica, negociações, concessões recíprocas e legislação imposta. As aberturas e os encerramentos, com aspeto solene, são desejáveis. Fazem parte do espetáculo. A lei fundamental dos JO mantém-se: “para que 100 se entreguem*

à cultura física, é preciso que 50 façam desporto. Para que os 50 façam desporto, é preciso que 20 se especializem. Para que os 20 se especializem, é preciso que 5 sejam capazes de proezas surpreendentes” (Coubertin, 1972 [1922]). Para o grande público, o barão de Coubertin é o renovador dos JO. Ignora-se, geralmente, que ele fundou, em 1906, e presidiu a Associação para a Reforma do Ensino Francês; que, em 1910, fundou a Liga de Educação Nacional; que, em 1917-1918, em Lausanne, com o nome de “Instituto Olímpico”, organizou e animou um centro de educação; e que consagrou vários anos da sua vida a escrever a *História Universal* em 4 volumes. Muitos só veem os aspetos negativos, nomeadamente o de ter sido contra a participação das mulheres no desporto. Será que o Olimpismo triunfa segundo a vontade de Coubertin? Será que é exaltado o desporto desinteressado e o desporto praticado apenas pelo prazer e o desenvolvimento de si próprio? Infelizmente, não. De divertimento aristocrático na origem, o desporto conheceu desde o século XIX uma evolução prodigiosa, sendo um dos fenómenos sociais mais marcantes da atualidade. A sua prática democratizou-se e abrange toda a população. O seu caráter internacional continua a afirmar-se com força. Se é certo de que o desporto continua a ser uma distração, à mão de um grande número de indivíduos, ele é também uma atividade de compensação indispensável ao Homem maltratado pelos múltiplos constrangimentos da vida moderna. O desporto é mais necessário do que nunca. Os progressos da ciência e da técnica, o desenvolvimento da máquina, da divisão do trabalho, a concentração urbana e as condições de alojamento, o aumento dos tempos de lazer e a melhoria dos níveis de vida transformaram a existência dos indivíduos. A civilização tecnicista fez nascer nele a necessidade crescente de movimento, da necessidade de uma atividade física compensadora, de um jogo e fonte de descontração e de distração.

Referências

Magnane, G. (1952). *Regards neuf sur les Jeux Olympiques*. Paris: Éditions du Seuil.

Coubertin, P. (1972 [1922]). *Pédagogie sportive : histoire des exercices sportifs technique des exercices sportifs action morale et sociale des exercices sportifs*. Paris: Librairie J. Vrin.

A demografia desportiva

A demografia é a ciência que tem por objeto o estudo das populações humanas na sua dimensão (grandeza), na sua estrutura (composição de idades, sexos...) na sua evolução (crescimento, estabilidade, declínio...), do ponto de vista quantitativo. Ela procede a uma descrição numérica precisa das populações sob o seu duplo aspeto: estático (estado, estrutura, componentes) e dinâmico (evolução geral, movimentos internos). A demografia utiliza os recursos matemáticos, a estatística e as probabilidades (efetivos, percentagens, taxas...). Todos estes aspetos são devidamente contabilizados pelos recenseamentos, inquéritos e as sondagens que se realizam periodicamente. Em Portugal, não se fala muito dela, mas a demografia desportiva é a mais recente das ciências sociais aplicadas. Ela assenta em dois ramos de análise: 1) uma análise dos efetivos globais dos praticantes (“stocks”) recenseados anualmente e a observação da sua evolução no tempo. Isto permite construir um histograma simples, em vários anos, e de desenhar a curva do ciclo de vida da modalidade desportiva em estudo; 2) uma análise do estudo dos movimentos internos de uma população de desportistas filiados num clube, numa federação, numa sala privada, etc. Ou seja, dos “fluxos de entradas” (adesões anuais) e de “saídas” (abandonos anuais). Estes fluxos, no interior do conjunto das populações desportivas, são designados de “turn-over”. É a partir dos dados fornecidos pelas federações desportivas que podemos observar o “stock” de praticantes e a sua evolução no tempo. As noções demográficas de “nascimento”, “morte”, “emigração”, “imigração”, por exemplo, são utilmente transpostas para as modalidades desportivas, como uma metáfora, designando processos mais complexos e reconhecidos: nascimento (primeira adesão) à modalidade; mortos (abandonos ou reconversões para outros desportos ou associações), chegada de trânsfugas vindos de outras modalidades ou de renovação da adesão, depois de uma interrupção (renascimento) (Pociello, 1999). Se a demografia desportiva, como ciência, é recente, isto deve-se a vários fatores: à incerteza das fontes; a ausência de interesse (ou à falta de perceção) destes fenómenos; a ausência de um pedido por parte das administrações de tutela do desporto (ou outras); às reticências (ou hostilidade) por parte das direções dos clubes e federações face à evidência do declínio dos seus efetivos, não podendo esconder, assim, a extrema volatilidade do seu público de aderentes (De Bruyn, 2006). Diga-se também, de passagem, que aqueles que detêm muitas vezes a informação não estão disponíveis para a ceder. As federações são obrigadas a produzir anualmente o recenseamento dos seus efetivos (“stocks”) ao seu ministério de tutela. Esses dados são, normalmente, classificados por categorias (até juniores, juniores, seniores, veteranos) e por sexos e depois totalizados. Em Portugal, desconhecem-se trabalhos científicos sobre demografia desportiva. Fala-se de uma “demografia federada”, porque se estuda a dinâmica da população desportiva enquadrada no movimento associativo. Em França, Chevalier (1994) é considerada como a pioneira nesta área, tendo estudado, num quadro teórico interacionista, as trajetórias e os abandonos dos cavaleiros da Delegação Nacional dos Desportos Equestres, entre 1988 e 1992. Este estudo é o “ato fundador” da demografia desportiva. Os dados produzidos pelo ministério da Juventude e dos Desportos Francês permitiram fontes inéditas capazes de serem trabalhadas do ponto de vista demográfico. E em Portugal? É para quando?

Referências

- Chevalier, V. (1994). *Démographie sportive : itinéraires et abandons dans les pratiques de l'équitation*. Thèse de doctorat, Paris : Université de Paris VII.
- De Bruyn, F. (2006). *Biographies et carrières plurielles : analyses des interactions entre la carrière sportive des nageurs et les autres domaines de la vie sociale*. Thèse de doctorat en Sociologie. Paris : Université de Nanterre – Paris X.
- Pociello, C. (1999). *Sports et sciences sociales : histoire, sociologie et prospective*. Paris: Éditions Vigot.

O aikido: uma arte ou um desporto?

Legítimo herdeiro da tradição marcial japonesa, o aikido (o caminho da harmonia) foi criado por Morihei Ueshiba (1883-1969), um homem de “fraca constituição física, muitas vezes doente e muito nervoso” (Hamon, 1992, p. 17). Considerado o pai desta disciplina marcial, que faz a sua aparição na Europa (em França, nos anos 50, e em Portugal essencialmente a partir dos anos 1960), Ueshiba, em 1903, alista-se como um simples soldado da armada imperial, onde se faz notar pela sua grande habilidade no manuseamento da baioneta, arma correntemente empregue na época nos combates de corpo a corpo. Durante a guerra russo-japonesa (1904-1905), ele faz prova de bravura. Dois anos depois desta guerra, o Governo japonês decidiu agrupar as principais escolas marciais numa organização chamada “Botokukai”, no seio da qual as disciplinas poderiam salvaguardar a sua tradição e manter o seu espírito. A partir de 1926, Morihei começa a chamar a atenção de importantes personalidades japonesas do mundo político e militar, fazendo-lhe algumas visitas e para treinar com ele na via da “harmonia e da unidade”. Em 1931, vai instalar-se num bairro de Tóquio, onde cria um centro de prática chamado *Kobukan*, e que, uns anos mais tarde, assumirá o nome de *Aikikai*. Enceta contactos com Jigoro Kano, considerado o pai do judo. Em 1946, os americanos, temendo pela sua segurança, vão proibir a prática do aikido e de todas as artes marciais. O “Sensei” (mestre) para os praticantes de aikido é quase um mito, uma fonte de reflexão e de inspiração. Grande parte dos alunos de Ueshiba no Japão eram filhos de famílias da alta nobreza e de oficiais militares de um Império do Sol Nascente saído vencido da Segunda Guerra Mundial. Com o seu falecimento, em 1969, é o seu filho que assume o “testemunho” e prossegue a arte do seu pai, assegurando, assim, uma continuidade. Com a vinda de mestres japoneses para a Europa, como uma “espécie de missionários”, foram sendo criados vários centros de prática e promovidos estágios (treinos mais intensos, variáveis em número de dias), tendo a adesão de praticantes à procura de um desporto de combate e ávidos do exotismo que ele proporcionava. Ainda que o aikido tenha assumido um lugar importante na Europa, para alguns instrutores avançados na prática ele ainda continua a ser uma “arte misteriosa”. Refutando a lógica competitiva (desportiva), o aikido coloca a tónica na “arte corporal”. Ele propõe a quem o pratica regularmente uma regra de vida moral e física. Os exercícios do corpo e morais são, de certa forma, inseparáveis. Para os praticantes, e seguindo a vontade extrema do seu fundador, “é uma arte de paz”. Reivindica-se uma “ética do combatente”, uma “ética cavalheiresca”. Tal como no judo ou no karaté, a obtenção da graduação permite avaliar o nível técnico, e assume-se como uma luta simbólica. Assumindo uma perspectiva bourdiana, podemos dizer que a obtenção do cinto negro e ulteriores, simboliza o “poder simbólico” ou “capital simbólico” (estatuto social). Na realidade, o “prémio” (a graduação) resulta de um crédito. Não é o dinheiro, mas as recompensas asseguradas pela avaliação dos pares, reputação, cargos e funções nos clubes, associações ou federações. Este “crédito honorífico” (*honorific credit*) é pessoal e intransmissível (propriedade privada, não pode ser transmitido por contrato ou por testamento). Como pudemos testemunhar com a nossa observação-participante, o espírito aikidoca diz muito: o praticante não está lá para propor ou impor as suas ideias aos outros e desvirtuar o ensinamento do *Sensei*, mas para progredir e trabalhar. O mestre está lá para ajudar os

“desiludidos” com a prática (as técnicas difíceis de assimilar), os reconfortar e os ajudar a ultrapassar as dificuldades do treino. O praticante experimentado, mesmo se ele pode ensinar ou corrigir os mais inexperientes, pode não ser um instrutor. Para se ser instrutor, é preciso uma credencial, obtida após fazer uma formação da federação de aikido. A dificuldade principal, tendo em conta os diferentes níveis de *expertise*, é explicar que, para uma mesma prestação técnica, pode-se dar cumprimentos a um jovem iniciante e desiludir se é realizada por um praticante avançado. Existe uma distância entre o que um praticante pode projetar e o que ele pode viver. Quando um praticante não realiza as performances que ele se julga capaz, ele coloca em causa a sua preparação física e habilidade para a modalidade escolhida. O aikido é percebido como uma arte estética e como complementar ao judo, permitindo a (eventual) possibilidade de defesa contra um ataque de arma branca. Como uma tripla ação da lâmina de barbear com três lâminas (a primeira tira o pêlo, a segunda corta, retirando mais um pouco e a terceira vai a um nível que as duas primeiras não permitem), para os praticantes, as técnicas podem ser “analisadas, estudadas, harmonizadas”. Analisadas separadamente, como de um fator educativo. Estudadas sistematicamente, pois tornam-se um gestual psicossomático. Harmonizadas interiormente, porque se tratam de exercícios privilegiados de conduta de energia. Para muitos, o esforço é centrado para uma eficácia que se deseja imediata. Os treinadores (ocidentais e orientais), treinados nas modas atuais, propõem técnicas que satisfazem os ávidos sentidos. Outros têm técnicas “avançadas”, nas palavras dos praticantes. Podemos ouvir: “ele tem um aikido que mata”, expressão paradoxal quando sai da boca dos cintos negros, que se referem especialistas, e que conhecem os preceitos de Ueshiba. No aikido prevalece uma vaga sentimental anticompetitiva, rejeitando-se o desporto e a instrumentalização corporal, tendo em vista o recorde. Bourdieu (2008, p. 27) chama a atenção para a questão das lutas em cada disciplina (como campo), da sociologia, mas também se pode aplicar nos desportos de combate: “cada protagonista desenvolve uma visão clara desta história, sendo as diferentes narrações históricas orientadas em função da posição daquele que as faz, não podendo, portanto, aspirar ao estatuto de verdade indiscutível”. Em suma, cada disciplina é definida por um *nomos* particular, um princípio de visão e divisão, um princípio de construção da realidade objetiva.

Referências

- Bourdieu, P. (2008). *Para uma sociologia da ciência*. Lisboa: Edições 70 (trad.: Pedro Duarte).
Hamon, M. (1992). *Aikido : une tradition, un art, un sport*. Paris: Editions Amphora.
Peyrache, A. (1999). *Le dojo*. Paris. L.G.M.

Judo: o caminho da suavidade

O judo (o caminho da suavidade) é uma disciplina criada no Japão em 1882 por Jigoro Kano (1860-1938). Ele serviu de protótipo de uma nova forma de artes marciais japonesas. A novidade, se assim podemos dizer, não é a capacidade de realização dos gestos técnicos. Ela surge pelas finalidades pretendidas. Trata-se de um desporto inventado a partir de uma reflexão racional, visando responder a uma necessidade particular, por um japonês influenciado pela ideologia desportiva ocidental, mas desejando realizar uma síntese entre Oriente e Ocidente. O próprio Kano dizia que seguia um método científico, selecionava os melhores aspetos das escolas mais antigas de jujutsu, eliminava outras, e construía um novo sistema mais em consonância com a sociedade moderna. Enquanto encontro privilegiado entre o Oriente e o Ocidente, o judo ilustra a forma mais marcante da reciprocidade da difusão cultural. Ele implementou-se no Ocidente quando o Japão, num contexto de derrota e de ocupação militar, se recompunha da destruição da Segunda Guerra Mundial. As modificações das técnicas do judo correspondem à “ocidentalização” da prática. O judo deveria ser, segundo Kano, uma forma de educação. Ele insiste sobre o “dô” (via) em vez do “jutsu” (técnica). A sua ideia foi a de combinar as dimensões desportivas, intelectuais e espirituais, a fim de assegurar um aperfeiçoamento físico e moral do indivíduo. Não é correto pensar-se que a ação isolada de Kano permitiu o desenvolvimento do judo. Alguns dos seus precursores, considerados como os mais importantes ou os mais mediáticos, foram certamente influenciados pela sua própria história e a conceção da sua prática. As suas posições pessoais e institucionais permitiram favorecer ou, pelo contrário, travar um processo de desportivização. Para os homens, esta disciplina foi incluída nos Jogos Olímpicos (JO), na edição de Tóquio de 1964. Entre a sua fundação (1882) e o seu reconhecimento (1964), várias dinâmicas plurais e contraditórias marcam o seu percurso. Talvez, por isso, ficou ausente na edição seguinte, em 1968, vindo a ser integrado quatro anos depois. Em 1992, nos JO de Barcelona, tornou-se disciplina olímpica para as mulheres, mas com vários preconceitos e discriminações. As regras do judo foram adaptadas para que fosse reconhecida disciplina paraolímpica, em 1988. Atualmente, divide-se em várias categorias (masculinas e femininas) e formas (judo de competição, judo educativo, judo de lazer, judo de defesa pessoal, etc.). O judo é hoje um desporto muito popular. A referência à tradição deixa lugar às questões relativamente desportivas. A progressão dos *dans* (graduações), materializada pelas cores dos cintos (inovação inglesa de 1927), faz-se com base em critérios quantitativos, explícitos, públicos e formalizados. As classes de pesos (introduzidos em 1965), reforçam a igualdade de oportunidades. O instrutor funda a sua autoridade mais em dimensões técnicas do que em dimensões carismáticas. As referências ao budismo desaparecem. A federação europeia, contra a federação japonesa, impôs o uso do *kimono* azul para um dos combatentes, por forma a distinguir melhor o adversário. No fundo, os grupos organizados têm a necessidade de se afirmarem, distinguindo-se dos outros pelas marcas visíveis. Esta formulação leva a imaginar uma certa proximidade com os princípios da diferenciação social. Existem duas concepções do judo: i) um “judo tradicional”, que representa uma ética marcial renovada ou educativa, segundo a inspiração de Kano. Os praticantes procuram realçar os seus valores morais tradicionais. O progresso de um é o

progresso do outro; ii) um “judo desportivo”, cuja ética é da competição. Procura se afirmar em relação ao adversário (comparação social), no respeito pelas regras desportivas. O outro é visto mais como um adversário do que como parceiro. Vários autores procuram explicar o sucesso e a notoriedade do judo. Cremos que o sucesso se baseia na originalidade “técnica e ética” do “produto” (e do seu refinamento), em relação aos desportos de combate ocidentais e aos sistemas de representação social, político e de excelência corporal. Ele é também um espetáculo, que a televisão, com ou sem razão, torna familiar aos olhos do público. A sua notoriedade deve-se também aos atletas e a alguns dirigentes. Em Portugal, mais concretamente em Lisboa, a Academia de Judo foi o primeiro clube de artes marciais. Foi fundado pelo António Hilmar Schalch Corrêa Pereira, em 1946, com o objetivo de se aperfeiçoar o “judo marcial”. Corrêa Pereira é considerado o primeiro português com o cinto negro 1.º *dan* do judo Kodokan, mas isso nunca foi reconhecido pela Federação Portuguesa de Judo, na medida em que esta sempre privilegiou o judo desportivo. Com a adesão de vários praticantes (numa primeira fase, essencialmente engenheiros e militares), o clube viria a ser transferido, em 1958, para Entrecampos. Atribuíram-lhe o nome de “Academia de Budô”. É neste espaço que viriam a ser promovidos vários treinos e estágios com mestres japoneses e são introduzidas novas disciplinas marciais (karaté, aikido). A participação de Portugal nas Olimpíadas, com o judo, data de 1964. Nuno Delgado conquistou em Sidney, em 2000, a primeira medalha olímpica (bronze). Os resultados obtidos por Telma Monteiro, e outros judocas menos conhecidos, têm contribuído para o desenvolvimento e reconhecimento do judo nacional.

As lutas amadoras

O que se entende por luta? É uma palavra que abrange vários significados. Fora das significações figuradas (luta de classes, luta contra o cancro, por exemplo), é possível encontrar quatro atividades diferentes: luta amadora (desportiva), luta profissional (muitas vezes associada ao espetáculo), luta tradicional (a galhofa, em Portugal; a bretã, em França, por exemplo) e a luta enquanto desporto de combate. Para aquilo que nos interessa, iremos falar somente das lutas amadoras, enquanto competição desportiva que procura, entre dois adversários, colocar um dos oponentes no chão (tapete). Ao contrário do judo e do aikido, não existe muita documentação de qualidade e científica sobre as lutas amadoras. Se no final do século XIX era fecunda, sobretudo as obras em francês sobre a luta, não se passa o mesmo no século XX e na atualidade. Estamos perante um notável processo-verbal de carência. Muito do que existe está impregnado de ideologia. Encontramo-nos na presença de dois fatos brutos: de um lado, uma floresta petrificada de instituições e, do outro lado, a selva incoerente, infinitamente flutuante, de resultados e de projetos. No entanto, das arenas dos gladiadores, passando pelos torneios de lutadores do século XV, até à luta desportiva de competição na atualidade, ela fez um longo caminho. Para a praticar, não é necessário um equipamento particular. Já Montaigne e Rabelais, na sua época, a invocavam nos seus escritos que bastava “uma boa formação física e moral dos jovens rapazes” (Favori, 2000, p. 7). Em 1896, as lutas amadoras tornaram-se um parceiro histórico na renovação dos Jogos Olímpicos Modernos, segundo os votos de Coubertin. O estilo greco-romano, prática ocidental, encarnou a forma de lutas dos antigos gregos e romanos. Nessa altura, era apenas praticada pelo género masculino, permitindo unicamente gestos técnicos de ataque e defesa, utilizando o tronco, a cabeça e os membros superiores. Através de artigos, conferências e recomendações, Coubertin (1922) sublinha que a luta não deixou de se transformar desde os seus primórdios, mas ela é convencional. Isso não diminuí o seu mérito desportivo, pois começa de pé e prossegue no solo. Derrubar o adversário e dominá-lo constituem as duas eternas fases. É um exercício que coloca em jogo todas as forças da máquina humana, combinando ação e resistência a um limite raro. Sob a influência americana, foi incluído no programa o estilo Livre-Olímpico, em 1904, permitindo gestos técnicos de ataque e defesa utilizando todo o corpo. Em 1912, a luta, nos pesos médios, faz a sua aparição nos JO de Estocolmo, num combate homérico entre o finlandês Alfred Asikainen e o russo Max Klein. Depois de 11 horas de luta, Asikainen cai para o tapete esgotado. Klein não fica em melhor estado, pois recusa disputar a final contra o sueco Claes Edvin Johansson. Portugal estará presente nestes jogos, com o atleta Joaquim Vidal, obtendo duas derrotas e uma vitória. Os estatutos da luta são garantidos pela Federação Internacional de Lutas Associadas (FILA), fundada em 1905, tornando-se, em 2014, a *United World Wrestling*. Considerada como a “prima” do judo, a luta é sempre apresentada como um conjunto, mais ou menos coerente, de agarres, isto é, de movimentos executados pelos combatentes depois destes os terem assimilado segundo os conselhos do treinador. Os praticantes procuram ultrapassar a resistência do adversário, utilizando diversos meios técnico-táticos permitidos, assim como todas as faculdades físicas e psíquicas. A repartição da luta em categorias de pesos oferece a todos os concorrentes, homens ou mulheres, qualquer que seja a sua

corpulência e o seu peso, a oportunidade de se encontrarem em condições de igualdade. Alexandre Medved, um ilustre lutador bielorusso, definia a luta como a síntese de vários desportos: “atualmente, para se ser um bom lutador, é preciso ter a força de um halterofilista, a agilidade de um acrobata, a resistência de um corredor e o pensamento tático de um jogador de xadrez” (Favori, 2000, p. 19). Com algum balbucio, em 2004, por ocasião dos JO de Atenas, viria a ser integrada a luta feminina. Tal como o estilo Livre, permite uma multiplicidade de ataques e de defesas utilizando todo o corpo. A evolução da técnica da luta, no sentido mais amplo da eficacidade e de rendimento no combate, engloba três aspetos: melhorar o equilíbrio do lutador, melhorar os agarres/controlo; melhorar a forma de se utilizar o corpo para melhor projetar. Projetar o adversário por cima das suas costas, dos seus ombros ou da sua barriga, impõe um “respeito das leis mecânicas, simples, mas imutáveis. Atualmente, as lutas, “que é cada um de nós por instinto”, são incluídas em alguns programas escolares sob a forma de jogo de oposição e como prática de desenvolvimento harmonioso. Como já referimos anteriormente, Portugal participou, pela primeira, vez nos JO com as lutas amadoras em 1922, em Estocolmo. Os resultados olímpicos têm sido, desde então, desoladores.

Referências

Coubertin, P. (1922). *Pédagogie sportive*. Paris : Crès et Cie.

Favori, D. (2000). *Cours de lutte : lutte libre, lutte gréco-romaine, lutte féminine*. Paris: Editions de Vecchi.

O boxe

Existem vários trabalhos que têm como objeto de estudo o boxe, mas a análise etnológica de Wacquant (2000) é certamente a mais rica sobre a construção dos “habitus pugilísticos” masculinos no domínio do boxe inglês, num bairro negro de Chicago. O autor descreve a importância das aprendizagens técnicas no processo de incorporação das normas e valores no ginásio. De forma detalhada, descreve as relações entre o mundo fechado (o ginásio), o universo pugilístico, a rua, o bairro e o gueto. De forma contrastante de um ambiente hostil, o clube constitui uma ilha estável e ordena as relações sociais, onde os interditos são possíveis. O ginásio não é apenas um espaço de confronto. Ele é protetor, permitindo escapar ao quotidiano e à tentação de os praticantes viverem da ilegalidade. Este espaço regula a violência e permite quebrar a rotina. Os pugilistas distinguem-se dos outros jovens do gueto pela vantagem da integração social e pela ligação a uma família não decomposta e relativamente intacta. Eles provêm de famílias de classes operárias, do sub-proletariado e exercem pequenos trabalhos nos serviços. A grande maioria trabalhava como seguranças, canalizadores, pedreiros, limpezas, nas fábricas. Wacquant colocou as luvas e descreve a aprendizagem das práticas, das codificações e das normas implícitas, afastadas de um investigador branco que nunca antes tinha praticado boxe e pertencia às classes sociais cultas dos universitários. Mennesson e Clément (2009) prestaram especial atenção às mulheres nas práticas pugilísticas violentas, reservada aos homens, até um período recente. É um estudo inédito. Os autores procuram estudar este universo das mulheres no boxe francês de 1997 a 2005. Para isso, realizaram trinta entrevistas às pugilistas que participavam em competições de nível nacional e internacional. Para elas, minoritárias neste espaço essencialmente masculino, a aprendizagem das técnicas pugilísticas e o trabalho de “feminização” de aparência corporal são simultâneas. Os autores concluem que a relação diferenciada com a prática do boxe (num estilo mais “hard” e noutro mais “soft”) inscreve-se nas trajetórias escolares e sociais diferentes. São sobretudo mulheres originárias das classes populares que aderiram ao estilo mais “hard”. As pugilistas “soft”, maioritariamente em situação de sucesso escolar no ensino primário e secundário, começam o boxe pelos 20 anos ou mais e as pugilistas do estilo “hard”, muitas vezes confrontadas com o insucesso escolar, iniciam o boxe com cerca de 15 anos. As primeiras descobrem por acaso os aspetos estéticos da prática do boxe francês, as segundas começam a praticar esta modalidade para exprimir o seu gosto pelo confronto e a sua combatividade. Como nasce e se exporta o boxe? Grande parte dos desportos que são praticados atualmente no mundo, de uma maneira mais ou menos idêntica, são originários da Inglaterra. Eles expandiram-se para outros países, sobretudo na segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX. O futebol, a luta, o boxe, o ténis, o críquete, o atletismo, a corrida a cavalos, entre outros, são alguns exemplos. Estas modalidades desportivas eram passatempos dos ingleses que se expandiram por um grande número de países entre 1850 e 1950. Também conhecido por pugilismo, o boxe é um desporto de combate que se caracteriza pela arte de defender e atacar usando apenas os punhos. Na Inglaterra, o primeiro regulamento de boxe surge em 1743. Face à brutalidade nos combates, que não é o que mais agrada a um público no seu conjunto bastante aristocrático, em 1747, é recomendado o uso de luvas e aperfeiçoaram-se as regras. Um primeiro

“campeonato do mundo” tem lugar em 1810 entre um branco e um negro, com 25 mil espectadores (Terret, 2008: 16). A federação amadora de boxe é criada em 1884. O boxe masculino entrou nos jogos Olímpicos em 1904. Relegado para segundo plano, o boxe feminino surge apenas como desporto de demonstração. Praticamente invisível, só entrará, oficialmente, nos jogos Olímpicos de Londres de 2012. 36 mulheres, em três classes de peso, competiram nestes jogos, em comparação com os 250 homens em 10 classes de peso. E em Portugal? Em Portugal, o boxe surgiu no início do século XX. Os primeiros duelos de boxe são disputados a partir de 1909, suscitando interesse e curiosidade do público e dos adeptos da modalidade, sobretudo nas grandes cidades. Pouco a pouco, vão-se criando alguns clubes amadores, como, por exemplo, o Ginásio Clube Português, o Clube Arte e Sport, o Sport Cruz Quebradense, o Clube Português de Recreio e Desporto. Da necessidade de se organizar e regulamentar a “nobre arte”, é fundada, em 1914, Federação Portuguesa de Box (FPB). Após o final da Grande Guerra de 1914-1918, o boxe populariza-se e evolui. Nos anos 20, o boxe partilhava os mesmos lugares onde se representava espetáculos de música e de teatro. O boxe, desde muito cedo, inseriu-se num produto comercial. Nos bairros populares de Lisboa (Alcântara, Bairro Alto, Madragoa, etc.), vão surgindo vários clubes desportivos (Grupo Desportivo da Mouraria, Clube Rio de Janeiro, Sport Lisboa Oriental, Ateneu Comercial, etc.), promovendo a modalidade. Existem duas categorias de lutadores de boxe: o profissional e o amador. As diferenças entre ambos se baseiam essencialmente no uso ou não de proteções físicas em combate e na duração dos mesmos. No boxe profissional os lutadores não usam capacete e os combates podem chegar aos 12 “rounds” de 3 minutos cada. Já no boxe amador, considerada modalidade olímpica desde 1920, os lutadores usam capacete e os combates caracterizam-se por 3 “rounds” de 3 minutos cada. Um recrutamento “popular” não é fácil de se concretizar. O desporto é um mosaico de atividades físicas, que no seu conjunto, em termos de praticantes, não é homogéneo. Esta heterogeneidade apreende-se pelos dados das federações e incluídos nas várias publicações produzidas. Desde a sua implementação, o boxe português tem tido os seus avanços e os seus recuos, nomeadamente ao nível do número de praticantes. Em 2008, haviam 478 praticantes.

Referências

- Mennesson, C. e Clément, J. P. (2009). Boxer comme un homme, être une femme. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 179, 76-91.
- Terret, T. (2008). *História do desporto*. Lisboa: Publicações Europa-América.
- Wacquant, L. (2000). *Corps et âmes. Carnets ethnographiques d'un apprenti boxeur*. Marseille: Agone.

As artes marciais e desportos de combate

O objetivo dos desportos de combate, sejam eles de tradição ocidental (e.g. boxe, as lutas amadoras) ou oriental (e.g. judo, aikido, karaté, taekwondo), é de colocar o Homem face a face com o seu semelhante. Na “Signification du sport” (1968), Bouet lembra que o “homem é um lobo para o homem”. Assim sendo, as regras definidas eliminam ou limitam as lesões corporais e estabelecem uma fórmula de “regulação de contas” de forma leal. Os desportos de combate são considerados como um espaço suscetível de confortar e de preservar a identidade masculina, controlando e reprimindo a expressão da violência física. Aquilo que nós agrupamos com o termo “artes marciais” (desportos de combate orientais) faz referência a um conjunto complexo de práticas conhecidas depois do período *Kamakura* (fim do século XII) no Japão, que se repartem entre *Budô* (pacíficas, sem armas) e os *bugei* (utilizando armas), fundadas sobre o respeito do *Bushidô* (código de princípios morais) ou a “via dos guerreiros”. No século XX, com a ocupação americana do Japão (1945-1952), estas práticas foram proibidas. As artes marciais tinham sido transformadas no final do século XIX em práticas desportivas, isto é, codificadas, regulamentadas de forma a que fossem inofensivas para os praticantes, e algumas inscritas num quadro competitivo. Esta codificação teve a ver com a globalização/mundialização das práticas da tradição oriental para o Ocidente, ou por outras palavras, receberam influências do modelo de desporto moderno criado no Ocidente. Depois da sua introdução no Ocidente, as práticas de combate asiáticas, popularizadas e depois mediatizadas, não pararam de suscitar interrogações quanto às razões do sucesso da sua implantação e difusão. Na sua origem são, antes de tudo, um fenómeno urbano, ainda que durante muito tempo sofreram de má reputação, pois foram conotadas com movimentos políticos “extremistas”. Este fato, levanta então a questão de como explicar o seu sucesso a partir dos anos 1970 na Europa? Uma parte da resposta encontramos-la em Braunstein (1999, p. 70), quando afirma que: “a criação de clubes deve-se à desestruturação familiar, sobretudo com as separações e divórcios, dando origem a um individualismo”. Os clubes criam um quadro familiar, isto é, encontram-se os amigos, os praticantes familiares (e.g. irmãos, tios, sobrinhos, etc.). O clube acaba por ser o prolongamento da família, onde se sente a franca camaradagem e a amizade. O clube é o intermediário entre a família e a pátria. De fato, o desporto foi concebido como um meio de integração e de adaptação do indivíduo. O clube é, assim, a “célula base” da organização desportiva. É a grande família. E ele se imbrica com outras instituições que estruturam o tecido social, nomeadamente a escola. Os clubes são também um campo de concorrência entre organizações “rivals”. Também a mediatização das artes marciais e desportos de combate (AM&DC) através da difusão de filmes, colocando em cena personagens históricas, terá contribuído (e.g. Bruce Lee, Chuck Norris, Steven Seagal, Jean-Claude Van Damme, etc.). Podemos dizer que os meios de comunicação social contribuíram amplamente para muitos praticantes fazerem uma viagem real entre os dois imaginários (Oriente e Ocidente). A influência das técnicas de combate asiáticas é tão grande que basta constatar que elas substituíram alguns dos métodos de combate nacionais das forças de segurança. Não estamos de acordo com Ordioni (2002, p. 33) quando afirma que as AM&DC marciais não tiveram sucesso no início do século devido ao “código da força ser dominante”. O que nos parece é que elas não tiveram

sucesso no início do século pela simples razão de serem praticamente desconhecidas da maioria dos ocidentais. A sua proibição pelos americanos durante a ocupação do Japão, de 1945-1952 terá criado obstáculos à sua difusão. A Segunda Guerra Mundial (1939-1945), na Europa, com a maioria dos homens na frente de combate, também não poderia proporcionar o “tempo livre” para uma divulgação e aprendizagem das artes marciais. No caso de Portugal, algumas das AM&DC foram, igualmente, proibidas(os) e controladas pelo Estado, através da Comissão Diretiva de Artes Marciais (CDAM) (1972-1980), pertencente ao Ministério da Defesa. Só a partir de 1950 é que os primeiros praticantes ocidentais dão a conhecer as modalidades, assistindo-se à criação de vários clubes, e à chegada dos primeiros mestres japoneses para a Europa para ensinar e divulgar as suas disciplinas de combate, e também, à divulgação dos primeiros filmes com os combates coreografados (Bruce Lee, por exemplo), assim como foram divulgados os primeiros livros sobre o assunto. A essência das AM&DC é ambígua. Exigem muita disciplina pessoal, um respeito autêntico e contínuo pelo outro (adversário), mas onde os antigos (veteranos) têm estratégias de conservação de “poder”, tendo por objetivo tirar proveito de um capital progressivo acumulado. Os mais novos (os novos aderentes) assumem estratégias de submissão orientadas para a acumulação de um capital específico. Bourdieu (2000, p. 200) resume bem a questão na sua teoria de campo quando afirma que: “a luta permanente no interior do campo é o motor do campo”. E “aqueles que lutam pela dominação fazem com que o campo se transforme, que ele se reestruture constantemente”. A ligação forte às AM&DC mergulha as suas raízes no passado da humanidade e de desporto radical, levando a uma situação vital. Enquanto os outros desportos exigem espaços, material ou mobilizam uma equipa numerosa, os desportos de combate e as artes marciais contentam-se com a proximidade imediata dos dois adversários. Os dois reunidos e unidos na sua oposição constituem uma situação total, não interferindo outros elementos de forma determinante. O espaço é definido como um local de interação, com os limites dados pelos tapetes (*tatami*) ou o ringue. As AM&DC são de contacto físico. Não é apenas verdade para o boxe ou para a luta, pois o toque na esgrima é, de fato, um contato; e sabe-se que os golpes do sabre podem ser rudes. Bouet (1968, pp. 96-97) refere a este propósito que “a troca de golpes, a mútua aceitação provoca uma espécie de fraternidade viril e anula as suscetibilidades”, e que a “proximidade-promiscuidade dos corpos levam a um alerta das faculdades de atenção e de inteligência”. Os combatentes observam-se, procuram os pontos fracos, julgam-se, antecipam as suas ações e reações respetivas, organizam uma tática, e em certos momentos inventam, segundo uma verdadeira inspiração com paradas e ripostas com a prontidão do espírito. Como sublinha este autor, nos desportos de combate a personalidade é predominante. Caraterizadas por elementos tradicionais e modernos, repetitivos e inovadores, a adaptação dos desportos de combate e das artes marciais tem-se vindo a fazer aos poucos, ainda que seja visível uma reviravolta desportiva nas últimas décadas, marcada pelo predomínio da competição.

Referências

- Bouet, M. (1968). *Signification du sport*. Paris: PUF.
- Bourdieu, P. (2002). *Questions de sociologie* : Paris: Les Editions de Minuit.
- Braunstein, F. (1999). *Penser les arts martiaux*. Paris: PUF.
- Ordioni, N. (2002). *Sport et société*. Paris: Ellipses.

Violências desportivas

Os estudos sociológicos sobre a violência no desporto permitem uma análise mais detalhada e fina deste fenómeno. O desporto não é um mundo virtuoso. De um modo geral, existem quatro formas principais de violência: verbal, física, exclusão e simbólica. A violência verbal nos locais desportivos ou imediações é, sem dúvida, uma das formas mais correntes e mais fáceis de perceber. O painel é amplo: insultos, invetivas, grosserias e outros termos de consoante sexual ou racista. Este tipo de violência apreende-se nas bancadas e tribunas. É inútil insistir sobre as expressões e os cantos injuriosos que os *fans* entoam ao encontro de uma equipa adversária ou ao corpo de árbitros. Como refere Bromberger (1998), a propósito dos *fans* de futebol, as suas retóricas são em torno de três polos: a vida e a morte, a guerra e a virilidade. A violência verbal diz respeito também aos atletas, aos treinadores, etc. O que não contribui para a serenidade dos debates desportivos. Nos desportos coletivos, as disputas entre os treinadores (ou dirigentes) e jogadores no intervalo ou antes do jogo são, por vezes, pautadas por discursos muito violentos. É interessante notar que, na maior parte do tempo, os protagonistas não se apercebem da natureza das suas palavras. E quando se fazem observar, estimam que não há nada de dramático. O que eles dizem é para encorajar ou para motivar uns e outros. Ou seja, a violência verbal não incita a passagem ao ato físico. A violência física existe no desporto. Várias são as práticas desportivas, como o tiro, a esgrima ou a equitação, que saíram diretamente das artes da guerra. Elas foram desenvolvidas desde a Antiguidade pelos guerreiros para se aperfeiçoarem na sua especialidade belicista respetiva e por alguns adolescentes que, por vezes num rito de iniciação, praticavam para serem dignos de se tornarem soldados. A violência física pode caracterizar-se de duas formas: segundo o local onde ela é observada e segundo o alvo sobre o qual ela se exerce. A violência encontra-se nas bancadas e em torno da cena desportiva, no seio dos espetadores e dos *fans*, apesar das medidas de segurança. O hooliganismo, que surgiu na Grã-Bretanha (e que se tornou um delito), expandiu-se para a maior parte dos países europeus durante a ocasião dos grandes encontros de futebol. Bodin (1999) diz que a violência está ligada ao espetáculo desportivo, mesmo se este fenómeno, durante o decorrer do tempo, assumiu diferentes formas. O segundo espaço de violência física é o terreno de jogo. Nos desportos coletivos, os jogadores das equipas opostas molestam-se no terreno. São, por vezes, eles que promovem a violência, cujas determinantes são múltiplas e pouco diferentes dos contextos não desportivos. Os balneários e outros locais satélites do terreno de jogo (duches, corredores) não são isentos de violência. A violência pode se exercer contra alguém, e os árbitros são amplamente expostos, em particular no futebol, independentemente do nível do encontro. As ameaças de greves feitas pelos árbitros induzem bem a sua profunda exasperação face às injúrias reiteradas e às ameaças a que são sujeitos, bem como os projéteis que são lançados colocando em perigo a sua integridade física. O desporto é, assim, gerador de violência. A violência ligada à exclusão. A violência no desporto também se pode exprimir de uma forma direta. A primeira das violências do desporto é a exclusão social. Esta exclusão assume diferentes níveis. Um deles é o género. As mulheres foram durante muito tempo afastadas dos terrenos desportivos sob o pretexto de que a atividade física poderia causar problemas na sua morfologia e que era contrário ao papel que

elas tinham na sociedade. Mesmo se elas adquiriram um lugar no espaço desportivo, a igualdade com os homens ainda está longe de ser total. O nível da prática constitui um local de ação da exclusão. As federações desportivas competitivas têm por referência dominante o desporto de alto rendimento. Elas estruturam a sua disciplina, por forma a responder a um objetivo de produção de campeões. A exclusão exerce-se também através das condições económicas ou sociais dos praticantes. A violência simbólica. Esta é, por vezes, ideológica e encontra-se na essência do desporto e, mais particularmente, na competição. A atividade física pode ser apercebida como uma luta feroz para aceder a uma elite e, deste combate contra um adversário ou contra si próprio, nasce uma violência imaterial, mas patente. É corrente comparar o desporto à guerra. A expressão: “é preciso matar o adversário” traduz bem o sentido dado à competição. Combater um rival, eliminar um concorrente, afirmar a superioridade e finalmente sair um vencedor é um “chefe militar”. Ainda bem que estes confrontos desportivos ficam, regra geral, no domínio do simbólico. Como explicar a ligação entre o desporto e as violências? Se é fácil colocar em evidência a existência da violência no desporto, é mais difícil de a explicar. A principal razão reside no fato da maior parte dos trabalhos sobre o tema serem recentes. Não se dispõe de muitos dados explicativos e compreensivos. Mas algumas pistas podem ser apontadas. Por um lado, importa não se considerar o conjunto das práticas desportivas como submetidas a uma violência de natureza e intensidade similares. Algumas modalidades são mais expostas do que outras (boxe, kick-boxing). Em outras, a violência assume diferentes formas, em função do grau de investimento físico (hóquei, ski alpino), o risco (parapente, salto de elástico), de entusiasmo popular (futebol), ou o grau de virilidade (râguebi). Todas estas práticas estão envolvidas pela violência, mas de formas diferentes. A atitude dos dirigentes desportivos não contribui para regular o fenómeno da violência com eficácia. Ao idealizar a prática desportiva e as suas virtudes, o mundo federativo competitivo ignora a realidade e a amplitude das condutas de violência. E, muitas vezes, quando confrontados com a realidade negam a gravidade das situações. No fundo, o desporto é uma das raras ocasiões onde a violência é tolerada e aceite. Esta questão remete-nos para a posição crítica do desporto impulsionada por Brohm (1992). Para si, o desporto, e mais particularmente a competição desportiva, é uma lógica guerreira. À imagem da sociedade capitalista, o desporto tem por única finalidade produzir campeões e de encorajar os antagonismos locais, regionais ou nacionais. Para Brohm (1992), um campeão é uma “nulidade do nada”. Assumindo-se como estruturalista freudo-marxista, considera o desporto uma instituição social total, que se apresenta como um microcosmo da sociedade, propondo a análise do sistema desportivo como o reflexo do modo de produção capitalista. Ao considerar que o sistema desportivo produz mercadorias, isto é, campeões, espetáculos, recordes e performances, estuda a sua coesão e interdependência com as restantes instituições, através do conceito de “modo de produção desportivo”. Brohm, independentemente da coerência e validade que enuncia na análise do desporto, sublinha um aspecto central para a abordagem sociológica do desporto: a sua componente histórica. Para este autor, o desporto moderno apresenta uma rutura histórica onde “o desporto é a materialização abstrata do rendimento corporal” (Brohm, 1992, p. 75). No conjunto de práticas identifica dois polos: as de alta competição ou de alto rendimento e as de lazer, e ainda as que se posicionam entre os dois níveis. Com base na lógica do “modo de produção desportivo”, existe, segundo o autor, uma relação de determinação das primeiras face à subordinação das restantes. Brohm reconheceu a coexistência de diferentes práticas desportivas configuradas no sistema desportivo, entrando em rutura com conceções que lhe atribuem uma unicidade, mas na análise que realizou ignorou as dominadas, como se a sua relação fosse de “dependência” e não de afirmação e conflito. Considera que a estrutura do sistema desportivo contempla um sistema de hierarquização, uma organização burocrática, uma infraestrutura técnica de gestão e uma jurídica institucional e, por último, o princípio da espetacularidade. Identifica também um conjunto de funções sociopolíticas,

nomeadamente a coesão nacional, a socialização da juventude, a manutenção das relações de produção, etc. Como sublinha Vargas (1997), um pouco de violência aproxima-nos do desporto; se for muito, afasta-nos. Não havendo, priva-nos. Se o desporto for muito violento, ele arrisca perder a sua função mítica. Não há mito onde não existe sangue.

Referências

- Bodin, D. (1999). *Hooliganisme, vérités et mensonges*. Paris: ESF.
- Brohm, J.-M. (1992). *Les mentes sportives*. Paris: L'Harmattan.
- Bromberger, C. (1998). *Football. La bagatelle la plus sérieuse du monde*. Paris: Bayard.
- Vargas, Y. (1997). *Sport et Philosophie*. Paris: Le Temps des Cerises.

“Citius, altius, fortius”

Colocando-se numa posição de baloiço socrático (pensamos na comédia grega de Aristophanes, *Les Nués*, onde se representa a personagem de Sócrates num “cesto” (baloiço) suspenso no ar, e que tem a pretensão de se colocar acima do ponto de vista do comum dos mortais), o barão Pierre de Coubertin (1863-1937), considerado o pai do olimpismo moderno, apresenta uma definição de desporto, persuadido que estava da excelência da educação corporal britânica e que militava pela introdução dos desportos ingleses nos estabelecimentos escolares franceses. Para si, o desporto “é o culto voluntário e habitual do exercício muscular intensivo, incitado pelo desejo do progresso e não temendo o risco” (Coubertin citado em Rioux, 1972, p. 2). Examinando o ponto de vista complexo, mas evolutivo, do renovador dos JO Modernos, que deixou milhares de páginas escritas sobre o desporto, este conceito tem em consideração cinco aspetos: iniciativa, perseverança, intensidade, aperfeiçoamento e assunção do risco. Assumindo como “slogan” ou palavras de ordem para o Comité Olímpico Internacional (CIO), *citius, altius, fortius* (mais rápido, mais alto, mais forte), para o animador da chama olímpica e senhor dos anéis (Coubertin) são cinco aspetos “essenciais e fundamentais” e decorrem de três consequências. Primeira consequência: o desporto não é natural ao homem, isto é, ele está em contradição com a *nomos* (lei) animal do “menor esforço”. Não é suficiente fornecer-lhe as facilidades materiais. É preciso paixão e cálculo (estratégia). Segunda consequência: o carácter desportivo é suscetível de se sobrepôr a todo o exercício muscular. A técnica desportiva abrange todo o domínio do exercício físico, desportivamente praticado (ginástica, esgrima, equitação, futebol, etc.). Terceira consequência: o desporto apela ao sangue-frio e à observação, isto é, faz apelo à psicologia e à fisiologia. Ele é um agente de aperfeiçoamento moral e social. A seus olhos, o valor moral do desporto é exemplar (escola de vontade, fortificador das almas e representação da versão moderna do estoicismo). Afinando as suas análises, para o eclético aristocrata Coubertin, o desporto comporta três fases sucessivas. Toda a prática desportiva exige uma determinada ginástica que adapta o corpo aos movimentos necessários e cria o hábito muscular desejável. Depois, ele torna-se uma ciência: o desporto experimentado permite adquirir conhecimentos. Por fim, o desporto pode ser uma “arte” (produtor e proporcionador), pelo qual o Homem se liberta de si mesmo e liberta o seu semelhante das piores coisas, das menos dignas, das mais pesadas. Uma arte que varia segundo o grau de aperfeiçoamento daquele que o pratica. Uma arte com um lugar à parte de todas as outras. O desporto produz a beleza, pois o atleta é a escultura viva. Ele é a ocasião da beleza dos edifícios que o consagram, os espetáculos e as festas que ele provoca. Nos propósitos gerais de Prouteau (1948, p. 207), o “desporto é o único meio de conservar no homem as qualidades do homem primitivo. Ele assegura a passagem da idade da pedra para a idade da pedra futura, da pré-história à pós-história”. As artes são sempre um bom barómetro da importância de um fenómeno no coração da civilização. Assim sendo, o desporto é um meio de expressão artística. Para além da inspiração, o desporto incute o gosto pela força, mas pela força cultivada, trabalhada, controlada e honestamente utilizada. Na sua mensagem radiofónica (04 de agosto de 1935), pela ocasião dos JO em Berlim, em 1936, Pierre de Coubertin associa desporto e religião, enquanto fronteira entre o sagrado e o profano. As críticas ao criador dos

cinco anéis olímpicos vão-se fazer sentir. O humanismo (regeneração dos indivíduos, sobretudo dos franceses) e o universo moral proposto na sua obra *Pédagogie sportive* (1922) “falhou”. A necessidade de afirmação do eu, pela via competitiva, é dominante da cultura ocidental. O desporto favorece esta afirmação, no entanto, os meios para a satisfazer são de acesso cada vez mais difícil. O desporto não é apenas portador de um ideal ético e moral. Ele é suscetível de produzir os melhores e os piores efeitos, representando um meio de cultura ou, pelo contrário, um retorno aos instintos de agressividade e ao chauvinismo. Ele pode ser o “ópio do povo”, num universo de evasão onírico. Concentramo-nos sobre as proezas, os resultados sensacionais ou catastróficos, os recordes inacessíveis ou que são batidos, no seu humanismo, na sua mensagem de amor, na sua missão pacificadora, mas fala-se pouco sobre as suas imperfeições (excessos, lesões, violência – física, institucional e simbólica –, corrupção, dopagem, discriminação, exclusão, morte, etc.), com medo, talvez, de quebrar o “belo sonho”.

Referências

- Prouteau, G. (1948). *Anthologie des textes sportifs de la littérature*. Paris: Editions Défense de la France.
- Rioux, G. (dir.) (1972). *Pierre de Coubertin : Pédagogie sportive : histoire des exercices sportifs technique des exercices sportifs action morale et sociale des exercices sportifs*. Paris: Librairie J. Vrin.

A difusão dos desportos e o imperialismo anglo-saxónico

As atividades físicas sempre existiram. O homem sempre caminhou, correu, nadou. Mas o desporto que nós conhecemos há mais de um século, com as suas estruturas, regras, características, princípios e finalidades, é o produto de um desenvolvimento social recente. É na Inglaterra, onde o sistema capitalista se desenvolveu mais cedo, que é necessário procurar a origem do desporto moderno. É difícil avançar uma data precisa, na medida em que se trata de uma evolução complexa, mas pode-se relembrar que, em 1730, o relojoeiro inglês Georges Graham (1673-1751), membro da *Royal Society*, ao aperfeiçoar o cronómetro, permitiu comparar as performances dos cavalos com as performances humanas. Segundo Elias (1986), a caça à raposa apresenta as características do desporto moderno. No século XVIII e no início do século XIX, a caça à raposa era um dos principais passatempos dos “gentlemen” em Inglaterra, ao qual se aplicava o termo “desporto”. Os proprietários dos terrenos praticavam, essencialmente, a equitação, o tiro e diversas formas de caça, entre as quais a caça à raposa. Em rutura com as práticas anteriores, mas também com as conceções estrangeiras, elas tornam-se um passatempo, regido por uma organização e convenções específicas, colocando mais em relevo a matilha de cães do que os caçadores eles mesmos, que não deveriam usar armas. Caçavam por procuração. Laurie (1883, pp. 253-254) relata uma dessas entusiásticas caçadas à raposa: “o interesse desta caça, e a dificuldade para os cães, é que o odor da raposa, muito forte no início da largada, diminui e se evapora à medida que ela foge. Não entra em transpiração, pelo efeito da corrida, como os outros predadores, e não semeia, pela estrada, as gotas de suor denunciadoras, mas, pelo contrário, quanto mais ela corre, menos deixa rasto, e se ela se atira à água, lavando-se na passagem, os cães só têm a vista e o instinto para a seguir. É o que torna esta perseguição emocionante”. Neste relato, refere ainda: “os cavalos, relinchantes e de veias inchadas, na sua indumentária luzente, pareciam possuídos pela mesma emulação que os seus donos” (Laurie, 1883, p. 254). Podemos-nos questionar sobre qual é a contribuição do sistema educativo. O sistema educativo inglês, as *public schools*, ocupam um lugar central. Estranha denominação para uma estrutura educativa privada, paga, reservada às classes médias e superiores. A apelação de “public schools” abrange uma grande diversidade de origens e de estatutos. A pedido do Ministro Francês da Instrução Pública, Victor Duruy, Demogeot & Monucci, visitaram a Inglaterra e a Escócia, em 1865, com o objetivo de obter informações detalhadas sobre o estado do ensino secundário e superior. Escreveram um extenso relatório sobre o sistema de ensino e as suas práticas (Demogeot & Monucci, 1868). Referem que “um colégio inglês é uma sociedade de homens devotos ao estudo, que se recrutam entre si por eleição, como os nossos académicos [em França], e se felicitam comumente, como os membros das ordens religiosas, sob a reserva dos seus estatutos, das propriedades e vantagens da sua instituição” (Demogeot & Monucci, 1868, p. 9). Observam também que, uma parte essencial da educação nas escolas, e a mais importante aos olhos dos alunos, e talvez dos seus professores, eram os jogos. Não eram os jogos sedentários dos salões “decadentes” franceses, mas de exercícios atléticos: ténis, futebol, canoagem, regatas, corrida, críquete, etc. “Um estrangeiro que visita Inglaterra fica surpreendido ao ver a alta estima que obtém a superioridade de todos estes exercícios”, sublinham Demogeot & Monucci (1868, p. 20), como foi, aliás, o caso de Pierre de

Coubertin, que viajou várias vezes a Inglaterra, e que quis implementar o mesmo modelo educacional e desportivo nas escolas francesas. Nesta altura, os “estudos eram reduzidos respeitosamente para dar lugar aos jogos atléticos. Duas ou três vezes por semana, as aulas terminavam ao meio-dia; o resto do dia era livre para os exercícios do corpo. “Nós vimos o mesmo ardor, os mesmos combates à Oxford, à Cambridge” (Demogeot & Monucci, 1868, p. 21). Na perspectiva destes “inspetores” franceses, a paixão pelos jogos atléticos tem as suas vantagens e desvantagens para as escolas inglesas, referindo que “as vantagens são consideráveis”. E detalham alguns pormenores interessantes da época vivida: o jogo da bola (futebol) tinha lugar três vezes por semana a Harrow, como em muitas outras escolas, e exigia, em média, a cada aluno uma hora e meia de cada vez. O críquete, por seu turno, ocupava quinze horas por semana. A Eton, ele exigia vinte e sete. Na Winchester consagravam-se ao críquete pelo menos três horas por dia. Mas esta proporção era a mais modesta: o aluno ambicioso, numa qualquer escola, que desejava ficar em primeiro lugar na equipa de onze, praticava críquete pelo menos cinco horas por dia. O género de vida, a dieta, a comida, etc. eram modificados(as) para os futuros concorrentes, em quem repousava a glória da escola. Havia competição entre as várias escolas (Eton, Rugby, Harrow, etc.), que não hesitavam em expor os seus troféus. Thomas Arnold (1755-1842), antigo aluno da Universidade de Oxford, padre da igreja anglicana, casado e pai de uma família numerosa, torna-se o responsável principal no colégio situado em Rugby, em 1828, ficando até à sua morte 1842. A cidade contava com cerca de 8 mil habitantes, em 1867. A escola foi fundada em 1567. Rugby não era, como no caso de Eton, um colégio, na medida em que ele não tinha um “estado-maior” de presidentes e de professores qualificados. Na verdade, eram os estrangeiros que governavam a casa. Rugby era um externato. Segundo os inspetores franceses, o colégio contava com 496 alunos, recrutados essencialmente na classe média superior, e que procuram uma certa gratuidade no ensino. As bolsas de estudo não eram atribuídas às famílias, mas aos alunos, fazendo com que eles se sentissem responsáveis, sabendo que um dever lhes era exigido e uma punição severa era aplicada para as infrações. Arnold, “homem de fé”, encontra um estado de “desagregação moral”: desrespeito pelas regras, chacota relativamente aos sentimentos honestos, influência preponderante dos maus alunos, tirania dos mais fortes, torturas afligidas aos mais fracos, etc. Neste sentido, segundo Arnold, era preciso princípios religiosos e morais, um comportamento de *gentleman*, e aptitudes intelectuais. Arnold empreende reformar o clima de desagregação social e de insubmissão à autoridade pedagógica dos reputados colégios ingleses. O seu método é inovador, pois em vez de impor uma disciplina aos jovens dá-lhes uma grande autonomia: a responsabilidade da criança pela liberdade e a aprendizagem da disposição do seu tempo pelo espírito e pelo corpo. Decide aumentar o tempo dado aos exercícios físicos. Coloca o desporto ao serviço da ação moral. As práticas desportivas eram, neste sentido, um meio poderoso de educação. Tinha as “classes nas suas mãos”, procurando fazer dos alunos “missionários”. Darbon (2008, p. 21) refere que tinha uma “dimensão carismática e exerceu uma influência considerável sobre os seus alunos e colegas, modelando profundamente a conceção da escola inglesa”. Se a educação era carismática, como refere Darbon (2008), ela também é acompanhada de alguma rigidez, severidade e paternalismo. Para relembrar a sua autoridade, e a dos professores do colégio, cada um recebia sobre os ombros “cinco ou seis golpes de ponteiro ou reguadas”, quando cometia uma infração ao regulamento interno. A escola parecia ter resolvido o problema de unir a disciplina com a liberdade, que recusa os soporíferos e os sedativos dos sonhos. Muitas outras escolas seguiram exemplo de Rugby. Darbon (2008, p. 32) diz que, “num contexto de competição escolar feroz entre as public schools, foram imitadas as inovações introduzidas por Arnold por outros estabelecimentos”. Sem descurar este ponto de vista, é preciso dizer também que são, de fato, os antigos alunos de Rugby que começam a dirigir outros estabelecimentos de ensino, como é o caso de Marlborough College, uma escola pública, cujo reverendo e diretor M. Bradely, era um antigo aluno

de Rugby”. Outro aluno de Arnold, “C. J. Vaughan, diretor de Harrow de 1845 a 1859, tornou o futebol obrigatório” (Darbon, 2008, p. 25). Em 1883, recolhendo junto do túmulo do reverendo Arnold, Pierre de Coubertin confessa que faz uma homenagem à “pedra angular do Império britânico” (Attali, 2004, p. 22). Para além dos colégios, as competições universitárias também impulsionam as práticas desportivas. Oxford, Cambridge, Harvard, Yale, Amherst e William desafiavam-se em remo, rãguebi e baseball, “e desenvolvem os departamentos de educação física e de desporto, dotados de uma miríade de profissionais preparados pelos programas especializados em administração do desporto” (Guttmann, 2006, p. 68). Assim, para Guttmann (2006, p. 86), o desporto moderno passa a ter “secularismo, igualdade, especialização, racionalização, burocracia, quantificação e procura de recordes”, que os distingue dos desportos primitivos, gregos, romanos e medievais. Como sublinha Vigarello (2002, p. 57), “a verdadeira originalidade das práticas inglesas tem, portanto, dispositivos menos visíveis e mais profundos: a visão moral, a organização e o desenvolvimento dos encontros. O projeto é educativo”. O desporto constitui um “privilégio” e um “dever” e o “sportsman” vai identificar-se com o “gentleman”. Os jogos desportivos desenvolvem-se, assim, nas *public schools* e juntam-se aos desportos tradicionais praticados pela aristocracia inglesa. Um dos principais desportos praticados na época, pela nobreza, era a equitação e as apostas eram florescentes. O hipismo tem o seu “General stud Book containing pedigrees Races Horses”, registo dos puro-sangue, desde Guillaume III (fim do século XVII) e o Jockey Club é fundado em 1750. As corridas de cavalos tornaram-se um fenómeno cada vez mais importante. Ainda que a velocidade não fosse ainda muito acreditada, passaram a ser frequente as apostas, levando aos recordes e à procura sistemática do aperfeiçoamento dos treinos. A corrida a pé (atletismo) começa a seguir o mesmo caminho que as corridas de cavalos, surgindo as primeiras competições organizadas. São profissionais ou semiprofissionais. No final do século XVIII veem-se os nobres, os burgueses e os militares a correr. A aristocracia faz correr os “footmen” como os cavalos. Outras práticas desportivas começam a ter relevo: futebol, rãguebi, golfe, luta, esgrima, boxe, etc. São criadas as primeiras federações desportivas e os regulamentos. O sucesso do desporto excede muito rapidamente o registo escolar para evoluir para um fenómeno social, instaurando a competição desportiva como lazer e como eixo de construção social do indivíduo. Com a revolução industrial do século XIX, o sistema institucional desporto não tardará a expandir-se a todas as classes sociais. Brohm (1976, p. 79) afirma que “a institucionalização do desporto se opera em todos os países quase em simultâneo, à medida que o modo de produção capitalista se instala e se consolida definitivamente, antes de conquistar todo o planeta”. Bouet (1968, p. 346), por seu turno, sublinha que “o desporto inglês foi assimilado progressivamente, tornando-se um fenómeno mundial, e é objeto de relações internacionais”. As competições internacionais multiplicaram-se, levando à formação de organismos federativos internacionais que contribuíram fortemente para a evolução das normas dos diferentes desportos em direção da racionalidade”. Como nota McIntosh (1963, p. 80), “a maioria dos desportos correntes e uma grande maioria dos mais populares foram exportados da Grande Bretanha”. Com efeito, o império britânico semeou pelos quatro cantos do mundo as práticas desportivas da sua aristocracia e da burguesia industrial. Segundo uma estimativa de Thistlethwaite (1964), cerca de 22 milhões de pessoas emigraram a partir das ilhas britânicas entre 1815 e 1912. O seu destino foi essencialmente para os EUA. Por outro lado, os britânicos que estavam em funções noutros países não era somente uma classe dirigente. Era também uma classe de lazer. A prática dos jogos aprendidos nas *public schools* tinham por função distrair os expatriados, isolados no meio das populações mais ou menos hostis, mas ao mesmo tempo manter um sentimento de pertença. No processo de difusão, os missionários, os professores, os militares e os civis todos tiveram um papel importante na expansão dos desportos. “É a desportivização do mundo”, ligada, em parte, à mediatização. Callède (2007, p. 347) afirma que “inventado em Inglaterra,

generalizado pela Grã-Bretanha e difundido a nível internacional por esta grande potência marítima, o desporto moderno impõe-se inicialmente como um indicador sociológico pertinente, para difundir um tipo de sociedade, e como uma ferramenta social do processo de civilização”. Por fim, para Elias e Dunning (1986, p. 25), para quem “o conhecimento do desporto é a chave do conhecimento da sociedade”, existem várias condições para o aparecimento do desporto: uma etapa relativamente avançada do processo de civilização, a liberdade do controlo das emoções, o desenvolvimento da evolução das normas de comportamento cada vez mais exigentes, a homogeneização progressiva das atitudes. É preciso insistir aqui sobre os vários fatores que levaram ao desenvolvimento mundial do desporto: 1) aumento do tempo livre e do lazer. A prática desportiva situa-se na parte não-trabalho que a expressão “tempo livre” coloca em valor de forma significativa. É o tempo de liberdade, onde o indivíduo, livre das suas obrigações e também dos “papéis” tradicionais que a sociedade lhe impõe, acede a uma consciência renovada da sua unidade vital; 2) a mundialização das trocas proporcionadas pelos transportes e os meios de comunicação de massa; 3) a revolução científica e técnicas; 4) o confronto entre as nações. No primeiro caso, a aparição histórica do lazer permite consagrar uma parte do tempo a atividades não produtivas. O tempo de repouso é, claro, um tempo de recuperação para força de trabalho, cujos horários são extenuantes (jornadas de 10, 12 horas de trabalho). “Para a luta contra a fadiga do trabalhador industrial, o treino desportivo propõe métodos eficazes”, afirma Magnane (1964, p. 69). O desporto surge como um meio de recuperação, de distração e de cultura. No segundo caso, os transportes proporcionam a deslocação dos atletas para participar nas competições. No terceiro caso, as aplicações da ciência abriram perspectivas de treino dos campeões, mas também da ascensão ao desporto pela massa de indivíduos que podem adaptar a aprendizagem das especialidades desportivas porque os meios são mais racionais e manipuláveis. Outra consequência é a criação de novas práticas desportivas (automobilismo, motociclismo, mergulho, espeleologia, etc.). Por fim, no quarto caso, o desporto exige instituições “democráticas”, garantindo a comparação igual e livre dos indivíduos. As instituições constitucionais-democráticas permitem uma certa fluidez e mobilidade das classes sociais. Com o evento do desporto moderno, o espetáculo desportivo assumiu uma importância considerável. As grandes manifestações desportivas multiplicaram-se com o aumento das competições nacionais, internacionais e olímpicas.

Referências

- Attali, M. (dir.) (2004). *Le sport et ses valeurs*. Paris: La Dispute.
- Bouet, M. (1968). *Signification du sport*. Paris: PUF.
- Brohm, J.-. (1976). *Sociologie politique du sport*. Paris: Jean-Pierre Delarge Editions Universitaires.
- Callède, J.-P. (2007). *La sociologie française et la pratique sportive (1875-2005) : essai sur le sport. Forme et raison de l'échange sportif dans les sociétés modernes*. Pessac: Maison des Sciences de l'Homme d'Acquitaine.
- Darbon, S. (2008). *Diffusion des sports et impérialisme anglo-saxon: de l'histoire événementielle à l'anthropologie*. Bordeaux : Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme.
- Demogeot, J. & Montucci, H. (1868). *De l'enseignement secondaire en Angleterre et en Ecosse*. Rapport pour le Ministre de l'Instruction Publique. Paris: Imprimerie Impériale.
- Elias, N. & Dunning, E. (1986). *Sport et civilisation. La violence maîtrisée*. Paris: Fayard.
- Guttmann, A. (2006). *Du rituel au record : la nature des sports modernes*. Paris: L'Harmattan (trad. Thierry Terret).
- Laurie, A. (1883). *La vie de collège en Angleterre*. Paris : Hetzel.
- Magnane, G. (1964). *Sociologie du sport : situation du loisir sportif dans la culture contemporaine*. Paris: Gallimard.
- McIntosh, P. C. (1963). *Sport in society*. Londres: Watts.

Thistlewhaite, F. (1964). "Migrations from Europe Overseas in the Nineteenth and Twentieth Centuries". In Herbert Moller (ed.). *Population movements in Modern European History*. New York: MacMillan Company, 17-57.

Vigarello, G. (2002). *Du jeu ancien au show sportif. La naissance d'un mythe*. Paris: Seuil.

O futebol feminino

Será que a mulher é o futuro do futebol? Estamos a poucas semanas do Campeonato do Mundo de Futebol Feminino (7 de junho de 2019, em França). O primeiro jogo entre duas equipas femininas (Escócia e Inglaterra) teve lugar em Edimburgo, em 1881. Em 1894, surge a primeira associação de futebol feminino, a *British Ladies' Football Club*. O futebol feminino exportou-se e atravessou o canal da Mancha para ganhar a França em 1910, a Rússia em 1911 e a Espanha em 1914. Em Portugal, não existem muitos registos sobre a participação feminina na modalidade, mas aponta-se o ano de 1935. Os estudos científicos sobre o futebol feminino são escassos e a obtenção dos dados é mais restrita do que o futebol masculino. O estudo francês de Laurence Prudhomme-Poncet, *Histoire du football féminin au XXème siècle* (2003), é uma obra que ilustra vontade em estudar o fenómeno, mas, com a escassez de dados sobre o futebol feminino a nível internacional, limita-se a apreender a sua história sob o prisma francês ou, quanto muito, europeu. Os primeiros obstáculos do futebol feminino surgem logo nos primeiros tempos. Os argumentos não faltam: o dever de maternidade, a violência da modalidade desportiva, pois poderiam danificar os “atributos preciosos do seu organismo”, a sua fisiologia considerada especial não lhe permitiria fazer movimentos e esforços muito violentos. A história do futebol feminino é particular, que continua na sombra do futebol masculino. Isso pode-se explicar, em parte, pelo investimento tardio das instituições futebolísticas, nomeadamente da FIFA. Face aos problemas encontrados, o futebol feminino soube adaptar-se e desenvolver-se, criando muitas diferenças relativamente à história do futebol masculino, mas também pela sua geografia e hierarquia desportiva. O “desporto-rei”, sob o prisma masculino, não o é menos se se conjuga no feminino, fato que os estudos esquecem muitas vezes. As reticências são ainda fortes, marcadas pelo sexismo. A importância dos investimentos económicos e humanos é também menor, deixando um fosso entre os homens e as mulheres, tanto a nível amador como profissional, regional como internacional.

O desporto “soft power”

O desporto tornou-se o novo terreno de confronto, pacífico e regulado, dos Estados. É a forma mais visível de mostrar a bandeira, de existir aos olhos dos outros e de estar presente no mapa do mundo. Quando a globalização parece apagar as identidades nacionais, o desporto torna-se o meio identificável, na esperança de uma vitória ou de uma proeza, de uma amplificação variável, segundo os estatutos, as experiências históricas e as expectativas relativas. Como refere Boniface (2014, p. 11), “o desporto é atualmente mais do que o desporto. É emoção, claro, do prazer, das vibrações, dos momentos de desespero, de fraternidade, de partilha, etc. Mas também é da geopolítica”. No caso do olimpismo, por exemplo, onze lições podem ser apresentadas:

- é um meio de comunicação entre os Estados;
- é um instrumento de relações internacionais;
- a adesão de um país no Comité Olímpico Internacional (CIO), instituição fortemente hierarquizada, com as suas filiais, as suas organizações nacionais, as suas publicações, as suas manifestações, as suas tradições e os seus ritos, é um sinal importante de reconhecimento internacional, sobretudo quando as fronteiras são redefinidas ou existe descolonização;
- o olimpismo está no coração das civilizações;
- os JO são utilizados como um interessante indicador de força de um país no plano internacional;
- o olimpismo é um local de contestação, de informação e de evolução relativamente aos Direitos do Homem;
- os Estados utilizam os JO como arsenal das suas “armas” (diplomacia “*soft power*”);
- a escolha das cidades candidatas pela organização dos JO é política;
- as questões económicas-financeiras ligadas à organização dos JO são consideráveis;
- os JO constituem uma montra excecional de um país organizador relativamente aos meios televisivos e tecnológicos colocados à disposição;
- o olimpismo é um vetor interessante de comunicação para as organizações não governamentais.

Se o desporto continua a ser para muitos uma distração, às mãos de um grande número de indivíduos, ele é também, atualmente, uma atividade de compensação indispensável a um Homem maltratado pelos múltiplos constrangimentos da vida moderna. Ele é um espetáculo popular com dimensões grandiosas. É a alegria da “alma” na ação.

Referência

Boniface, P. (2014). *Géopolitique du sport*. Paris: Armand Colin.

Desporto: identidade e multiculturalismo

Tanto quanto nos foi dado a observar, durante sete anos, para os portugueses que vivem em França o futebol tende a assumir-se como um meio de manter os laços sociais com o país de origem, valorizando-se no seio da sociedade francesa. É um dos raros domínios onde se podem sentir melhores do que os franceses, permitindo, de algum modo, compensar a imagem “pouco atraente” dos portugueses residentes em França. Nos anos 60/70, muitos portugueses deixaram um país empobrecido dominado por uma ditadura e a braços com uma guerra colonial que mobilizava todos os jovens, entrando em França de forma clandestina (o designado “salto”; ver o filme realizado por Christian Chalonge, “O Salto”, 1967). A maioria partiu das zonas rurais mais pobres do país, tendo-se sujeitado a viver em bairros de lata (“bidonvilles”), como o de Champigny-sur-Marne, e a realizar os trabalhos mais indiferenciados, pouco prestigiantes e mal remunerados. No contexto histórico da emigração portuguesa, rumo a França, mas não só, os campeonatos internacionais de futebol entre seleções nacionais constituíram, desde cedo, a ligação das comunidades emigradas a Portugal. Com o processo de globalização do futebol e a mediatização em larga escala dos grandes eventos a partir do final dos anos noventa, a juntar ao facto da Seleção portuguesa se ter tornado uma equipa de primeiro plano com presença assídua nos campeonatos, as manifestações de afirmação das comunidades portuguesas emigradas têm vindo a evidenciar-se, como constituiu exemplo as manifestações de apoio durante o Euro 2016. Os bons resultados da Seleção portuguesa em campo, tendem a ser motivo de orgulho nacional, alimentando os sentidos identitários dos portugueses residentes fora do país e seus descendentes, independentemente das nacionalidades adquiridas. Poder-se-á pensar que esta ligação a Portugal pode ser uma resposta a uma forma de estigmatização sofrida em França. De fato, não se pode negligenciar que, em França, nas sociabilidades dos adolescentes no colégio e no liceu, ou no trabalho, muitos indivíduos são identificados em função do país de origem dos seus pais. Esta identificação assume formas de brincadeiras e de piadas, mais ou menos de mau gosto, sobre a construção civil, as limpezas ou a pilosidade nas mulheres (o filme de Ruben Alves, *La Cage Dorée*, 2012, retratou muito bem esta realidade dos portugueses em França, sobretudo os da chamada “primeira geração”). Deste modo, apoiar a Seleção portuguesa, uma equipa que se tornou uma das melhores a nível mundial, permite uma autovalorização que se contrapõe ao estigma não raras vezes sentido. A origem portuguesa deixa assim de ser uma desvantagem para se tornar fonte de orgulho, facto que poderá ser acionado a qualquer momento, ainda que não se possa daí retirar nenhuma outra conclusão do que isso mesmo, pois a realidade social mantém-se nos quotidianos, a depender do grau de inserção na sociedade francesa. Porém, durante os campeonatos podem avivar-se os estigmas, embora com maior capacidade de resposta por parte das comunidades minoritárias quando se sentem ofendidas, pois o torneio é entre Estados-nação. Exemplo desta realidade, foi o caso da adjetivação de “dégueulasse” [ignóbil, revoltante] a Portugal por um jornalista, após o jogo de apuramento para os quartos de final do torneio da Seleção portuguesa, em 2016. Depois do jogo contra a Croácia, realizado no dia 25 de junho, um jornalista francês do jornal “20 minutes” publicou um artigo no dia seguinte, referindo “Ce Portugal est dégueulasse mais il est en quarts” [este Portugal é ignóbil, mas ele

está nos quartos de final]. Levado a título na notícia, esse adjetivo foi considerado ofensivo e provocou fortes reações da comunidade portuguesa residente em França nas redes sociais, chegando mesmo a registar-se ameaças de morte ao jornalista, o que obrigou o diretor da redação a referir que “o nosso jornalista qualificou de forma inapropriada de 'dégueulasse' a prestação da Seleção portuguesa. Mas quando a paixão toca o irracional, o perigo espreita”. O jornalista, autor do artigo, acabaria por pedir desculpa aos portugueses pela escolha do seu título e encerrou a sua conta *Twitter*. Num outro periódico, o jogo viria mais tarde a ser considerado como “soporífero”, “realista” e “defensivo” (*Le Monde*, 12/07/2016). De facto, a multiculturalidade da sociedade francesa tem-se tornado bem evidente quando do acolhimento de grandes eventos de futebol, como foi o caso do Mundial de 1998, em que a França se consagrou campeã mundial com uma Seleção constituída maioritariamente por jogadores franco-descendentes, com especial destaque para o seu capitão Zinedine Zidane, mais conhecido por “Zizou”, o famoso jogador franco-argelino, mas também durante o Europeu de 2016 e o Mundial de 2018. Importará a este respeito referir que a integração de três jogadores portugueses nascidos em França na Seleção francesa, em 2016, Raphaël Guerreiro, Anthony Lopes e Adrien Silva, não suscitou nenhuma polémica, surgindo aos olhos da comunidade portuguesa como bons exemplos de luso-descendentes de sucesso, bem evidenciado pelo papel de representação da França na sua Seleção nacional.

Artes marciais: um produto de mercado

De uma forma geral, chama-se genericamente “artes marciais” a um conjunto de práticas físicas com origem asiática, orientadas para situações de combate desarmado ou com armas tradicionais, às quais se associam habitualmente um conjunto de valores espirituais e morais, “uma filosofia”, ou uma “via de realização”. Etimologicamente, a palavra “marcial” não é uma designação Oriental, mas sim Ocidental. Vem do latim “martialis” (de Marte, deus da guerra na mitologia romana), e significa “relativo a militares ou guerreiros”, “corajoso”, “bélico”, traduzindo mais ou menos as noções de “Bujutsu” (Japão) ou “Wushu” (China). Várias disciplinas japonesas (*judo*, *jiu-jitsu*, *karaté*, *aikido*, *kendo*, *aido*), coreanas (*taekwondo*), chinesas (*tai-chi-chuan*) ou vietnamitas (*viet-vo-dao*) desenvolveram-se em diversos estilos, formas e práticas. Categorias de escolas e praticantes concorrentes coexistem no seu seio. Na realidade, apenas algumas destas disciplinas foram desenvolvidas e usadas pelas castas guerreiras das distintas civilizações orientais, que as criaram, merecendo o epíteto de artes de guerra ou de combate. A difusão mundial iniciou-se a partir do momento em que chegaram ao Ocidente. Este processo arrancou com as tropas americanas estacionadas no Japão. Ao dar-se a ocupação do Aliados, entre 1945 e 1952, um dos primeiros cuidados dos invasores foi proibir e encerrar as escolas de artes marciais, que tinham sido responsáveis pelo treino e doutrinação da juventude nipónica. Após a derrota deste país na Segunda Guerra Mundial, voltavam para casa a ensinar karaté, judo, aikido, etc., que prometiam a possibilidade de o fraco vencer o forte. As artes marciais constituem um imenso e heterogêneo domínio de investigação. Infelizmente, elas são muitas vezes uma fonte de mistificação e menos objeto de estudo científico (Rosa, 2007, 2008; Rosa, García & Gutiérrez, 2010). É preciso dizê-lo também que as artes marciais se prestam a uma ou a outra situação, na medida em que a sua identidade é muitas vezes associada a lendas, a pensamento mágico, a rituais misteriosos, a discursos épicos, etc. A sociedade moderna, asiática ou europeia, não as trata melhor. Recorrendo à terminologia de culinária, as artes marciais são uma mistura de todos os molhos. Sem esgotar, podem ser vistas de diferentes formas:

- Elas podem ser desporto de competição, excitando a rivalidade entre os seres, utilizando a violência com o objetivo de vencer o outro nas suas encenações, evocando, por vezes, uma atuação de circo.
- Elas são utilizadas para veicular uma filosofia popular pós-moderna, resumindo-se a uma só expressão passada na linguagem corrente “ser Zen”, avatar sincrética das viagens ao oriente e a influência do budismo no ocidente.
- Elas podem ser consideradas como simples lazer.
- Elas podem ser consideradas como espetáculo de palco, fonte dos belos dias do cinema e dos jogos de vídeo.
- Elas se comprometem, por vezes, com as correntes de pensamento fanático, podendo mostrar um culturocentrismo derrotante para o neófito.

Recorrendo a uma expressão de Boltanski (1971), as artes marciais prestam-se a diferentes “usos sociais”. E falar de uma pluralidade de “usos sociais” ou “cultura somática de classe” para as atividades

físicas e desportivas sugere que os objetivos e as justificações variam segundo os contextos, os atores em presença e os motivos/compromissos do momento. As artes marciais são, para utilizamos uma expressão de Pociello (1981), um “produto de mercado” (económico, cultural e social). Como tal, sujeito à oferta e à procura, que haverá que publicitar e “vender”. O mestre passa a ser um prestador de serviços e o discípulo um consumidor (“cliente”).

Referências

- Boltanski, L. (1971). Les usages sociaux du corps. *Annales Economies Sociétés Civilisations*, vol. XXVI, n.º 26, 1, 205-233.
- Pociello, C. et al. (1981). *Sports et société: approche socioculturelle des pratiques*. Paris : Vigot.
- Rosa, V. (2007). Encuadramiento legal e institucional de las artes marciales y deportes de combate en Portugal. *Revista de Artes Marciales Asiáticas*, vol. 2, n.º 4, diciembre. León: Universidad de León, 8-31.
- Rosa, V. (2008). Las artes marciales y los deportes de combate en números: una mirada exploratoria sobre los datos numéricos o estadísticos en Portugal. *Revista de Artes Marciales Asiáticas*. vol. 3, n.º 2, junio. León: Universidad de León, 38-49.
- Rosa, V., García, C. & Gutiérrez, M. (2010). Introducción de las artes marciales asiáticas en Portugal. *Revista Materiales para la Historia del Deporte*. Sevilla: Universidad Pablo de Olavide, 9-17.

A educação pelo desporto: utopia ou realidade?

A tese de Norbert Elias e Eric Dunning é conhecida: o desporto é fruto da civilização dos costumes, da aprendizagem das regras através da competição, que leva a uma canalização controlada da violência e das emoções e da interiorização das normas de comportamento. O desporto, como se sabe, nasce na Inglaterra. Tem um período específico: o vitoriano, ou seja, do desenvolvimento industrial e de forte urbanização. Os jogos de exercícios (que não são ainda desporto) foram codificados e utilizados segundo uma solução pedagógica, respondendo a uma preocupação educativa: disciplinar a juventude, não pela vontade impositiva de uma autoridade superior, mas pela aceitação voluntária de regras comuns, que ultrapassam o quadro de um terreno de jogo para se aplicar na vida quotidiana, cultivar e canalizar o gosto pela ação, para forjar os homens de caráter, dotados de qualidades morais úteis para o país: espírito empreendedor, lealdade, perseverança, mentalidade de lutador e de vencedor. Foi este modelo de educação que os promotores da educação liberal quiseram depois importar para França, como foi o caso de Pierre de Coubertin. A questão que podemos colocar é a seguinte: em que medida os valores educativos do desporto, herdados de Inglaterra vitoriana, são de atualidade? O desenvolvimento das práticas desportivas, o seu lugar e o seu papel na sociedade oferecem imagens contrastadas para não dizer contraditórias. As relações que o desporto promove com a violência nos estádios e nas bancadas, com o dinheiro e a droga ou o *doping*, parecem negar toda a pretensão de o edificar a algo supremo. Os “advogados” do desporto puro e do desporto educativo pretendem ilustrar que ele foi desviado do seu objetivo inicial, tornando-se uma presa dos mercadores do templo, um lugar de lutas políticas, ideológicas e sociais. Pode ser verdade. Mas o número de praticantes não cessa de aumentar. Se o desporto não assumisse um valor educativo, os encarregados de educação não desejavam que as suas crianças praticassem uma ou mais modalidades desportivas e de as praticar eles mesmos. Os atletas estão muito longe de ser virtuosos. Para ganhar, é preciso agressividade, é preciso “destruir” o adversário. Não é isso que se ouve nos balneários ou fora deles? Não faltam instituições educativas que propõem a prática de um ou mais desportos. Entre elas, temos a Escola. Uns vão me dizer que eles não fazem desporto, mas sim educação física. *Distingo* subtil, mas incompreendido pelos alunos e pais, e que pede um “tratamento didático” sofisticado. O desporto é um incontestável meio de educação. Ele favorece os comportamentos responsáveis, pacíficos e democráticos e contribui para o desenvolvimento positivo da personalidade. Mas os valores desportivos não devem ser considerados como objetivos ou condutas que podemos prever ou avaliar, mas como algo a construir, organizando as condutas de cada um.

Referência

Elias, N. & Dunning, E. (1994). *Sport et civilisation, la violence maîtrisée*. Paris: Fayard.

O futebol feminino: publicação de relatório

Inicia-se hoje (7 de junho) a Copa do Mundo de Futebol Feminino 2019. Recentemente, a UNESCO, o “Institut de relations internationales et stratégiques” (IRIS) e a “Positive Football” (UNFP) comprometeram-se a promover o futebol feminino através de um relatório: “Quand le football s’accorde au féminin” (2019). No passado dia 23 de maio de 2019, em Paris, o relatório foi apresentado por estas três instituições, pela ocasião de uma conferência sobre o futebol feminino, organizada pela IRIS. Os representantes saudaram esta publicação, como uma etapa importante para uma reflexão global, reiterando a vontade em fazer evoluir o olhar sobre a mulher e o futebol na sociedade. Através de um histórico sobre a evolução do futebol feminino e uma análise de estatísticas e números disponíveis, o relatório coloca em evidência o progresso conquistado até ao presente, dando um sinal de alarme sobre o que ainda falta fazer. É tempo de uma nova etapa no domínio da igualdade homens-mulheres e de um estatuto para as atletas, procurando lutar contra as discriminações, nomeadamente as salariais. O relatório consagra um capítulo com recomendações concretas para os organismos de investigação, meios de comunicação social, organizações nacionais e internacionais e instâncias do futebol. A publicação (em francês) pode ser consultada e descarregada aqui: https://www.iris-france.org/wp-content/uploads/2019/06/UNESCO_Rapport_Quand-le-football-saccorde-au-feminin.pdf

A sociologia do desporto

As ciências sociais e humanas são um conjunto de disciplinas, diversas e heterogêneas, que têm por objeto de estudo diversos aspetos da realidade humana: sociologia, economia, antropologia, psicologia, história, arqueologia, geografia, demografia, ciências políticas, linguística, etc. As ciências humanas e sociais, que se colocam em oposição às ciências ditas “exatas” (por vezes, ciências “duras”), devido ao seu estatuto epistemológico específico, procuram estudar as culturas humanas, a sua história, as suas realizações, os seus modos de vida e os seus comportamentos individuais e sociais. A sociologia pode-se definir, resumidamente, como o estudo científico dos comportamentos, das ações e das práticas das pessoas no seio das organizações ou das estruturas sociais: família, escola, empresas, etc. A sociologia do desporto interessa-se pelo funcionamento da realidade desportiva. Ela procura analisar as relações existentes entre o desporto ou a forma genérica das atividades físicas e desportivas da sociedade. O seu objeto de estudo abrange uma realidade complexa, pois o desporto compõe-se de um amplo “mosaico” de atividades, de funções, de espaços, de empregos, entre outros. A sociologia do desporto visa descrever o desporto enquanto fato social, a explicar a realidade desportiva composta de ações, de práticas e de comportamentos e compreender as interações que se estabelecem entre esta pluralidade desportiva e as organizações ou estruturas sociais. Há muito tempo que as ciências sociais e humanas são reconhecidas como disciplinas científicas. A sociologia do desporto, considerada como sendo uma área de conhecimento de maior relevância e interesse, pelo seu lento despertar, estará ainda à procura do seu próprio terreno, das teorias e de paradigmas. Isso nada espanta, na medida em que a “sociologia parece caracterizar-se por uma constante e incessante pesquisa dela própria” (Aron, 1967, *apud* Boaventura, 2002, p. 159). Para Haumont, Levet e Raymond (1987), a sociologia do desporto contempla três fases. A primeira de 1950-1964 é marcada pelo aparecimento de obras, versando sobre o tema do desporto. A segunda fase de 1964/65-1972 diz respeito à institucionalização da disciplina, nomeadamente com a criação do Conselho Internacional do Desporto e Educação Física (ICSPE) e do “International Council for Sociology of Sport” (ICSS), que veio a integrar-se na Associação Internacional de Sociologia (AIS). A terceira fase, que se estende até à atualidade, é caracterizada pela diversificação de grupos de trabalho, investigações e publicações. Segundo os autores, apesar dos progressos, a “maturidade disciplinar” ainda foi verdadeiramente atingida.

Referências

- Aron, R. (1967). *Les étapes de la pensée sociologique*. Paris: Gallimard.
- Boaventura, J. (2002). Introdução ao tema: o mercado de trabalho na sociologia. In *Um Olhar Sociológico sobre o Desporto no Limiar do Século XXI*, Atas das III Jornadas de Sociologia do Desporto, organizadas pelo Sesd da Associação Portuguesa de Sociologia e Faculdade de Motricidade Humana, Centro de Estudos e Formação Desportiva, Lisboa, Secretaria de Estado da Juventude e Desporto, 159-163.
- Haumont, A., Levet, J.-L., & Raymond, T. (1987). *Sociologie du Sport*. Paris: PUF.

O desporto e o turismo

O desporto assume um lugar importante no imaginário das pessoas. Quando se pergunta “o que procura durante as suas férias?”, o desporto tem um lugar de destaque, após o descanso e bem-estar, o descobrir as regiões, o visitar os monumentos e os sítios históricos. O golfe, o ténis, a vela, as atividades de risco são algumas das modalidades desportivas plebiscitadas. As práticas desportivas durante o tempo de férias são apontadas como momentos privilegiados para se fazerem encontros ou de estarem juntos. Se outrora o desporto, o turismo e as atividades culturais eram setores distintos, hoje interpenetram-se face ao desejo dos indivíduos. Eles precisam de uns e de outros para continuarem a satisfazer uma clientela cada vez mais exigente. O turismo tornou-se uma atividade económica. Em muitos países, é até a principal atividade. Sob o efeito conjugado da transformação da oferta e do pós-modernismo da procura, a sua evolução traduz-se por um consumo mais qualitativo, mais exigente e multipolar. Fruto desta mudança, o turismo desportivo tornou-se um mercado “frutuoso”, graças ao potencial de destinos à escala mundial e à capacidade de diversificação dos serviços desportivos. Gerador de divisas, este setor encontra-se em expansão e os atores locais e nacionais começam a explorar esta “fileira”, até porque contribui para o desenvolvimento. Mas o que se constata é que existe uma desadequação da oferta relativamente à procura extremamente diversificada, quer sobre o plano dos destinos, quer dos produtos oferecidos aos diferentes públicos. A evolução da procura modifica e complexifica profundamente os comportamentos de consumo turístico para responder às necessidades (funcionais) e aos desejos (imaterial e emocional), nem sempre coerentes. Os turistas procuram ocasiões de vibrar interiormente, de ter novas experiências que produzam sensações agradáveis e/ou inéditas, estimulando os cinco sentidos. Esta mutação da procura turística tornou obsoletas as segmentações que serviam, até ao presente e de maneira satisfatória, a explicar e a compreender as condutas dos turistas (critérios sociodemográficos, grupos sociais e de estilos de vida). O setor do turismo desportivo encontra-se em crescimento, quer ao nível das empresas que se lançam no mercado, quer ao nível dos utilizadores dos seus serviços. Face à pressão concorrencial, um eixo de posicionamento poderia se basear no desenvolvimento de uma real “expertise”. O turismo desportivo de ação caracteriza-se por uma forte mais-valia, concentrados na tecnicidade dos serviços oferecidos (especificidade e atratividade do serviço), na escolha das soluções e das estratégias (condições de realização e de equipamento), sem esquecer a inovação na operacionalização.

O “dôjô” (centro de prática)

Os praticantes de artes marciais e desportos de combate (AM&DC) evoluem num espaço próprio, espaço esse que impõe um código normativo e um conjunto de condutas. É apelidado, pelos praticantes, de “dôjô”, que podemos traduzir como *dô*, caminho ou via, e *jô*, lugar de treino. No conceito processual de Merton, os centros de prática são um “lugar estratégico de investigação”. O *dôjô* insere-se nas chamadas instalações desportivas de base formativa. Mesmo que seja um ginásio, o *dôjô* tem um significado mais abrangente. Para os praticantes de AM&DC marciais, “o *dôjô* não é apenas um ginásio, mas um lugar sagrado” e de “iluminação”, onde, sem hierarquia de classes sociais, se vai treinar o corpo e o espírito, segundo a via (*dô*), desenvolver, através da dura aprendizagem das técnicas, as qualidades físicas e morais (endurecimento, vontade, perseverança, lealdade, força de carácter), combater os defeitos como as vaidades, orgulho, preguiça, etc. Um treinador de judo disse-me, em entrevista, em 2017, o seguinte: “surge nas artes marciais uma distinção. O desporto treina-se no ginásio. As artes marciais treinam-se no *dôjô*, no local de iluminação. A diferença é de atitude mental. Para quem inicia a prática, isso não faz sentido. Tem que ser educado. No desporto não educam. Para nós, quando alguém entra é logo ensinado a fazer uma saudação. Para nós, é o local onde vamos evoluir. Temos que mostrar respeito”. O *dôjô* pode ser uma sala de treino privada, equipada com espelhos e sacos de boxe, ou uma sala de um clube público devidamente apetrechada. É o local onde os entusiastas partilham os seus treinos e conhecimentos. É o espaço longe do ambiente familiar. Os rituais (conjunto de signos – fórmulas, sinais e palavras – destinados a regular certos atos) praticados no *dôjô* mergulham os praticantes no tempo dos samurais, dos mestres, cujos retratos, “totens do grupo” figuram no local. Para além de ser um local de prática e de ensino de artes marciais e desportos de combate, onde se encontram homens e mulheres de direita e de esquerda, ateus, agnósticos e crentes, idealistas e oportunistas, outros acontecimentos ritmam o *dôjô*: organização de almoços e jantares entre amigos, organização de passeios, festas, colóquios, seminários, etc. É frequente escutar durante os aquecimentos musculares (“warm-ups”) os praticantes falarem sobre temas sociais variados: política, religião, relação familiar, sexualidade, vida quotidiana, entre outros. No fundo, os centros de prática são as células base deste desporto e funcionam como “empresas” concorrentes. A adesão a um centro de prática não é, por vezes, um critério satisfatório. Os membros-praticantes não estão no mesmo plano. Alguns pagam a sua mensalidade e dão-se conta que não gostam da disciplina que eles imaginavam diferente à partida (ou seja, a um plano sonhado pode não corresponder a um plano prático); outros acabam por deixar a atividade (aborrecem-se ou têm impedimentos familiares ou profissionais); outros, apesar de gostarem, são “alérgicos” aos esforços físicos. Querem fazer o menos possível. Existem “corpos ativos” e “corpos preguiçosos”. Para frequentar os treinos, os praticantes têm que pagar, para além de uma mensalidade (entre os vinte e cinco e os trinta e cinco euros), um selo anual, que se coloca num cartão pessoal (quando existe), permitindo-o ir a estágios e a treinos especiais. Para além disso, e caso o praticante não tenha, é exigido o pagamento de um seguro desportivo na ordem dos cinco euros (valor variável). Com tantos pagamentos, muitos jovens são forçados a renunciar à prática das AM&DC (e de outras práticas desportivas) por falta de recursos

financeiros. A observação da realidade da vida quotidiana de um *dôjô* permite verificar que a frequência de um centro de prática implica um “conjunto de regras/normas básicas”, que poderão ser de comportamento, de saúde e de higiene, quer pessoal, quer das instalações. No caso do karaté e aikido, por exemplo, antes de começarem a treinar, os praticantes devem alinhar de frente para o instrutor/treinador (da esquerda para a direita) por ordem de graduações; os praticantes devem envergar corretamente o “keikogi” (também chamado de kimono) durante a prática da modalidade; os praticantes devem conservar o fato limpo e em bom estado; os praticantes devem respeitar os superiores e os colegas; os praticantes devem estar atentos aos ensinamentos do instrutor/treinador; os praticantes devem manter o silêncio no *dôjô*; é “proibido” o excesso de adornos; a assiduidade e a pontualidade para os treinos são factos muito importantes; sempre que um praticante chega atrasado à sua aula deve procurar obter do respetivo instrutor autorização para tomar parte do mesmo; os alunos mais antigos devem procurar ajudar os mais novos; todos os interessados que queiram observar um treino devem pedir licença ao instrutor apresentando-se no *dôjô* no mínimo dez minutos antes do treino começar, e comprometer-se a permanecer, sempre que possível, até ao final do mesmo. O *dôjô* é também uma realidade mutável. Como muitas associações não têm *dôjôs* próprios, vêem-se obrigadas a praticar em espaços alugados ou emprestados. Isso leva a que fechem e abram com alguma facilidade. Claro que o encerramento de um *dôjô* não implica muitas vezes a diminuição do número de praticantes. Eles podem transitar para outro *dôjô* que esteja a funcionar. No caso português, existem associações que têm dois ou três *dôjôs* a funcionar e outras que têm dezenas.

Grandes eventos desportivos, mediatização e espetáculo

Como poucas atividades, o desporto tem explorado desde o início o potencial da globalização. Neste âmbito, importa realçar os grandes eventos desportivos, sobretudo os Jogos Olímpicos e os Campeonatos Europeus e do Mundo de Futebol. Estes eventos maiores assumem um interesse económico, político, comunicacional e turístico. Os Jogos Olímpicos, “ressuscitados” por Pierre de Coubertin, em 1894, são um grande evento internacional, com desportos de Verão e de Inverno, em que milhares de atletas participam em várias competições. Os primeiros Jogos Olímpicos Modernos foram celebrados em Atenas, em 25 de março de 1896, com a presença de milhares de espetadores. Os Jogos Olímpicos assumiram uma grande notoriedade entre as duas Guerras Mundiais, com o aumento constante do número de atletas e de nações participantes. O Olimpismo tornou-se uma filosofia de vida, que combina um conjunto equilibrado de qualidades do corpo, de vontade e de espírito. Aliando desporto, cultura e educação, o Olimpismo pretende criar um estilo de vida. No caso do futebol, ele é o “estádio supremo da mundialização”. O seu império não conhece fronteiras nem limites. É a “futebolização” da sociedade. Nem todas as modalidades desportivas conseguem vingar no mercado do espetáculo desportivo. De sublinhar também que os meios de comunicação modificam a relação de tempo e de espaço. De fato, os medias, em primeiro lugar a televisão, oferecem o acesso ao desporto a um grande público e, por esta via, assegura o sucesso comercial das competições e a notoriedade dos desportistas e dos clubes. No entanto, a retransmissão do espetáculo desportivo pelos canais privados, depois de uma longa época do “desporto público”, construiu uma obrigação de resultados que reforça a lógica de concorrência entre os diferentes canais (tipo de emissões desportivas, horas de difusão, exclusividade dos direitos de retransmissão). O surgimento de novos média, a multiplicar as possibilidades de retransmissão em direto dos eventos desportivos, com os satélites, contribuíram amplamente para ajudar na globalização do desporto. O espetáculo desportivo tem uma antiguidade secular. No entanto, ele apresenta nas sociedades contemporâneas desenvolvidas uma singularidade. Os megaeventos assumem uma importância considerável em termos de trocas, transferência e difusão de informação, valores e tecnologias. Na pré-era da televisão, eram o principal veículo da globalização da cultura. Os megaeventos, na sua argumentação, exibem simultaneamente três características principais. Eles são “modernos e não modernos”, “nacionais e não nacionais”, “locais e não locais”.

Desportivização do sexo e sexualização desportiva

Apesar dos progressos registados ao longo das últimas décadas em matéria de investimento no desporto pelas mulheres, este continua a ser um local de diferenças e um espaço de desigualdade entre os homens e as mulheres. Em matéria de desporto feminino, é preciso ter em consideração a cultura desportiva das mulheres e a cultura feminina no geral. Esta cultura deve ser também colocada no seu contexto, sobretudo numa sociedade patriarcal, como é o caso da sociedade portuguesa. No caso do desporto de alto rendimento, a prática de certos desportos pelas mulheres ainda está longe de ser “admitida” pela sociedade. E quanto mais estes desportos se afastam do estereótipo hegemónico, mais a recusa social é significativa. Se as mulheres são cada vez mais desportistas, elas não se entregam às mesmas atividades que os homens nem o fazem nas mesmas condições. As mulheres valorizam “as modalidades não competitivas” e as “práticas de melhoramento estético”, confirmando o peso dos estereótipos (Marivoet, 1998). Braunstein & Pépin (2001) observam algumas das razões que mantiveram as mulheres afastadas durante muito tempo dos desportos de competição: em primeiro lugar, o argumento médico que dizia que o corpo feminino não podia suportar o esforço, e a que a sua principal função era a procriação. Em segundo lugar, o argumento social e moral: a mulher tem um lugar a ocupar no seio do seu lar, e toda a prática desportiva é concebida como exibicionismo. Os homens estão mais voltados para a competição, a agressividade e a autoafirmação no desafio e no confronto com os outros. Ao invés das raparigas, os rapazes lutam e provocam-se entre si, estabelecem hierarquias com base no critério do mais forte, temendo ser tratados de “medricas”. Nos adolescentes, a pressão do grupo de pares e a prática de desportos coletivos convergem para a criação de um clima de emulação, de competição e de superação dos outros. A fim de serem reconhecidos, atrair a atenção das raparigas e afirmar o seu valor, os jovens procuram medir-se uns aos outros, provando a sua força, a sua excelência e a sua virilidade. Para as mulheres, a vitória sobre os outros surge como menos importante do que a atividade física em si mesma, enquanto para os homens é a própria competição que é objeto de paixão; rivalizar com os outros, vencer, ser o melhor representa uma finalidade ou um valor em si mesmo. Nesta análise, importa referir a questão da virilidade. Bourdieu (1999, pp. 43-44) entende-a como “a capacidade reprodutiva, sexual e social, mas também como a aptidão para o combate e para o exercício da violência, com destaque para a vingança”. Por oposição à mulher, “o verdadeiramente homem” é aquele que se sente vinculado a estar à altura da possibilidade que lhe é oferecida de aumentar a sua honra, procurando valores como a glória e a distinção na esfera pública. A exaltação dos valores masculinos tem a sua contrapartida tenebrosa nos medos e nas angústias suscitadas pela feminilidade: princípios de fraqueza enquanto encarnações da vulnerabilidade da honra. Tudo concorre, assim, para fazer do ideal impossível de virilidade o princípio de uma imensa vulnerabilidade. É ela que conduz, paradoxalmente, ao investimento, por vezes exacerbado, de todos os jogos de violência masculinos, nomeadamente os desportos de combate. O espaço desportivo (re)produz esta relação de dominação, ao socializar as gerações mais novas nos valores dominantes da cultura masculina, que privilegiam a força física e a competição como símbolos de virilidade.

Referências

- Bourdieu, P. (1999). *A dominação masculina*. Oeiras: Celta Editora.
- Braunstein, F., & Pépin, J.-F. (2001). *O lugar do corpo na cultura ocidental*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Marivoet, S. (1998). *Aspectos sociológicos do desporto*. Lisboa: Livros Horizonte.

As técnicas do corpo e o desporto

As “técnicas de corpo” é uma conferência dada por Marcel Mauss (antropólogo francês), em 17 de maio de 1934, perante a “Société de Psychologie”, cujo texto é publicado, pela primeira vez, no “Journal de Psychologie”, em abril de 1936, e depois, com outros textos, na “Sociologie et Anthropologie”, nas edições Presses Universitaires de France, em 1950. Mauss estuda a noção de “técnicas do corpo” e as suas variantes entre as culturas. Quais são as técnicas de corpo descritas? Que conclusões Mauss tira das suas observações? Na introdução da sua conferência, Mauss evoca o contexto no qual ele é levado a forjar este conceito de técnicas do corpo. Este conceito impõe-se pouco a pouco nele, de forma “concreta”, em resposta a diferentes observações realizadas ao longo da sua vida. Estas reteriam a sua atenção pelo conjunto de fatos sociais, aparentemente, “heterógenos” e inclassificáveis, que a etnologia da época não sabia como descrever e categorizar, levando, assim, a colocar um item de “diversos”. O conceito de “técnicas do corpo” permitiram-lhe reunir justamente numa mesma categoria um conjunto de fatos saídos de observações diversas e de ser um objeto digno de análise científica. Mauss conhece bem as “técnicas do corpo”: a natação, a corrida, o boxe, a esgrima, o pedestrianismo e o alpinismo, pois foi um praticante assíduo. No caso da evolução das técnicas de natação e dos métodos de aprendizagem, Mauss constata a sua evolução, no espaço de uma geração: passagem da braçada ao crawl, diferentes formas de mergulhar, etc. Existe, na sua perspectiva, uma variação das técnicas no seu tempo e revela a dificuldade de se “libertar” da técnica que lhe foi ensinada. Para ilustrar este pensamento, apresenta o caso da pá de trincheira. As tropas inglesas não conseguiam se adaptar às pás francesas, o que mostra as diferenças no uso dos utensílios. Das suas observações no meio militar, coloca em evidência a “discordância” entre a marcha francesa e a inglesa. Os soldados ingleses não conseguiam desfilar ao ritmo francês. Assim, a sua conclusão é a de que as “técnicas elementares” diferenciavam segundo o país. Uma outra observação completa a análise destas diferenças: a maneira de marchar não é fixa e definitiva numa mesma sociedade. Ela pode mudar e evoluir em função do modo de vida, meios de transportes, modos de vestir, etc. e os modelos culturais. Mauss constata a similitude entre a marcha das enfermeiras americanas e as jovens francesas. Nos anos 1930, estas pouco a pouco adotaram a marcha específica das estrelas americanas. Este exemplo traduz a difusão de uma técnica do corpo de uma sociedade para outra. Neste caso particular, através da influência crescente do cinema americano (caso que prefigura um movimento mais amplo da globalização cultural que tenderia para uma uniformização dos modos de vida através a difusão dos modelos ocidentais). Um outro exemplo apresentado foi a posição das mãos e as maneiras (in)convenientes de estar à mesa. As técnicas do corpo não são neutras, mas regidas por normas, regras de bem-fazer, que eram lembradas na infância. Estas regras e normas podiam variar igualmente segundo o país: o que é conveniente numa cultura não é forçosamente noutra (exemplo disso são as diferentes relações que se tem com o pudor, a nudez...). Mauss evoca também uma técnica de corpo especificamente desportiva. É o caso da corrida, onde ele constata que os atletas na época adotavam uma técnica mais eficaz do que aquela que lhe tinha sido ensinada trinta anos antes (posição de braços e de punhos), o que remete para a questão da “eficácia” das técnicas ou do seu

nível de “rendimento”. Estas observações mostram que os gestos, que podem parecer mais “naturais”, em aparência (caminhar, nadar, correr), são as “técnicas do corpo” adquiridas por cada indivíduo quando da sua socialização no seio de uma sociedade e num período de tempo. Esta ideia pode parecer relativamente banal nos dias de hoje. No entanto, ela foi inovadora para a época de Mauss. O estudo do corpo era, antes de mais, um fato das ciências naturais (biologia, medicina), que o tratavam como um objeto natural (exemplo: usos da dissecação para estudar o seu funcionamento). No âmbito da antropologia, no início do século XIX, procura-se comparar as sociedades focalizando a análise nas diferenças corporais, comparando os tamanhos dos crânios. A antropometria procurava explicar os comportamentos culturais e sociais pelos fundamentos biológicos. A sua análise rompe com a visão biológica do corpo, colocando em evidência a dimensão social e cultural, através da definição que ele dá às técnicas do corpo: “as formas que os homens, sociedade em sociedade, de uma forma tradicional, sabem se servir do seu corpo” (Mauss, 1936, p. 365). Assim, não existe uma forma natural ou inata de se servir do corpo, mas de usos diferentes, moldados e transmissíveis por cada sociedade. Mauss emprega a noção de “habitus”, que será desenvolvida posteriormente por outros autores, nomeadamente pelo sociólogo Pierre Bourdieu, para sublinhar a dimensão coletiva das técnicas. Mesmo se existem variações de um indivíduo para outro, é antes de mais a “razão prática coletiva” que orienta os comportamentos e molda os gestos.

Referências

- Mauss, M. (1936). Les techniques du corps. *Journal de Psychologie*, XXXII, 3-4, 15 mars-15 avril.
Mauss, M. (1950). *Les techniques du corps. Sociologie et anthropologie*. Paris: PUF, 363-386.

Os valores educativos do desporto: mitos e realidades

O Conselho e o Parlamento Europeu decidiram proclamar o ano 2004 no ano europeu da educação pelo desporto. Imitados pela UNESCO instauravam o Ano Internacional do Desporto em 2005. Com esta iniciativa desejavam: 1) sensibilizar os cidadãos sobre a importância das práticas desportivas no domínio da educação; 2) aumentar a prática desportiva nos programas escolares; 3) promover a integração social e a tolerância, insistindo sobre o equilíbrio psicológico e físico proporcionado pelo desporto; 4) ajudar na prevenção dos problemas de violência. Estas instâncias afirmaram a sua visão sobre o desporto: uma ferramenta de educação e de transculturalidade. Esta campanha lembra, de certa forma, aquela que foi levada a cabo pelo barão Pierre de Coubertin, fazendo eco aos valores celebrados nos Jogos Olímpicos. O desporto é visto como um vector de aproximação dos povos e do “fair-play”. O pensamento de Pierre de Coubertin marca os JO e o espírito desportivo do século XX. Inspirado pela tradição pedagógica dos colégios ingleses, Coubertin afirma o valor cultural do desporto e inicia vastos projetos. O desporto é, para si, uma ferramenta privilegiada de educação. Mas os valores educativos do desporto de alto rendimento são hoje em dia, pelas suas derivas (dopagem, corrupção, violência, etc.), colocados em causa. Será que o espírito desportivo é realmente operado para educar, federar, ordenar, estimular os comportamentos e as mentalidades? Se o tema educativo é inevitavelmente presente, como compreender o desporto, afirmando custe o que custe o seu valor formativo? Quais são os valores que são transmitidos aos jovens de hoje? Estas e outras questões estão por responder de forma cabal. Mas uma coisa é certa: não se pode reduzir o desporto à dimensão produtivista, isto é, o ser humano ser reduzido à racionalidade de uma máquina de bater recordes.

8.º Congresso Internacional de Artes Marciais e Desportos de Combate

Sob os auspícios da “International Martial Arts and Combat Sports Scientific Society” (IMACSS) (www.imacsss.com), o Instituto Politécnico de Viseu (IPV) vai realizar o 8.º Congresso Internacional de Artes Marciais e Desportos de Combate, de 10 a 12 de outubro de 2019. Em Portugal, o primeiro congresso científico sobre as AM&DC realizou-se em 2007, em Viseu, do qual tivemos o privilégio de participar como coorganizador e orador, e depois em 2009 e em 2011. É com satisfação que voltamos a participar como coordenador-adjunto e saber que esta iniciativa está para durar em Portugal. O esforço da equipa que organiza este evento, dirigida pelo Professor Doutor Abel Figueiredo, do IPV, será recompensado pela oportunidade de oferecer a todos os presentes momentos de crescimento científico e de partilha de experiências nas temáticas em apreço. A Comissão Organizadora acredita que esta é mais uma oportunidade para reforçar os laços da comunidade científica em torno de temas ligados às AM&DC. Em relação aos desportos maioritários (desportos coletivos, atletismo, natação, etc.), de inspiração anglo-saxónica, as práticas de combate distinguem-se pelas suas origens culturais: inglesas para o boxe (inglês), japonesas para o karaté, o judo e o aikido, francesas para a luta (dita greco-romana) e o boxe (francês), chinesas para o kung-fu, o tai-chi, etc. O conjunto dos desportos de combate e artes marciais constitui um campo relativamente autónomo no interior do espaço das práticas desportivas. Mais do que um conjunto de condutas motrizes, as práticas desportivas revelam uma “pertinência social”. Neste sentido, a implantação e o desenvolvimento dos desportos de combate e das artes marciais não se podem reduzir à apropriação (ou à descoberta) de modelos corporais diferentes sucessivamente importados. A lógica de apropriação implica um processo de transformação e uma criação e inovação dos modelos corporais. O sentido (social) da implantação de uma arte marcial, como todo o objeto social importado (doutrina política, ideal estético ou técnica particular) resulta de uma dinâmica complexa, que coloca em jogo três lógicas relativamente autónomas: a “lógica interna” da disciplina, a “lógica do campo”, no qual se inscreve (desportivo, político, musical, económico, etc.) e a “lógica do campo social”, no sentido mais amplo. No fundamento teórico dos desportos de combate ou das artes marciais, a que alguns investigadores preferem chamar de “práticas de combate dual”, é preciso referir que a prática corporal codificada e identificável não pode ser, geralmente, apreendida como um “objeto técnico”, que se poderia identificar com a “lógica interna”, conceito utilizado para designar a pertinência motriz das atividades físicas e desportivas. A determinação dos “usos sociais” (desporto, lazer, competição, segurança, etc.) das práticas de combate, pela variedade das suas origens, a diversidade de especialidades e a diferenciação dos usos sociais, leva a que elas ocupem um lugar diferente no sistema de práticas desportivas codificadas. Esperemos que este congresso internacional promova reflexões frutíferas. Para mais informações, ver o site <http://www.esev.ipv.pt/IMACSSS2019>.

Referências

Rosa, V. (2009). Informe sobre el II Congreso Científico de Artes Marciais e Desportos de Combate. *Revista de Artes Marciales Asiáticas* (RAMA), 4(3), 102-115.

Rosa, V. *et al.* (2009). “Motivações e entendimentos dos karatecas portugueses: Samurais na modernidade? / Motivations and understandings of Portuguese karatecas: Samurais in modernity?», in Abel Figueiredo (eds.), 2009 Scientific Congress in Martial Arts and Combat Sports - Proceedings, 16 e 17 de Maio de 2009, Associação para o Desenvolvimento e Investigação de Viseu, Instituto Politécnico de Viseu, Escola Superior de Educação de Viseu.

A pedagogia do desporto

Se educação constitui um problema demasiado sério para ser deixado unicamente aos teóricos da pedagogia, parafraseando uma célebre frase, eu diria o mesmo para o desporto. O estudo sobre o processo de ensino das atividades físicas tem tido um desenvolvimento particular, sobretudo nestes últimos anos. A investigação neste domínio tem-se inspirado dos modelos empregues nas ciências da educação. A descrição das interações professor-aluno, os seus comportamentos específicos, a identificação de algumas variáveis em relação ao sucesso dos alunos e a identificação das principais competências para ensinar são muitas vezes referenciadas sobre o processo didático das atividades físicas e sobre a formação dos professores de educação física e/ou treinadores. Vários estudos têm sido feitos sobre o assunto. Mais no estrangeiro do que em Portugal, diga-se de passagem. Algumas das conclusões apontam para o facto do professor de educação física e/ou treinador passar mais tempo a observar do que a ensinar nos momentos de treino. Este ano a Sociedade Científica de Pedagogia do Desporto (em Portugal) comemora o seu 10.º aniversário. É habitual realizar um congresso anual. Nos dias 25 e 26 de outubro de 2019, com a parceria da Escola Superior de Educação de Coimbra, vai ter lugar o seu 8.º encontro. Pretende debater “o papel dos profissionais do desporto na educação para os valores”. É demasiado ambiciosa, pois refere que é reconhecido “o papel dos valores e competências sociais para um desenvolvimento sustentável, prevenindo problemas globais como a inatividade, a obesidade, o desemprego ou os conflitos”. O desporto é visto como um instrumento para a educação. Apesar de algumas derivas (corrupção, dopagem, violência, etc.), convém não atribuir ao desporto mais funções do que ele possui ou que pode assumir. Esperemos que este Congresso traga novidades sobre as investigações realizadas em Portugal. Para mais informações, veja <http://www.ipg.pt/scpd/8congresso-scpd/default.aspx>

O que faz o desporto pela integração social?

Não existem resultados tangíveis sobre a integração e/ou inserção social pelo desporto. No entanto, certos autores avançam que o poder de integração através do desporto e das atividades físicas é real. Thomas (1993), que estudou a prática do futebol, diz que as equipas multiétnicas promovem a solidariedade, a cooperação e a integração social dos seus membros. Baillet (2001, p. 166) refere que o futebol é a modalidade desportiva de integração por “excelência” e “contribui para a integração de populações estrangeiras”. Lever (1983) vai mais longe e conclui que o futebol brasileiro, por exemplo, contribui para a integração nacional, dando às pessoas de classes sociais, de etnias e de religiões diferentes qualquer coisa a partilhar e a utilizar como base da sua solidariedade ritual. O futebol revela efetivamente um enorme potencial como meio de federar as energias e a gerar uma espécie de “espírito de corpo”, suscetível de transcender as tensões e os conflitos da vida de todos os dias. Através das suas equipas nacionais, os indivíduos partilham os mesmos símbolos e identificam-se com os mesmos valores, que deverão consolidar a sua integração. Mas será que esta “loucura futebolística”, esta “unidade emocional”, esta “comunhão ritual” encontrada no momento de um encontro de futebol, é capaz de ter um impacto positivo sobre as tensões políticas e os problemas socioeconómicos que a maioria dos cidadãos se confronta todos os dias? Duvidamos seriamente. Cremos que é uma visão exagerada das repercussões positivas do desporto. Até porque, não nos esqueçamos, os encontros de futebol ocasionam, muitas vezes, manifestações xenófobas, racistas, quer por parte dos jogadores, quer por parte dos espetadores. Naja (2005) refere que, em vez de uma real integração, os jovens se encontram cada vez mais “presos” às subvenções financeiras pontuais. A sua integração é “virtual”. Para além do futebol, outras modalidades desportivas são “chamadas” para ajudar neste processo de integração e/ou inserção social. Podemos destacar o basquetebol de rua, que teve um grande sucesso nos anos 90, sobretudo em França, num contexto de forte receptividade social, favorecido pela mediatização das equipas norte-americanas. Ou também os desportos de combate ou artes marciais (boxe, judo, karaté, aikido, capoeira, etc.), que permitem incentivarem o gosto do confronto num quadro de regras restrito e, desta forma, a eufemização da violência. A dança “hip-hop” responde muitas vezes às motivações das jovens raparigas. Outros autores distanciam-se das posições que defendem que a integração no e pelo desporto é real. Duret (2001, p. 68) refere que “os jovens querem é trabalho e o que se propõe são equipamentos desportivos de proximidade, um pouco como se fôssemos consultar um médico para uma dor de cabeça e este, com falta de medicamentos, prescrevesse um agradável xarope para a tosse”. Coakley (2002) conclui que as atividades físicas e desportivas não podem ter um impacto positivo na vida dos jovens, em particular daqueles que vivem em comunidades em dificuldade económica e social, enquanto os seus problemas não forem resolvidos, ou estar em vias disso. As ações com base nas atividades físicas e desportivas não se constituirão como uma forma pertinente de intervenção social. Para o criminologista Cusson (2002), é mais simples e menos oneroso ocupar os jovens do que se dedicar a resolver o verdadeiro problema da pobreza, do desemprego e de outros défices em modelos de identificação. No entanto, refere, ironicamente, que pode ser mais tranquilo para as pessoas saberem de que os jovens “perigosos” estão

ocupados a jogar ao basquetebol ou ao futebol, do que a fazerem asneiras. Cusson (2002, pp. 111-114) diz que o desporto destinado a ocupar os jovens no sentido de evitar que eles façam asneiras encontra-se incluído nas estratégias de prevenção destinadas à “ineficácia”, nomeadamente no quadro da “regulação da delinquência”. A questão da integração pelo desporto difere consoante os países. O que se passa em Portugal neste domínio? Era bom saber.

Referências

- Baillet, D. (2001). *Les grands thèmes de la sociologie du sport*. Paris: L'Harmattan.
- Coakley, J. (2002). Using sport to control deviance and violence among youths: let's be critical and cautious. In: Gatz, M. Messner M., Ball-Rokeach S. (2002). *Paradoxes of Youth and Sport*. Albany: State University of New York Press, 13-30.
- Cusson, M. (2002). *Prévenir la délinquance*. Paris: PUF.
- Duret, P. (2001). *Sociologie du sport*. Paris: Petite Bibliothèque Payot.
- Lever, J. (1983). *A loucura do futebol*. Rio de Janeiro: Record.
- Naja, A. (2005). Les effets pervers des approches fonctionnalistes en matière d'intégration par le sport. In : Marc Falcoz e Michel Koebel (dir.). *Intégration par le sport : représentations et réalités*. Paris: L'Harmattan, 39-55.
- Thomas, R. (1993). *Sociologie du sport*. Paris: PUF.

O desporto e o lazer

É lugar comum dizer-se que o evento da industrialização determinou a eclosão do desporto moderno e a sua extensão a um fenómeno quase mundial. A atividade desportiva saiu dos estreitos quadros onde estava confinada, de alguns meios privilegiados e de algumas manifestações populares e tradicionais, mas episódicas. A sua expansão foi criada também pelas condições promovidas pela civilização técnica. O século XX foi palco de transformações tecnológicas e sociais que alteraram a vida dos homens (no domínio tecnológico: o automóvel, o avião, a comunicação sem fios, os progressos médicos, o nuclear civil e militar; no domínio social: a emancipação das mulheres e dos adolescentes). Neste processo de alterações, o lazer assume um papel importante. Entrámos numa sociedade de lazers, com mecanismos particulares. Em França, Joffre Dumazedier, na década de 60, faz notar esta questão. A partir de 1980 o tempo livre tornou-se o tempo de vida mais longo, que ganhou sobre o tempo de trabalho e o tempo requerido a satisfazer as obrigações diversas (sociais, administrativas, higiénicas, familiares, domésticas, etc.). O trabalho não foi destituído socialmente. Ele continua organizador. É a partir do trabalho que se continua a distribuir as temporalidades sociais. O trabalho ritma e determina os modos de vida; dos ativos, bem como dos inativos. É o trabalho que continua a organizar o dia, a semana, o mês e o ano. Retirando a questão profissional, os praticantes desportivos e não desportivos procuram aproveitar o lazer. Na sua continuidade, o fenómeno desportivo é inteiramente lazer. É isso que lhe dá sentido e lhe confere a sua especificidade. Sem o lazer, sem o surgimento de uma sociedade de lazers, o fenómeno desportivo não existe. E, se existe, é de outra forma. O tempo livre tornou-se o primeiro tempo de vida nos países desenvolvidos. Uma tendência se afirma: consiste em compensar um trabalho cada vez mais intenso pelas atividades de lazer com uma intensidade correspondente. Ouve-se dizer que o desporto reclama capacidades físicas. É verdade para o nível de alto rendimento, mas não o é para todas as práticas desportivas. A simples saúde permite amplas possibilidades de praticar desporto. O leque de práticas desportivas é também ele rico para a diversidade de gostos e de aptidões. Mas uma única parece inegável: o desporto tem a incomparável faculdade de preencher o tempo livre.

Pierre Bourdieu e o desporto

A obra sociológica de Pierre Bourdieu (1930-2002) é abundante, de uma grande riqueza, intelectualmente estimulante e de uma certa complexidade. Este sociólogo foi levado a falar e a escrever sobre desporto, apresentando mesmo o que poderia ser um “programa” de investigação sobre a sociologia do desporto. Para este sociólogo francês, o campo das práticas desportivas é o local de lutas simbólicas pelo monopólio da imposição da definição legítima da atividade desportiva: amadorismo contra profissionalismo, desporto-prática contra desporto-espetáculo, desporto distintivo de elite contra desporto popular de massa. O campo das práticas desportivas insere-se também nas lutas pela definição do corpo legítimo e do uso legítimo do corpo, lutas que envolve os treinadores, os dirigentes, os professores de educação física e outros mercadores de bens e serviços desportivos. Neste sentido, opõem-se os moralistas (o clero), os médicos (os higienistas), os educadores, os árbitros da elegância e do gosto, etc. (Bourdieu, 2002). Segundo esta perspetiva, o desporto abre uma possibilidade quase infinita de lutas simbólicas, às quais as instituições e os grupos sociais vão se “entregar”, não apenas para as vitórias e troféus, mas, de uma forma mais “escondida”, para impor as significações particulares e distintivas ligadas aos gestos desportivos. Para Bourdieu, a diferenciação social leva à diferenciação desportiva, opondo os “desportos chiques” e os “desportos populares”. Assim, o custo das atividades (a variável económica) não pode ser considerado como a única variável discriminatória para a prática desportiva. De uma forma geral, o desporto para “as classes superiores” é secundário. É uma forma de os círculos sociais, já unidos, se fecharam ainda mais. Se olharmos para o ténis, por exemplo, constata-se que não se procuram os parceiros de jogo pelas suas performances desportivas, mas por serem de determinadas classes sociais, ou às quais se deseja pertencer.

Referência

Bourdieu, P. (2002). *Questions de sociologie* : Paris: Les Editions de Minuit.

O desporto e o risco

A noção de “risco” é muitas vezes usada no sentido de perigo, que significa ameaça, queda, colisão, esgotamento, desidratação, etc. No domínio desportivo, vários perigos podem ser identificados, por vezes estreitamente ligados a uma prática específica: entorses, fraturas, hipotermia, dopagem, etc. Mas nem todas as situações portadoras de perigo acedem ao estatuto de risco. Inversamente, as atividades relativamente seguras podem tornar-se um risco. Sem subestimar os perigos inerentes à prática, a visão do alpinismo como atividade de risco deve tanto aos testemunhos biográficos e mediáticos, de epopeias aventurosas, que à realidade acidental e às intenções profundas dos seus adeptos. Como uma construção de espírito, cada sociedade estabelece o que é perigoso, os riscos aceitáveis ou valorizados e a confrontar. A pertença à categoria dos “desportos de risco” não pode ser definida em relação ao grau de perigosidade das atividades. O sentido destas práticas elabora-se a partir do jogo das significações sociais. O desporto implica uma atividade corporal, acentuando os poderes, a vitalidade e a eficácia do corpo humano. Como presença e atualidade do corpo, o desporto é uma evidência. Mas é preciso reconhecer que o desporto para o corpo não é o simples suporte da ação. Ele está no centro dessa mesma ação. Os desportos mecânicos (automobilismo, por exemplo) ou os desportos como a vela parecem sofrer de uma limitação com a noção de desenvolvimento físico no desporto. No entanto, eles permitem confirmar os traços essenciais da essência da atividade desportiva: compromisso do corpo, que pode ir até ao risco de acidente ou de morte, exigências impostas em particular ao sistema nervoso e à resistência orgânica. O fato de se dispor de uma “máquina”, com a qual o desportista se identifica, deve ser interpretada como a colocação entre parêntesis do corpo como a sua amplificação.

O Lusitano Ginásio Clube *versus* Juventude Sport Clube

O desporto não se reduz a uma só prática. Também não é apenas um espetáculo submetido às leis de audiências e dos mercados, pois como produto social estrutura-se em instituições com dinâmicas próprias e organizações com poderes, hierarquias e regras. O futebol tem vindo, como nenhum outro desporto, a apreender a noção de comunidade imaginária, dada a capacidade de representação de uma nação através dos feitos de onze jogadores em campo. Todos os clubes de futebol têm a sua história. Salientamos aqui dois casos. O Lusitano Ginásio Clube foi fundado em 11 de novembro de 1911. O Juventude Sport Clube foi fundado em 05 de dezembro de 1918. Ambos têm o Estatuto de Utilidade Pública. O Lusitano de Évora recebeu-o em 1984 e o Juventude de Évora em 1983. Estes dois clubes de futebol localizam-se na cidade alentejana de Évora e a sua rivalidade é ancestral. E tanto quanto nos é dado observar, têm o privilégio de disputar penosamente os campeonatos da III Divisão. Estes dois clubes de futebol são proprietários de terrenos de grande valor comercial. As instalações dos dois são degradantes. Basta visitá-las para ver o estado em que se encontram. As direções têm sido incapazes de promover projetos conjuntos. A fusão tem sido impossível. É pena, pois juntos poderiam ir mais longe e Évora merecia. Se algum dia houver uma fusão, sugerimos a atribuição do nome Juventude Lusitana.

Lisboa: Capital Europeia do Desporto em 2021

“Conscientes da importância estratégica do desporto e considerando a prática desportiva como um dos elementos agregadores das populações e do tecido social, semeando o sentimento de pertença das pessoas aos seus bairros e freguesias, Lisboa propôs-se a um desafio de enorme exigência com a candidatura a Capital Europeia do Desporto 2021”. Estas palavras são do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Fernando Medina, e constam da candidatura apresentada pelo município em 2016 (cf. http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Desporto/bid_file_pt.pdf). Lisboa venceu a Haia, cidade holandesa. A atribuição do título de Capital Europeia do Desporto cabe à ACES Europe - European Capital and Cities of Sport Federation, sediada em Bruxelas. O galardão garante cinquenta e duas semanas de prática desportiva, procurando, com isso, um maior reconhecimento e visibilidade das cidades vencedoras. Procura-se também atrair investimentos. O “label” de Capital Europeia do Desporto foi criado em 2001 e é atribuído anualmente. Tem por objetivo aproximar os cidadãos europeus através do desporto. Mas nem todas as capitais europeias podem pretender este estatuto. Têm que ter mais de 500.000 habitantes. Para se levar o projeto a bom porto, em Lisboa, anuncia-se um investimento de vinte e seis milhões de euros em equipamentos desportivos. Neste anúncio, não se diz de que desporto falamos. Nem se é apenas o futebol profissionalizado. Para além das palavras de circunstância, ainda pouco se sabe sobre o que se pretende promover e implementar. Portugal continua a ser o país da União Europeia onde menos se pratica desporto.

“Docte ignorance” desportiva

O desporto impregna profundamente a vida quotidiana dos homens e das mulheres do século XXI. Divertimento aristocrático na origem, a prática desportiva conheceu, desde o século XIX, um crescimento prodigioso e continua a ser um dos fenómenos sociais mais marcantes da nossa época. A sua prática democratizou-se amplamente e envolve quase todos os indivíduos. A atividade desportiva não tem o mesmo significado para todos. Cada indivíduo carrega consigo o seu temperamento, as suas possibilidades, as suas exigências pessoais. Ele dá um conteúdo original ao desporto e isso traduz-se: nas intenções, pela vontade de ultrapassar os seus limites; e na intensidade, por uma preparação, uma participação nas lutas desportivas e um esforço que varia segundo cada um. Trata-se, bem entendido, de envolvimento na disciplina escolhida e no desejo de progredir. O bem-estar e os perigos não são idênticos para todos. O desporto de alto rendimento distingue-se do desporto de massas. Para a sua elite, e para aqueles que se esforçam por o ser, a atividade desportiva exige um compromisso de todo o ser, uma disciplina a cada momento. Ele ocupa os pensamentos e orienta a maior parte das ações. O desporto favoriza as qualidades naturais e permite a afirmação da personalidade, ele revela o seu próprio valor. Ele é fator de promoção, pelo que a sua essência é a procura da performance, do resultado, uma vontade de se ultrapassar levada ao extremo. Para a massa, esta vontade existe, mas ela não é atingida pela mesma permanência, porque o atleta “amador” é submetido a obrigações que preenchem o essencial da sua vida. Apenas consagra à sua prática desportiva de eleição uma parte, mais ou menos grande, do seu tempo de lazer. Em Portugal, fala-se muito de desporto, mas pratica-se pouco. E quando se fala dele os equívocos proliferam. Existe uma certa “docte ignorance”, como dizia o teólogo Nicolas de Cues (2013[1440]).

“Ranking” dos cursos de desporto e o acesso ao ensino superior 2019

A divulgação dos resultados do concurso nacional de acesso ao Ensino Superior é, todos os anos, um momento muito esperado por milhares de jovens. Segundo os dados oficiais, e face a 2018, este ano houve mais 1674 candidatos. 44500 conseguiram um lugar na universidade ou politécnico do Estado. Representa uma colocação de 87,2%. 6734 vagas sobrantes vão a concurso na segunda fase (de 9 a 20 de setembro), cuja divulgação dos resultados está prevista para o dia 26 de setembro de 2019. Segundo as notícias divulgadas, a Direção-Geral do Ensino Superior (DGES) estima a colocação, para o ano letivo 2019/2020, de 77 mil alunos em todas as fases previstas. Não nos vamos pronunciar sobre todas as médias de acesso ao ensino superior. Neste artigo, olhamos apenas para as notas médias dos últimos colocados nos cursos de Educação Física, Desporto ou “Afins” (Bem-Estar, Lazer, etc.) dos vários estabelecimentos (universidades e politécnicos) públicos. Dos dados apurados, que colocámos em forma de “ranking”, verifica-se que a média mais alta do último colocado situa-se no curso de “Gestão do Desporto”, promovido pela Faculdade de Motricidade Humana da Universidade de Lisboa, com 147 pontos. A média mais baixa de entrada do último colocado é no curso de “Desporto” na Escola Superior de Educação, Comunicação e Desporto do Instituto Politécnico da Guarda com 95 pontos, ou seja, inferior a 100 pontos (ou 10 valores). O curso “Atividade Física e Estilos de Vida Saudáveis” da Escola Superior de Desporto de Rio Maior do Instituto Politécnico de Santarém também apresenta uma média de entrada negativa.

Estabelecimento	Curso	Notas (Médias)
Faculdade de Motricidade Humana (Universidade de Lisboa)	Gestão do Desporto	147,0
Escola Superior de Educação (Instituto Politécnico do Porto)	Desporto	143,5
Faculdade de Desporto (Universidade do Porto)	Ciências do Desporto	142,0
Faculdade de Ciências Sociais (Universidade da Madeira)	Educação Física e Desporto	134,7
Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física (Universidade de Coimbra)	Ciências do Desporto	132,2
Escola de Ciências da Vida e do Ambiente (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)	Ciências do Desporto	132,2
Escola Superior de Educação e Comunicação (Universidade do Algarve)	Desporto	128,2
Escola de Ciências e Tecnologia (Universidade de Évora)	Ciências do Desporto	127,9
Universidade da Beira Interior	Ciências do Desporto	126,6
Escola Superior de Educação de Coimbra (Instituto Politécnico de Coimbra)	Desporto e Lazer	126,3

Escola Superior de Educação de Viseu (Instituto Politécnico de Viseu)	Desporto e Atividade Física	124,5
Faculdade de Motricidade Humana	Ciências do Desporto	124,0
Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física (Universidade de Coimbra)	Ciências do Desporto (regime pós-laboral)	122,1
Escola Superior de Educação e Ciências Sociais (Instituto Politécnico de Leiria)	Desporto e Bem-Estar	121,8
Escola Superior de Desporto e Lazer (Instituto Politécnico de Viana do Castelo)	Desporto e Lazer	121,5
Escola Superior de Desporto de Rio Maior (Instituto Politécnico de Santarém)	Desporto, Condição Física e Saúde	117,8
Escola Superior de Educação (Instituto Politécnico de Setúbal)	Desporto	115,8
Escola Superior de Educação de Bragança (Instituto Politécnico de Bragança)	Desporto	115,6
Escola Superior de Desporto de Rio Maior (Instituto Politécnico de Santarém)	Treino Desportivo	114,2
Escola Superior de Educação de Castelo Branco (Instituto Politécnico de Castelo Branco)	Desporto e Atividade Física	111,9
Escola Superior de Desporto de Rio Maior (Instituto Politécnico de Santarém)	Gestão das Organizações Desportivas	110,6
Escola Superior de Desporto de Rio Maior (Instituto Politécnico de Santarém)	Desporto de Natureza e Turismo Ativo	106,4
Escola Superior de Educação (Instituto Politécnico de Beja)	Desporto	101,0
Escola Superior de Desporto de Rio Maior (Instituto Politécnico de Santarém)	Atividade Física e Estilos de Vida Saudáveis	99,2
Escola Superior de Educação, Comunicação e Desporto (Instituto Politécnico da Guarda)	Desporto	95,0

Não são muitas, mas ainda existem vagas para alguns dos cursos. Aos que já conseguiram entrar nos cursos escolhidos, desejo-lhes um Bom Ano Letivo 2019/2020.

O desporto e a política

O desporto é uma atividade social importante. O seu sucesso parece natural e não perturba muito as consciências. As investigações universitárias levadas a cabo nos últimos anos revelam: a distribuição social das práticas e dos gostos desportivos, a diversidade de políticas levadas a cabo e a sua conjuntura histórica, a natureza das motivações para a prática, entre outros aspetos. Nibert Elias, no seu livro *“Sport et civilisation. La violence maîtrisée”* (Arthème Fayard, Paris, 1994, p. 25), não hesitou em escrever que “o conhecimento do desporto é a chave do conhecimento da sociedade”. O desporto, de fato, é portador de valores humanistas, de princípios éticos e de virtudes morais. E, porque dão um sentido a todas as atividades humanas, os valores são indispensáveis e omnipresentes. Podemos perguntar em que medida o humanismo de Pierre de Coubertin pode ser classificado de utopista? Cremos que prisioneiro do seu *“habitus”* de classe, ele funda o ideal olímpico sobre uma conceção muito particular da democracia. Neste caso, o olimpismo surge como uma forma de educação cívica e encontra a sua força num projeto de política de transformação da sociedade. O desporto serve assim a democracia. Mas também serve qualquer outro regime (totalitário, por exemplo), tornando-se num terreno de confronto (pacífico e regulado) dos Estados. Independentemente dos regimes políticos, os resultados inscrevem-se numa lógica de rivalidades internacionais. Esta situação de concorrência acentua o culto da velocidade, do progresso e do rendimento. “Ser forte para estar em paz tornou-se prioritário da política desportiva que considera o desporto como um catalisador da identidade nacional”, refere Michaël Attali, em *“Le sport et ses valeurs”* (La Dispute, Paris, p. 44). As eleições legislativas portuguesas estão para breve (06 de outubro). Tenho visto alguns debates nas televisões. Para além dos lugares-comuns e das frases feitas, não ouvi quase nada sobre política desportiva. Fomos ler o programa do Partido Socialista (PS), com o título *“Fazer mais e ainda melhor”*, para saber o que prometem sobre o assunto, dado que as sondagens apontam para a sua vitória nas eleições. Na página 86 lê-se: “o PS vai continuar a potenciar o contributo do desporto, concentrando a sua atuação em dois objetivos estratégicos principais: (1) afirmar Portugal no contexto desportivo internacional e (2) colocar o país no lote das quinze nações europeias com cidadãos fisicamente mais ativos, na próxima década”. É muito ambicioso este ponto dois, pois os portugueses são dos que menos desporto fazem na Europa. Com a população envelhecida que temos, e os jovens que já parecem velhos, vejo mal como se pode concretizar esta medida. Outras medidas contempladas no Programa do PS mereciam comentários, mas deixamos essa tarefa para o leitor e eleitor.

Os programas eleitorais (2019-2023) dos partidos políticos e a educação física e o desporto

O que é que os principais partidos políticos prometem no âmbito da educação física e desporto nos seus programas eleitorais para o período 2019-2023? Esta é uma questão legítima e que nos leva a “mergulhar” na leitura dos vários programas partidários a nível nacional. Sem procurar sermos exaustivos, fizemos uma análise sobre os programas do PS, PSD, BE, PCP e PAN. Começamos então pelo programa eleitoral do Partido Socialista (PS). O PS pretende estimular a atividade física e desportiva e vai concentrar-se em dois objetivos: o primeiro, na afirmação de Portugal no contexto desportivo internacional e, segundo, posicionar, numa década, o país com cidadãos fisicamente mais ativos. Para isso, propõe-se implementar diversas medidas. Deixamos aqui registado alguns exemplos: 1) “promover a cooperação entre autoridades, agentes desportivos e cidadãos, com vista a erradicar comportamentos e atitudes violentas, de racismo, xenofobia e intolerância em todos os contextos de prática desportiva, do desporto de base ao desporto de alto rendimento”, “2) “continuar o combate à dopagem, à manipulação de resultados ou qualquer outra forma de perverter a verdade desportiva”; 3) “promover a articulação entre o sistema educativo e o movimento desportivo”. O programa eleitoral do Partido Social Democrata (PSD) refere que a prática desportiva e física de Portugal é “lamentável”, remetendo para alguns dados do Eurobarómetro (2018). Para este partido, existe uma “hipervalorização do desporto de competição”. Para uma maior massificação desportiva, a escola tem um papel importante (da educação da infância ao ensino obrigatório). Na sua perspetiva, a educação física, desporto escolar e desporto federado estão de “costas voltadas”. Também ele promete implementar várias medidas (criação e/ou reforço do plano de formação, maior envolvimento autárquico, generalização das competições desportivas entre escolas, cumprimento dos acordos financeiros assumidos no desporto federado, etc.). O Partido Comunista Português (PCP) entende, no seu programa eleitoral, que a “Educação Física e o Desporto são meios de valorização humana e factor de desenvolvimento da personalidade e democratização da vida social”. Reclamam várias medidas: instalações seguras e adequadas, elaboração de um plano de emergência para a integração da educação física nas escolas do 1.º ciclo de ensino básico e pré-escolar; políticas para o desporto adaptado, realização de campanhas de promoção do desporto no trabalho, apoio dos clubes desportivos, reconhecimento do valor do desporto de alto rendimento, entre outras medidas. O Bloco de Esquerda (BE) também inclui o desporto no seu programa eleitoral 2019-2023. Entende que “o direito à atividade desportiva consta da Constituição da República Portuguesa e, por isso, apresenta-se como um dos pilares das obrigações do Estado para com os cidadãos e cidadãs”. Feito o balanço do que fizeram, ou ajudaram a fazer, na atual legislatura, o Bloco propõe outras medidas: aumentar as verbas nacionais, procurando com isso valorizar o desporto escolar, apoiar os professores; reforçar a educação física, adquirir novos equipamentos; combater a violência no desporto, aumentar a fiscalização por parte das entidades competentes; reforçar a missão do Instituto Português do Desporto e da Juventude; aumentar as bolsas para os atletas olímpicos e paralímpicos, etc. O programa eleitoral do Centro Democrático Social-Partido Popular (CDS-PP), no âmbito da educação física e

desporto, é muito sumário. Entende apenas que se deve “proporcionar uma rede de educação para o desporto náutico”. O programa eleitoral do Partido das Pessoas, dos Animais e da Natureza (PAN) refere que é preciso garantir que “os espaços infantis e desportivos das comunidades” tenham boas condições (de localização, de espaço, de materiais e de equipamentos), por forma a serem utilizadas pelas escolas. Com isso, o PAN entende que reforça “os currículos da Educação Física, da Educação para as Expressões no 1.º Ciclo do Ensino Básico”. Pensa também que toda a prática desportiva iniciada na escola pelo aluno tem que ter uma continuidade gratuita. Outras medidas propostas: 1) “valorizar as iniciativas que conseguem criar sinergias locais com outras organizações não escolares, com o objectivo de desenvolver os seus projectos de desporto escolar”; 2) “garantir processos de supervisão e monitorização por parte das estruturas centrais e locais com responsabilidade no projecto do Desporto Escolar, de modo que se possa aferir, a uma escala anual, qual é o nível de desenvolvimento de cada projecto do Desporto Escolar”; 3) “reforçar a ligação entre desporto na escola e desporto fora do contexto escolar, através de uma maior ligação entre agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas, clubes, organizações desportivas e culturais e Municípios, criando condições para que, qualquer criança e jovem, possa usufruir de um processo de formação desportiva e formação para as expressões, correctamente orientado e sem interrupções ao longo do seu percurso escolar”; 4) “utilizar as aprendizagens conseguidas através do projecto Unidade de Apoio ao Alto Rendimento na Escola (UAARE) para criar condições para que não só os atletas de rendimento em idade escolar, mas também outros alunos(as) que apenas queiram conjugar as suas aulas com a prática desportiva formal e informal, disponham de boas condições para o fazer”. As propostas eleitorais de todos os partidos são sempre manifestações de intenção. Quem leva a sério os programas? Que substância apresentam? Quem tem tempo de os ler? No âmbito da educação física e desporto, pouco se sabe como é que os partidos políticos pretendem implementar as medidas propostas, os custos financeiros associados, os prazos, etc. Elas são tudo menos lineares. As eleições legislativas portuguesas de 2019 são dia 06 de outubro.

Ficar ou abandonar uma modalidade desportiva?

São várias as interpretações sobre os processos de adesão e de abandono por parte dos agentes sociais relativamente a uma determinada modalidade desportiva. Recorremos aqui a dois conceitos sociológicos, por forma a clarificar esta ideia: “aculturação” e “socialização”. A *aculturação* define-se pela rutura das representações que os praticantes (“profanos”, por definição) fazem da modalidade antes da entrada num determinado clube, que lhe impõe as técnicas e as competências culturais específicas, legítimas, de longa data, pela instituição. O clube procura inculcar-lhe uma “cultura”, produzida pela sua história e apresentada como um “rito de passagem”. A *socialização* designa o processo pelo qual a longa frequência de um clube permite assimilar as maneiras de pensar, de sentir, de falar, de se comportar, dos “habitus” comuns ao conjunto dos seus membros e assegurar uma integração. É a aquisição, por impregnação, de uma subcultura. Os praticantes aprendem assim a participar nesta subcultura específica, organizada em torno de uma atividade particular. Os praticantes tecnicamente experimentados e longamente “socializados” representam para os iniciados os modelos e as referências. Os prestígios sociais que eles adquiriram, no seio do clube, pelo seu nível técnico, e o capital de prestígio de que eles podem ter fora do clube (na sociedade) têm um papel capital nesta socialização. Ela opera uma interação permanente entre iniciados e não iniciados no seio do clube e se traduz, nomeadamente, pelo vocabulário utilizado (e adquirido) no decurso das interações com os outros praticantes. Este vocabulário nota-se imediatamente quando se procede a entrevistas com os praticantes da mesma modalidade. A linguagem específica assegura a transmissão das “técnicas do corpo” (Mauss, 1950) e a “incorporação de um programa de aquisição de um saber tradicional e legítimo”. Os praticantes constroem uma identidade. Com base nestes dois conceitos, é importante saber quais são os “profanos” que suportam os constrangimentos da modalidade desportiva e os que conseguem ultrapassá-los e ficar. É na fase de permanência (estabilidade) na modalidade desportiva (dita de “socialização”) que é possível detetar as estratégias pessoais, as esperanças, as referências, os modelos e as técnicas dos agentes sociais. Nos adultos deve ser congruente a ideia de proveito social que eles esperam retirar da prática desportiva. Em caso contrário, espera-se uma certa “volatilidade” (os designados “zappeurs”).

A institucionalização da sociologia do desporto

A sociologia é uma ciência que procura descrever, explicar e compreender o funcionamento da sociedade. Existem sociologias aplicadas a um domínio particular. A sociologia do desporto procura estudar o fenómeno desportivo como um fato social, a explicar a realidade desportiva composta de ações, de práticas e de comportamentos muito diferenciados(as) e de compreender as interações que se estabelecem entre a pluralidade desportiva e as organizações. Várias obras e artigos científicos sobre sociologia do desporto tentam suscitar o interesse por esta disciplina. De uma forma geral, os sociólogos começam a se interessar pelo fenómeno desportivo durante os anos sessenta. No entanto, surgem obras que, apesar de terem contribuído para a construção deste campo teórico, nem sempre se fundamentam numa perspetiva sociológica (Peter MacIntosh, 1963, na Grã-Bretanha, Georges Magnane, 1964, Jean Meynaud, 1966, e Michel Bouet, 1968, em França. Georges Magnane e Jean Meynaud são das ciências políticas. Michel Bouet vem da filosofia. George Magnane estuda o desporto na vida quotidiana com atividade de lazer e meio de cultura. Jean Meynaud analisa as complexidades e dimensões do universo desportivo, poderes públicos e conflitos internacionais. Michel Bouet aborda as funções sociais, educativas e culturais do desporto. Os anos sessenta são marcados também pela institucionalização internacional da disciplina (Sociologia do Desporto). Com as diligências do polaco Andrzej Wohl, funda-se, em 1964, o Comité Internacional da Sociologia do Desporto (ICSS), no seio da Associação Internacional de Sociologia (AIS), criada em 1949, sob os auspícios da UNESCO. Em 1966, inicia-se a publicação da *International Review for the Sociology of Sport* (IRSS), e em 1994, é fundada a Associação Internacional da Sociologia do Desporto (ISSA). Este nascimento, que se pode dizer recente para uma ciência, pode explicar, em parte, o pouco interesse dos científicos pelo desporto, em geral, e pelas fraquezas da estruturação universitária de formações desportivas (em França, por exemplo, a fileira STAPS – Sciences et Techniques des Activités Physiques et Sportives foi criada em 1981), em particular. Em Portugal, a sociologia do desporto foi integrada nos currículos das licenciaturas em Educação Física. Em artigos anteriores, já referimos que o termo genérico “desporto” abrange um conjunto diversificado de práticas e de espetáculos, de imagens e de representações que derivam da cultura contemporânea, que tem funções sociais muito diversas (integradora e federativa, educativa e escolar, lúdica e recreativa, consumidora, espetáculo e mediática) e que participam nos mitos e realidades atuais. O sociólogo alemão, Norbert Elias vê no desporto o laboratório privilegiado para se refletir sobre as relações sociais e a sua evolução. O desporto inscreve-se nos modos e estilos de vida dos nossos contemporâneos. De fato, o seu desenvolvimento considerável interroga-nos sobre as normas que ele veicula e sobre os valores, que através dele, se partilham.

Os gostos desportivos e o espaço das disposições sociais e dos estilos de vida

Para o sociólogo francês Pierre Bourdieu (1930-2002), existiam quatro capitais:

- O capital económico: fatores de produção (terra, fábrica, trabalho) e bens económicos possuídos (rendimentos, património, bens materiais).
- O capital cultural: posse de competências culturais (facilidade de linguagem, por exemplo), de bens culturais (quadros, obras, objetos de arte) ou ainda títulos escolares e outros diplomas institucionais.
- O capital social: conjunto de relações sociais que dispõe o indivíduo ou grupo. Esta rede deve ser mantida por intermédio de um trabalho de sociabilidade (lazer comuns, saídas múltiplas...).
- O capital simbólico: conjunto de rituais construídos segundo o reconhecimento e prestígio. Para muitas sociedades, o nome de família, sobretudo os nomes nobres, são uma forma de capital simbólico, um capital de reconhecimento que tem a sua lógica de acumulação, de conservação, de transmissão e também de conversão em outras formas de capital.

Com base nos seus estudos, foi feito um diagrama (representação gráfica), designado “espaço das disposições sociais e dos estilos de vida”, procurando representar a distribuição dos agentes sociais segundo o volume global (+ e -) e os capitais cultural e económico (+ e -), que eles detêm. Desta forma, os detentores de um forte volume de capital global, como os patrões, os membros de profissões liberais e os professores das universidades, opõem-se globalmente aos mais desfavorecidos de capital económico e de capital cultural, como os operários sem qualificações, por exemplo. Globalmente, a cada categoria de posições corresponde uma classe de *habitus* (ou de gostos). Os *habitus*, na perspetiva de Bourdieu, são geradores de práticas distintas e distintivas: o que se come e a forma de se comer, o desporto que se pratica e a forma de se praticar, as opiniões políticas e as formas de as exprimir, etc. O estudo dos “gostos” por Bourdieu é retomado por outros investigadores, em particular Christian Pociello, procurando estudar as práticas desportivas e a distribuição das classes sociais. Assim, as classes sociais dominantes preferem as práticas corporais aliadas à graça, estética, controle, ausência de contato viril, desportos motorizados ou onerosos. As classes sociais populares preferem as atividades físicas e desportivas aliadas à força e viril, contato corporal, espírito de sacrifício, exaltação da competição, o mérito, a produtividade e profissionalismo. Várias críticas podem ser feitas a este modelo interpretativo da realidade. Uma delas é que não explica como se diferenciam homens e mulheres relativamente às práticas desportivas e ao seu envolvimento.

O que se entende por Budô?

O conceito de “Budô” implica uma complexidade de considerações que, a nosso ver, potencialmente diferenciam a prática das artes marciais “orientais” de quaisquer outros desportos.

O Budô, palavra de criação japonesa, e que define as artes marciais tradicionais, compõe-se de um conjunto de duas palavras chinesas: “wu” (japonês: “bu”), guerreiro, armas, e “dao” (japonês: “dô”), via, caminho em direção ao conhecimento, com a conotação moral do aperfeiçoamento de si mesmo. O “bu” significa o que é viril e forte. Na época de Edo (1603-1868), durante o qual o Japão se fecha ao Ocidente, a palavra “Budô” assumiu um sentido mais amplo. Ela designa sempre uma via que deve seguir o guerreiro, englobando todos os “bugei”, diferenciados em diferentes disciplinas sistematizadas em imensas escolas, mas ele assume, sobretudo, uma conotação ética mais clara ao ponto de se confundir com o termo “bushidô”, a via do samurai. Para se designar as diferentes disciplinas, empregava-se geralmente as palavras do sufixo “jutsu” (técnica): jujutsu, kenjutsu, kyujutsu, etc. O hábito atual é de utilizar os termos com o sufixo “dô” (judô, kendô, kyudô, etc.). Estes termos conheceram uma vaga crescente, quando do aumento do militarismo nipônico, quando os ensinamentos do “Budô” se tornaram obrigatórios nas escolas para fortificar as virtudes guerreiras e, eventualmente, servir no combate. O desenvolvimento das artes marciais na época Edo não é paradoxal. Ele explica-se pelo fato das artes marciais serem consideradas, pela sua vertente formativa, como um elemento maior na educação do samurai e como parte integrante do “bushidô”, a palavra que designa o código moral do guerreiro, suplantando outras antigas expressões, como “mononofu no michi”. Com o período Edo, a paz instalou-se, um mercado nacional se constituiu e uma economia monetária se desenvolveu. Os “bushi” (classe social) deixam de conhecer os combates reais e alguns passam por dificuldades, tendo que encontrar os meios de subsistência, dando “aulas” de artes marciais. Assiste-se, então, à eclosão de escolas de artes marciais. Aqueles que ensinam nesses locais, têm tendência a codificar o seu saber-fazer, a apresentar as “técnicas-receitas” melhores do que os seus concorrentes, universalmente reprodutíveis e suscetíveis de serem ensinadas a todas as pessoas. A palavra “Budô” foi adotada e adaptada. É da responsabilidade dos mestres e adeptos japoneses (mas não só) preservar e desenvolver um património cultural, o Budô, e comunicar e transmitir aos outros. Para isso, é necessário ter uma visão abrangente do mundo do Budô, por forma a analisar e compreender a situação atual do Japão e de outros países.

Reflexões sobre o desporto

O mês de outubro de 2019 foi rico em reflexões sobre a educação física e o desporto. Nos dias 10, 11 e 12 realizou-se o 8.º Congresso Internacional de Artes Marciais e Desportos de Combate, na Escola Superior de Educação, do Instituto Politécnico de Viseu. Estiveram presentes investigadores e docentes de vários países: Japão, Malásia, Polónia, França, Espanha, EUA, por exemplo. Os resumos das comunicações foram publicados num “Abstract book”, procurando dar a conhecer os trabalhos a outros interessados. Nos dias 25 e 26 a Sociedade Científica de Pedagogia do Desporto, a propósito do seu 10.º aniversário, promoveu o 8.º Congresso Científico de Pedagogia do Desporto, em parceria com a Escola Superior de Educação, do Instituto Politécnico de Coimbra. Debateu-se “o papel dos profissionais do desporto na educação para os valores”. Este evento foi, igualmente, pautado por excelentes comunicações e os resumos foram publicados no “Journal of Sport Pedagogy & Research”. Estes espaços de encontro, de reflexão e de partilha de conhecimento permitem reforçar o papel e o valor do desporto nas sociedades. Ele é a perpétua criação dos homens e das mulheres que o praticam e que o organizam. Como fato social, ele exerce uma influência muito importante na vida dos cidadãos. É um fenómeno de ambição mundial, que “atenua” as pluralidades culturais para as transferir para valores internacionalmente reconhecidos. Ele é consumidor de tempo e produtor de imagens. Mas, para que haja desporto, é necessário que o lazer tenha um lugar na existência e nos valores sociais dos indivíduos. Da minha parte, estive presente e fui orador (entre outras tarefas) nos dois congressos. Procurei, como diriam alguns dos meus amigos franceses, “apporter ma pierre à l’édifice”, reconhecendo, porém, a minha nulidade em muitas matérias desportivas.

O corpo e as práticas desportivas

O corpo é o “operador” de toda a prática social. Neste sentido, é legítimo analisar o lugar do corpo na sociologia do desporto. Nas suas condições habituais, o corpo é transparente. É o “excesso” que o faz surgir à consciência: dor, fadiga, doença, prazer, gestação, etc. Esta “transparência” não é “natural”. Ela é cultural. Marcel Mauss explicitou esta noção de cultura corporal a partir das “técnicas do corpo”, em 1934. Elas são muito mais do que utensílios. Elas fazem sentido para os indivíduos e para os grupos. É possível distinguir, grosso modo, quatro níveis de “socialidades corporais”: 1) As técnicas do corpo, enquanto gestos codificados, tendo em vista a eficácia prática ou simbólica; 2) Os gestos internacionais, que relevam de uma educação informal (o vestir, o não olhar fixamente uma pessoa, etc.); 3) As sociabilidades infra-corporais: a dor, por exemplo, faz parte da história de um indivíduo e, portanto, da sua singularidade. Na sociedade ocidental, existe uma tendência para que se sofra cada vez menos, salvo em certas situações, como é o caso do desporto. Impõe-se a noção de dor a um problema técnico a resolver com um medicamento. 4) A expressão dos sentimentos (teatro, cinema...), que corresponde a lógicas sociais e culturais variáveis. No fundo, o corpo “fala”. Nas práticas desportivas competitivas, o corpo deverá “responder” e funcionar (conceção mecânica do corpo). As dores e as emoções surgem como perturbadoras. São a evacuar e a ignorar. O campo desportivo tornou-se o espaço por excelência da “construção” do corpo, da (re)produção dos estereótipos de beleza e da imagem corporal. O corpo é um objeto desejável de consumo. A crescente centralidade do corpo nas sociedades ocidentais tem vindo a incitar a procura de práticas desportivas com vista à manutenção da forma física. Os indivíduos exercitam-se por si mesmos, para se divertirem, para se suplantarem a si próprios, inclusive na “mortificação” física do “eu”. O princípio de “performance” democratiza-se, personaliza-se e psychologiza-se, regido pela gestão utilitarista do “capital-corpo” (que autores designam por “capital corporal” ou “capital físico”), pela otimização da forma e da saúde, pela emoção do extremo, etc. A angústia provocada pelo envelhecimento e pela morte leva a um zelar constante pelo bom funcionamento do “corpo-sujeito”, levando a uma lógica de mercantilização corporal. É preciso “pensar o corpo”, na medida em que ele é o principal meio de apresentação ao mundo. Se é certo de que enquanto seres humanos somos corpóreos – isto é, todos possuímos um corpo, não é menos verdade de que o corpo não é algo que nos limitemos a ter, nem algo puramente físico que existe separado da sociedade. Os nossos corpos são profundamente afetados pelas nossas experiências sociais, pelas normas e pelos valores dos grupos a que pertencemos. É um fator de distinção.

O desporto: um tema fantasma face às realidades

“As questões desportivas são integradas, de pleno direito, nas ‘questões de sociedade’, com a erupção da violência, da dopagem, da corrupção; fenómenos negativos que não nada têm de específico. Isto é a melhor prova da ‘secularização’ do campo desportivo”, refere Christian Pociello, no seu livro “Les cultures sportives” (1995, p. 10). O campo desportivo apresenta uma autonomia relativa e é submetido às pressões de sociedades em crise e às influências de um mundo agitado. Se os padres não são os melhores colocados para fazer a sociologia da religião, o mesmo se passa para alguns atores associados ao desporto (eleitos, dirigentes, praticantes, pedagogos, etc.). Mas também não é fácil suscitar o interesse dos estudantes (universitários, por exemplo) para uma “cultura sábia” relacionada com o desporto e de uma certa jubilação em conhecer e compreender este objeto de estudo. A pouca participação dos estudantes de Educação Física e Desporto ou áreas relacionadas em eventos científicos (seminários, colóquios, congressos, etc.) é notória. Já colocámos várias hipóteses para este afastamento dos estudantes: o excesso de eventos realizados; os custos financeiros associados aos eventos; as dificuldades pessoais relativamente à ciência; a seriedade dos ensinamentos politécnico e universitário, com a utilização de uma linguagem não acessível. Outras há que poderiam ser alvitadas. Todavia, como diria Norbert Elias” (1986, p. 25), “o conhecimento do desporto é a chave do conhecimento da sociedade”. O termo genérico “desporto” abrange um sistema complexo de práticas, de representações e de valores, que participam nos mitos atuais das sociedades contemporâneas. Nascido numa sociedade liberal e parlamentar do capitalismo industrial, o desporto moderno difundiu-se pela quase totalidade do globo terrestre. Foram os ingleses que o “inventaram” e empreenderam esforços para codificar a maior parte dos desportos modernos, explicando o impacto particularmente forte destas práticas nas zonas de influência colonial. Os franceses contribuíram para a sua universalização. Mas o movimento desportivo tem limites na expansão planetária. Existem evidentes irregularidades geográficas da sua implementação nos continentes, na intensidade da prática, na produção de performances e na distribuição de locais de organização de competições internacionais. A questão económica do desporto tornou-se um dado incontornável desse fenómeno mundial. Refugiando-se nos símbolos, sem explicar muito bem o seu significado e o seu futuro, a faculdade de ensinar, de instruir e de formar os povos por um desporto universal é fortemente colocada em questão.

Prescrever atividade física e desporto

Os conceitos são importantes para definir, conceber ou caracterizar uma realidade. Tomemos aqui três: atividade física, exercício físico e desporto. O primeiro é um qualquer movimento realizado pelos músculos, resultando um gasto energético acima dos níveis de repouso (trabalho, atividades domésticas, atividades exercidas nos tempos livres e de lazer). O segundo é uma prática planeada, estruturada e sistematizada de movimentos corporais, realizados para manter ou melhorar a condição física. Para o terceiro (o desporto), tomemos aqui a designação dada pela Carta Europeia do Desporto (1992): “todas as formas de atividades físicas que, através de uma participação organizada ou não, têm por objetivo a expressão ou o melhoramento da condição física e psíquica, o desenvolvimento das relações sociais ou a obtenção de resultados na competição a todos os níveis”. A palavra “desporto”, na nossa cultura, pode provocar algum receio, sobretudo quanto se tem excesso de peso ou obesidade, se é hipertenso, se se tem incapacidades várias, etc., passando o dia sentado(a) no trabalho, uma ou duas horas por dia complementares sentado(a) nos transportes públicos ou no veículo e o resto do dia sentado(a) em frente aos ecrãs dos computadores quando se entra em casa. Para muitas pessoas, o desporto implica competição, mas também esforço, transpiração, lesões e uma forte intensidade para que ele seja eficaz. Esta visão é errónea, mas sabemos que é difícil desfazer as falsas ideias e algum senso comum. Em boa verdade, o desporto tem uma forte dimensão de lazer e de prazer e o meio desportivo desenvolve muitas atividades, adaptadas a todas as populações, independentemente da idade e do nível de saúde, sem ter um objetivo de competição. A atividade física não se reduz ao desporto. O importante é movimentarmo-nos na vida quotidiana, quando das deslocações (a pé, de bicicleta) e, claro, nos lazes. Uma das responsabilidades do médico é a de explicar ao paciente que a atividade física e desportiva tem os seus efeitos benéficos, que ajuda na prevenção de doenças, de o tranquilizar sobre as suas capacidades de praticar, de procurar eventuais limitações ao exercício, antes de os encaminhar para os profissionais formados. Nenhum dispositivo é, atualmente, financiado de forma perene, quando a saúde é um direito imaterial e que a atividade física e o desporto são, provavelmente, um dos melhores meios de manter a saúde ao longo da vida e, sobretudo, de prevenir a maior parte das doenças crónicas que ameaçam a nossa saúde, aumentando a qualidade de vida e a coesão social. Para os Governos, tem um melhor “custo-efetividade”. Mas muitas questões estão em aberto: como prescrever? Como orientar o paciente para uma estrutura desportiva (clube, ginásio), na qual poderá praticar em toda a segurança? Como enquadrar a prática da atividade física e desportiva de um paciente beneficiário de uma prescrição médica? Como acolher nessa estrutura desportiva para uma prática em toda a segurança? Como integrar um grupo e contribuir para permanecer na prática recomendada? Estudos epidemiológicos internacionais têm vindo a sublinhar o impacto favorável que poderá representar uma atividade física regular em termos de economia da saúde. No entanto, a relação custo/benefício dos dispositivos de atividade física, com prescrição médica, estão por esclarecer, quer em Portugal, quer noutros países. Era desejável que estudos médico-económicos nesta área se multiplicassem. Do lado dos pacientes, são muitos os que referem as dificuldades associadas ao distanciamento geográfico dos locais de prática relativamente à sua residência, da falta de tempo

“desporto-saúde” e da falta de profissionais qualificados para o desporto-saúde. Realçam-se também as dificuldades devido à ausência de financiamento duradouro, da importância das iniciativas políticas locais e da falta de estratégia nacional. Às pessoas que têm incapacidades várias, cremos ser importante fornecer oportunidades (e suporte efetivo) para poderem praticar exercício físico e desporto, adaptado, naturalmente, às suas condições físicas.

Símbolos desportivos

Desde as origens da humanidade, encontramos símbolos sob uma ou outra forma e em numerosos domínios. No âmbito do plano etimológico, a palavra “símbolo” provém do grego “sumbolon”, que quer dizer “sinal” ou “marca”. Na Antiguidade, o “sumbolon” era um objeto cerâmico, de madeira ou metal, partido em duas partes. A junção dessas duas partes constituía um meio de reconhecimento. Com o tempo, a palavra “símbolo” veio a designar a representação figurativa de um conceito, de uma ideia, de uma ação ou de uma situação. Os símbolos têm, muitas vezes, origem no mundo animal ou na natureza em geral. Eles podem provir também dos objetos fabricados pelo homem, sendo, assim, artificiais. Alguns são apenas formados por alguns pontos ou linhas; outros, consistem em figuras geométricas mais elaboradas, como um triângulo, um quadrado ou um círculo. Quando uma ideia transmitida por um símbolo se refere a algo concreto, por exemplo, um animal, um vegetal ou um objeto, a sua representação é fácil. Quando se trata do domínio da abstração, como um conceito ou um sentimento, é mais difícil de representar. Neste caso, deve-se utilizar um símbolo ilustrativo do sentido que se quer transmitir. Alguns símbolos são universais. De uma forma geral, podemos dizer que existem três tipos de símbolos: os símbolos naturais, os símbolos artificiais e os símbolos místicos. Alguns símbolos são universais. O psicólogo Carl Gustav Jung designa-os sob o nome de “imagens arquétipais”, dado que representam princípios eternos, os “arquétipos”, que o subconsciente do homem traduz em imagens. Como ele explica, a função essencial de um símbolo é de explicitar um conceito, um princípio ou uma verdade, cuja compreensão escapa “a priori” à razão. Os símbolos permitem estabelecer relações e as mediações entre o visível e o invisível, o material e o espiritual, a terra e o céu. Eles participam na nossa evolução interior e fazem viagem o nosso pensamento através dos planos da Criação. No âmbito do desporto, tomemos aqui o exemplo do símbolo dos cinco anéis olímpicos entrelaçados e de iguais dimensões. Idealizado em 1914, por Coubertin, criador dos Jogos Olímpicos Modernos, simbolizam a união dos cinco continentes pelo olimpismo. As cores representam a universalidade: o verde representa a Oceania, o preto a África, o amarelo a Ásia, o azul a Europa e o vermelho a América. Estas cores estão representadas nas várias bandeiras. Na bandeira olímpica, consta também o branco. A adoção dos anéis entrelaçados foi codificada pelo COI, reunido em Lausanne, em 1931. Cada prática desportiva tem também o seu símbolo.

Constituição de uma Comunidade de Aprendizagem e de Investigação (ReLeCo)

A Comissão Diretiva do CeIED – Centro de Estudos Interdisciplinares em Educação e Desenvolvimento, da Universidade Lusófona de Lisboa, aprovou, recentemente, várias Comunidades de Aprendizagem e de Investigação (em inglês: *Research and Learning Communities* – ReLeCo). As ReLeCo são temáticas e organizam-se em torno de uma ou mais áreas temáticas de especialização e interesses de investigação. Podem incluir, por vezes, projetos de I&D em curso. Estas Comunidades envolvem investigadores seniores, juniores e estudantes (de mestrado e doutoramento), que se reúnem com regularidade para discutir e apresentar trabalhos de investigação e organizar iniciativas científicas. Cada ReLeCo inclui um programa de trabalho (publicações, iniciativas, projetos de I&D) e de tutoria: jovens investigadores(as) são apoiados(as) nos seus projetos de mestrado e doutoramento, e no desenvolvimento dos percursos profissionais. Entre as várias ReLeCo constituídas e aprovadas, destacamos aqui uma em que participamos como coordenador, intitulada “Literacias, Corpo e Ética”. São objetivos específicos: 1) Refletir sobre a importância associada aos cuidados com o corpo, como marca de identidade e individualidade, da educação para a saúde e da dinamização da dimensão de inclusão social; 2) Fomentar a investigação sobre as relações de educação intergeracional como processo de desenvolvimento social; 3) Contribuir para o aprofundamento do estudo sobre a ética desportiva. Os seus membros esperam promover várias iniciativas científicas sobre a temática. Damos aqui também conta de uma outra iniciativa aprovada pela Comissão Diretiva, que se designa “O desporto nas sociedades modernas”. Esta iniciativa, que coordeno igualmente, tem por objetivo a divulgação do conhecimento e da partilha do trabalho de investigação desenvolvido pelo CeIED junto das Escolas do Ensino Secundário. As ações de intercâmbio (alunos/professores/investigadores) são bem-vindas e devem promover visitas programadas e acompanhadas dos alunos do ensino secundário à Universidade. Espera-se que esta iniciativa seja uma boa oportunidade para se conhecerem alguns dos espaços de trabalho dos investigadores, refletir abertamente com eles e observar o ambiente que se vive nos diversos centros de investigação e da universidade.

O lazer na sociedade de consumo

Para Karl Marx (1818-1883), o lazer é o “espaço do desenvolvimento humano”; para Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865) é o tempo das “composições livres”; para Auguste Comte (1798-1857), é a possibilidade de desenvolver a “astronomia popular”; Friedrich Engels (1820-1895) reclamava a diminuição das horas de trabalho “a fim de ficar para todos o tempo livre suficiente para participarem nos assuntos gerais da sociedade”. Retiradas da obra de Dumazedier (1962), este conjunto de citações serve de introdução à noção de lazer avançada por este autor: o lazer é um conjunto de ocupações às quais o indivíduo se pode entregar livremente, seja para desenvolver a sua informação ou a sua formação desinteressada, a sua participação social voluntária ou a sua livre capacidade criadora depois de ser separado das suas obrigações profissionais, familiares e sociais. Para este autor, o lazer engloba ainda três funções: desenvolvimento, descontração e divertimento. O lazer, apesar de ter sempre existido de uma forma direta ou indireta, tornou-se reconhecido como um direito por parte da população, especialmente após a Revolução Industrial e, principalmente, após a Segunda Guerra Mundial. Os lazeres são valorizados relativamente ao trabalho. Progressivamente, os indivíduos procuram o bem-estar pessoal e o hedonismo. A emergência desta nova sociedade dos lazeres desportivos torna-se visível com o surgimento de grandes armazéns de desporto (Go Sport, Decathlon, etc.). Nesta sociedade de consumo, os indivíduos aspiram a “aproveitar a vida”. As palavras de Horace, “Carpem diem”, encontram aqui, de certa forma, o seu sentido. A pluriatividade ou “multiprática”, e o “zapping desportivo”, não cessam de ganhar terreno no seio dos praticantes desportivos, que procuram, assim, colmatar o aborrecimento, mudar de horizontes e de prazeres (Lipovestky, 2006).

Referências

Dumazedier, J. (1962). *Vers une civilisation des loisirs*. Paris: Le Seuil.

Lipovetsky, G. (2006). *Le bonheur paradoxal: essai sur la société d'hyperconsommation*. Paris: Gallimard.

Um olhar sobre o boxe, com “Rodriguinhos”

Entre os vários filmes consagrados ao boxe, existe um realizado por Robert Wise, intitulado “Marcado pelo Ódio” (1956), com a participação do ator de cinema Paul Newman. Tem o duplo mérito de se inspirar da história de um verdadeiro campeão do mundo de pesos pesados, em 1947, Rocky Graziano, e de desenvolver perante todos a fórmula pela qual a ideologia americana converte a violência em estado selvagem de um delinquente em uma violência canalizada, regulamentada: a do desporto de combate. Podemos resumir o filme em dois tempos. Primeiro tempo: o jovem Graziano foi durante muito tempo violentado e aterrorizado pelo seu pai; um falhado pugilista. Crescido, ele vinga-se dele, batendo em todos os homens que detêm uma qualquer autoridade. Ele boxeia, perdidamente, com a vontade de matar. Segundo tempo: Ele continua a boxear, freneticamente, mas no ringue, segundo as regras. Ele compreendeu, com os árduos treinos e o seu treinador, que o verdadeiro inimigo não era o seu pai, mas os outros: os responsáveis pela injustiça social que, precisamente, impediram o seu pai de ter sucesso. Em vez de matar simbolicamente o seu pai, a cada altercação, ele vinga-o. O mesmo ódio que fazia dele um bandido perigoso, levou-o, agora, a ser um cavalheiro. Do Nero (referência ao Imperador Romano, considerado um sádico) adolescente, o desporto tornou-o um “Rodriguinho”, um responsável adulto. Tomamos aqui a referência “Rodriguinho” como surge no dicionário: “[Gíria] Objeto de pouco valor; sentimentalismo barato utilizado como recurso pelo ator para fazer emocionar o público; tremelique, trejeito, frescura. Frase feita para tudo; indivíduo excessivamente apurado no vestir; janota [...]”. Na sua aceção mais popular, quando se diz “deixa-te de rodriguinhos” significa: “deixa-te de intrigas/de conversas sem interesse nenhum”. Como diz Pichon (2015, p. 15), atleta campeão de corrida de corta-mato (de 5 e 10 km), por diversas vezes, e que foi ordenado padre anos mais tarde: “desporto, meu amigo, meu irmão, tu não foste, para mim, somente uma bela e sã ocupação, tu foste uma real e total transformação”.

Referência

Pichon, R. (2015). *L'âme du sport et le sport de l'âme: sport et spiritualité*. Paris: Editions La Bruyere.

O desporto no coração da civilização

As artes são sempre um bom barómetro da importância de um fenómeno no coração da civilização. Assim sendo, o desporto pode ser considerado um meio de expressão artística. Para além da inspiração, o desporto dá o gosto da força, mas não é uma força qualquer. É o da força cultivada, trabalhada, controlada e honestamente utilizada. O desporto não se reduz a uma só prática e não existe confinado em si próprio. Ele não é apenas um espetáculo submetido às leis de audiências e dos mercados. Pela força das coisas, ele constitui-se em sociedade, tem instituições e regras. Ele organiza-se. Ele estrutura-se. Os poderes são distribuídos. Constituem-se hierarquias. Ele molda e é moldado. Como todo o fato social, o desporto é uma perpétua criação dos homens e das mulheres que o praticam e organizam, e estes homens e mulheres são, por seu turno, transformados por esta mesma criação. O mundo do desporto, apesar das suas especificidades incontestáveis, não paira de forma angélica por cima da sociedade global. É atravessado pelos campos de força da sociedade económica e política onde ele se situa. Ele não é um enclave autónomo, uma prática independente. Ele está ligado aos problemas de educação e de política, aos “dramas” de amor e de dinheiro. Ele é um elemento ativo no seio de uma civilização. Os encontros de alto nível provocam um grande entusiasmo coletivo. As grandes competições (futebol, rãguebi, etc.) provocam explosões de alegria coletiva. O espectador atinge muito depressa o máximo de intensidade de participação e de comunhão. As multidões (espectadores) não vibram somente porque são mobilizados fatores identitários. É-lhes dado a ver o rendimento do corpo humano, as performances físicas e a vontade de querer vencer. Concordamos com Magnane, na sua “Sociologie du Sport” (1964), quando escreve: “a paixão do espetáculo desportivo, independentemente da dose de convenção e de improvisação, da simulação e da autenticidade que comporta, manifesta-se sempre pela necessidade de evidência, pela obsessão do visível” (p. 101). O caráter obsessivo da performance é para o atleta o prolongamento do seu próprio eu projetado no exterior.

O desporto e o nacionalismo

O regime nazi (1933-1945) utilizou uma estratégia para colocar em evidência a força da raça ariana e da Alemanha. As bandeiras nazis, hasteadas, esconderam a bandeira olímpica das seis cores. Adolf Hitler, no seu “Mein Kampf”, pretendia que os corpos treinados para a Pátria se tornassem a ponta de lança das forças armadas. A organização dos Jogos Olímpicos de Verão, em Berlim, em 1936, projetou a luz sobre o regime hitleriano. Os nazis aproveitaram para mostrar a força da sua ideologia, através de uma propaganda bem organizada, com o palco internacional aberto à sua comunicação. O filme de Leni Riefenstahl, “Os Deuses do Estádio”, realizado a pedido de Joseph Goebbels, testemunha a propaganda. Apesar das preocupações tomadas nas sucessivas Cartas Olímpicas, para precisar que “os jogos olímpicos são competições entre indivíduos e equipas e não entre países” (Carta Olímpica, 2016, p. 22), o que é um fato é que as manifestações nacionalistas não deixaram de se reforçar. “A nacionalização dos rituais, como o transporte da chama olímpica, a utilização permanente das bandeiras e dos hinos nacionais, a entrega das medalhas e dos finalistas, como a desqualificação dos atletas, lealmente vencedores no terreno, mas culpados das ofensas sobre os seus países, provam a onnipresença do espírito nacionalista que preside no desenrolar dos JO modernos” (Derlon, 2008, p. 187). De fato, o desporto pode ser considerado uma ideologia, uma visão global, totalizante, do homem e do mundo, ao mesmo título que o comunismo, o fascismo, o liberalismo, as religiões. É preciso ter consciência de que o desporto pode produzir os melhores e os piores efeitos, representando um meio de cultura. Não raras vezes se deixa devorar pela paixão dos homens e das mulheres, desejando ser o modelo.

Referência

Derlon, A. (2008). *Sport, nationalisme français et régénération de la « race » 1880-1914*. Paris: L'Harmattan.

A mulher e a prática desportiva

Para Amade-Escot, ex-presidente da rede europeia “European, Women and Sport” (EWS), defender as mulheres, em geral, e as mulheres no desporto, em particular, é defender a igualdade e o progresso da liberdade. São palavras nobres. Mas, a realidade, é que existe, na atualidade, um desfasamento importante entre as práticas desportivas propostas pelos clubes, virados essencialmente para a competição, e as aspirações das mulheres, mais diversas e orientadas para a convivialidade, as práticas familiares, a saúde e o lazer. Este desfasamento, explica, em parte, o número insuficiente de mulheres a praticar desporto. Resulta daqui também a fraca presença nos centros de decisão (federações, por exemplo). Os mitos, os estereótipos e o sectarismo fizeram com que o direito à prática desportiva lhes fosse negado durante muito tempo. Durante décadas, a questão central debatida foi quais as práticas desportivas e quais as provas que se poderiam oferecer às mulheres. Em 1900, por exemplo, elas participam, pela primeira vez, nos JO modernos em duas disciplinas: o ténis e o golfe. O fundador da “exposição universal do músculo” (JO modernos), o barão Pierre de Coubertin, não queria que as mulheres participassem. Em 1912, quando dos JO de Estocolmo, escreve mesmo que “os Jogos Olímpicos devem ser reservados aos homens”. Confirmando a sua posição negativa, declarou que “uma olimpíada com a participação de mulheres seria pouco prática, desinteressante, pouco estética e incorreta”. Para si, elas estavam lá apenas para aplaudir e coroar os vencedores. Apesar do seu desacordo e os seus discursos, as mulheres entraram, progressivamente, nos JO e aí permaneceram. É inseparável da realidade do desporto moderno. A participação das primeiras mulheres desde os primeiros JO aumentou substancialmente. Esperemos que se continuem a promover iniciativas para uma maior participação das mulheres na prática desportiva. São os meus votos para 2020, não esquecendo que o progresso desejado de maior participação no desporto passa pela educação.

